

MIRACY BARBOSA DE SOUSA GUSTIN

Especialista em Metodologia pela Universidade de Michigan – EUA  
Pós-Doutora em Metodologia pela Universidade de Barcelona/CAPEES  
Doutora em Filosofia do Direito e Mestre em Ciência Política pela UFMG  
Professora Associada da Faculdade de Direito da UFMG (Aposentada)  
Professora do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG  
Penal – Faculdade Milton Campos

Professora do Mestrado em Direito da Universidade de Itáúna

**MARIA TEREZA FONSECA DIAS**

Mestre e doutora em Direito Administrativo pela UFMG  
Professora Adjunta do Departamento de Direito da UFOP e Professora dos cursos de  
graduação e pós-graduação stricto sensu da Universidade FUMEC e Assessora  
Especial da Prefeitura de Contagem

## **(RE)PENSANDO A PESQUISA JURÍDICA:**

**Teoria e Prática**

3ª Edição

Revista e atualizada pela

NBR 14.724, de 30/12/05, da ABNT



Belo Horizonte

2010

*harvinsa*



Copyright © 2010 Editora Del Rey Ltda.  
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios -emprego- dos, sem a permissão, por escrito, da Editora.  
Impresso no Brasil | Printed in Brazil

EDITORA DEL REY LTDA.  
www.delreyonline.com.br

**Editor:** Arnaldo Oliveira

**Editor Adjunto:** Ricardo A. Molheiros Fuza

**Editora Assistente:** Waneska Diniz

**Coordenação Editorial:** Leticia Neves

**Diagramação:** Lucélia Pongrácio Azevedo

**Editora / MG**

Av. Condição, 4355 – Funçãoários  
Belo Horizonte-MG – CEP 30110-027  
Telefone: (31) 3284-5845  
editora@delreyonline.com.br

**Editora / SP**

Rua Humaitá, 569 – Bela Vista  
São Paulo-SP – CEP 01321-010  
Telefone: (11) 3101-9775  
editorasp@delreyonline.com.br

**Conselho Editorial:**

Alice de Souza Birchall  
Antônio Augusto Cargado Trindade  
Antônio Augusto Junho Anastasia  
Arnoldo Pini Gonçalves  
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho  
Celso de Magalhães Pinto  
Dalmar Pimenta  
Edeberto Augusto Gomes Lima  
Edésio Fernandes  
Eugenio Pacelli de Oliveira  
Fernando Gonzaga Jayme  
Hermes Vilchez Guerrero  
José Adério Leite Sampaio  
José Edgard Penna Amorim Pereira  
Misaibel Abreu Machado Derzi  
Pini Salgado  
Rénan Klum Lopes  
Rodrigo da Cunha Pereira  
Sérgio Lellis Santiago

G982

Guslin, Miracy Barbosa de Sousa.  
(Re)pensando o pesquisa jurídica: teoria e prática / Miracy Barbosa de Sousa Guslin e Maria Tereza Fonseca Dias. – 3ª ed. rev. e atual. pela NBR 14.724, de 30/12/05, da ABNT – Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

256p

ISBN 978-85-384-0082-0

1. Projeto de pesquisa – Metodologia. I. Dias, Maria Tereza Fonseca, Il. Título.

CDD: 001.42  
CDD: 001.81

Biblioteca responsável: Maria da Conceição Araújo  
CRB 6/1236

## PREFÁCIO

Os julgamentos dos projetos de pesquisa em Direito no âmbito do CNPq, dos quais participo como integrante do comitê assessor nessa área, têm sido monócórdios e recorrentes. Invariavelmente, a cada sessão 90% dos pedidos são rejeitados logo de início, por falta de um rigor metodológico. Mal formulados em seus objetivos, inconsistentes em termos analíticos e pouco convincentes em sua fundamentação teórica, esses projetos revelam o grau de desinformação de seus autores. Além de não saberem claramente o que é um projeto acadêmico ou uma tese, eles também desconhecem o funcionamento das universidades norte-americanas e europeias mais importantes, o nome de seus principais professores, as pesquisas de ponta em andamento e o próprio “estado da arte” de suas respectivas áreas de especialização.

Este problema é de caráter estrutural e está ligado à má qualidade do ensino jurídico, tanto na graduação quanto, em alguns casos, na própria pós-graduação. Excessivamente formalista e restrito ao aprendizado de códigos ultrapassados, ele não acompanhou as sucessivas transformações sofridas pelas instituições de Direito no âmbito de uma sociedade marcada pela velocidade, intensidade e profundidade de suas mudanças.

Acima de tudo, o ensino jurídico se destaca pelo flagrante envelhecimento de seus esquemas cognitivos e pelo esgotamento de seus paradigmas teóricos. Por isso, tornou-se incapaz de identificar e compreender a extrema heterogeneidade dos novos conflitos sociais, a enorme complexidade técnica das novas normas, as interdependências cada vez mais presentes no funcionamento da economia, os valores, as demandas e as expectativas por ela gerados na sociedade e a emergência de um sem-número de novas fontes de Direito com a preeminência dos conglomerados transnacionais como atores internacionais. Embora esse diagnóstico seja conhecido há anos, as poucas soluções adotadas até agora – como a flexibilização curricular e a introdução de maior número de disciplinas teóricas – não deram os resultados esperados.

Esta situação, contudo, não é exclusiva da área de Direito. Num belo texto sobre sua área de atuação, a economia, Robert Heilbroner e William Milberg lembram que a teoria econômica atualmente ensinada na graduação e na pós-graduação estaria atingindo um grau de isolamento e distanciamento da realidade comparável apenas ao alcançado pelo pensamento escolástico medieval (*The crisis of vision in modern economic*

guagem moral, ou seja, ele estrutura sua individualidade por intermédio de valores e princípios diversificados. Uma das linguagens, por certo, é a do Direito, da Ciência do Direito e da justiça, que permite a inclusão desse ser em seu meio social a partir de nova compreensão do mundo e de si mesmo pelos novos patamares científicos obtidos pelo homem.

#### CAPÍTULO

## 4

# OPÇÃO METODOLÓGICA

Toda opção metodológica supõe uma concepção provisória da realidade a ser conhecida. Três elementos de grande importância condicionam, em nossos dias, a escolha dos procedimentos científicos para a pesquisa a ser desenvolvida. O primeiro elemento é a idéia de que a realidade jurídica está condicionada pela trama das relações de natureza econômica, política, ética e ideológica. Esse elemento aponta para o fato de que o Direito, como fenômeno jurídico, é também social e cultural. O segundo elemento constitui-se na necessidade de questionar os institutos já positivados no ordenamento jurídico nacional que, em boa parte, reproduzem o *status quo* e, por conseguinte, praticamente desconhecem as demandas de transformação da realidade mais abrangente. O terceiro elemento refere-se ao fato de que a escolha da metodologia significa a adoção de uma postura político-ideológica perante a realidade. Essa adoção deve ser entendida como a procura, nas reivindicações e demandas sociais, de uma racionalidade que se desprende da racionalidade formalista e que supõe a produção de um conhecimento jurídico que não se isola do ambiente científico mais abrangente e se realiza por meio de reflexões discursivas inter ou transdisciplinares.

Apesar das reações em contrário, o Direito hoje se instala na sociedade como um dos elementos de transformação modernizadora das sociedades tradicionais, especialmente aquelas que são referidas como de Terceiro Mundo ou de desenvolvimento precário. Após a década de 60, surgem novas condições teóricas e sociais aplicadas. Dentre elas, destacamos a análise das organizações como novo procedimento metodológico e o interesse pelas novas formas de análise das instâncias de decisão e de poder político surgem como formas metodológicas de grande importância, que permitem a conexão entre a Ciência do Direito e da Política, da Administração, da Economia, entre outras.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Acerca da Teoria das Organizações, que oferece importantes elementos ao estudo das instituições jurídicas, consulte March & Olsen (1989).

As condições sociais do pós-guerra e a insuficiência da ação pública, em relação às várias crises que se colocam, fazem surgir novos formatos estatais, os quais não são capazes de debelar a explosão de litigiosidade que se faz acompanhar de novos atores coletivos sociais (as organizações não-governamentais e os novos movimentos sociais). Esse contexto social de resistência é uma das razões para o surgimento da crise de administração da justiça ao lado da crise de identidade e de referências políticas.

Não apenas o Estado, mas a própria sociedade e as teorias que a interpreta, também apresentam novas condições e versões. Bauman (2001) é bastante esclarecedor sobre essa questão. Para ele, ocorre na atualidade uma desintegração das redes sociais, uma derrocada das organizações de ação coletiva, instalando-se uma sociedade dos indivíduos e não dos cidadãos. Essa desintegração social de uma sociedade escorregadia e fluída é compreendida pelo autor não tanto como uma condição, mas como resultado de novas técnicas de poder, que não mais se interessam pela concretude das normas jurídicas e da ética ou pela densidade das redes de laços sociais. Os novos poderes globais e, inclusive, nacionais operam no sentido de uma sociedade civil frágil e desenraizada.

A noção dessa complexidade social, desses novos poderes e fragilidades, vem valorizar a necessidade de investigações que se pautem por novas metodologias, novos temas como foco de estudo e a delimitação de objetos de pesquisa que exigem problematizações e teorias explicativas de conteúdos cada vez mais complexos.

#### 4.1 Grandes vertentes teórico-metodológicas da pesquisa social aplicada e jurídica

A complexidade contextual conduziu à superação de metodologias de cortes puramente positivistas ou formalistas. Dessa reação ao tradicionalismo jurídico formalista surgiram três grandes linhas metodológicas, originariamente sem qualquer complexidade conceitual, que, aos poucos, foram se definindo como grandes vertentes teórico-metodológicas, agora já com maior elaboração de conceitos e diretrizes.

As três grandes linhas metodológicas que se destacaram foram:

- a linha da **tecnologia social científica**, que converte o pensamento jurídico e sua produção em uma tecnologia voltada para as questões sociais, mas que substitui drasticamente os valores pelos fins e os fundamentos pelos efeitos. Essa grande linha ganhou força nos EUA

e se estrutura a partir das teorias que fundam o pragmatismo metodológico;

- a linha metodológica de **sentido jurisprudencial** configura-se a partir de um novo modo de assumir metodicamente a dialética entre ordenamento e problema localizado, enquanto coordenadas complementares e irreduzíveis do juízo jurídico;

- a linha **crítico-metodológica**, supõe uma teoria crítica da realidade e sustenta duas teses de grande valor para o repensar da Ciência do Direito e de seus fundamentos e objeto: a primeira defende que o pensamento jurídico é **tópico** e não dedutivo, é **problemático** e não sistemático. Essa tese trabalha com a noção de razão prática e de razão prudencial para o favorecimento da decisão jurídica. A segunda tese insere-se na versão postulada pela **teoria do discurso** e pela **teoria argumentativa**. Essa linha compreende o Direito como uma rede complexa de linguagens e de significados.

Dessas linhas surgem grandes vertentes teórico-metodológicas diferenciadas. São exemplos dessas vertentes aquelas propostas por Herrera (1998) e por Wilker (1985). Essas vertentes, nem sempre, podem ser aceitas plenamente ou de forma isolada.

Pode-se pensá-las, de um modo genérico, a partir de dois grandes veios teórico-metodológicos: jurídico-dogmático e jurídico-sociológico. Herrera e Wilker propõem uma terceira vertente: jurídico-teórica, o que não é a posição das autoras nesta obra.

A primeira vertente, **jurídico-dogmática**, segundo Wilker (1985), considera o Direito com auto-suficiência metodológica e trabalha com os elementos internos ao ordenamento jurídico. Desenvolve investigações com vistas à compreensão das relações normativas nos vários campos do Direito e com a avaliação das estruturas interiores ao ordenamento jurídico. Acentua a noção de eficiência das relações entre e nos institutos jurídicos, restringindo a análise do discurso normativo aos limites do ordenamento. Entendemos nesta obra, contudo, que a vertente jurídico-dogmática não necessariamente deve ser considerada metodologicamente auto-suficiente. Sem dúvida, trabalha com relações normativas, e não poderia ser de outra forma. Isso não significa, entretanto, que deve estar voltada apenas para o interior do ordenamento ou ali enclausurada. As relações normativas devem, também, ser pensadas de forma externa, vital, no mundo dos valores e relações da vida. Logo, não interessará apenas a eficiência das relações normativas mas, inclusive, sua eficácia. Isso não transformará a vertente dogmática em um tipo sociológico puro.

A segunda vertente, **jurídico-sociológica**, propõe-se a compreender o fenômeno jurídico no ambiente social mais amplo. Analisa o Direito como variável dependente da sociedade e trabalha com as noções de eficiência, eficácia e de efetividade das relações direito/sociedade. Preocupa-se com a facticidade do Direito e com as relações contraditórias que o próprio Direito estabelece com os demais campos: sociocultural, político e antropológico. Enquanto a vertente anterior preocupa-se prioritariamente, mas não apenas, com a noção de eficiência, esta segunda, a partir do sentido de eficácia, estuda a realização concreta de objetivos propostos pela lei, por regulamentos de todas as ordens e de políticas públicas ou sociais. A análise de efetividade que essa vertente também faz, cumpre o mesmo papel da eficácia, complementando-o com a análise de demandas e de necessidades sociais e de sua adequação aos institutos jurídicos, sociais e políticos.

Tanto a primeira vertente quanto a segunda poderão realizar pesquisas quer de campo ou teórica. Existem, portanto, apenas duas grandes vertentes metodológicas e não três, como Herrera ou Witker entendem.

Os raciocínios desenvolvidos nas investigações dessas duas vertentes teórico-metodológicas podem ser do tipo indutivo, dedutivo, indutivo-dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético.

O raciocínio **indutivo** é um processo mental que parte de dados particulares e localizados e se dirige a constatações gerais. Assim, as conclusões do processo indutivo de raciocínio são sempre mais amplas do que os dados ou premissas dos quais derivaram. É o caminho do particular para o geral. São três as fases do processo indutivo de conhecimento: a observação dos fatos ou fenômenos, a procura da relação entre eles e o processo de generalização dos achados nas duas primeiras fases. Nas Ciências Sociais Aplicadas, a crítica que se pode fazer ao uso da indução, é que as pesquisas dessa área não permitem generalizações completas por se restringirem a campos sociais específicos, sendo difíceis as universalizações dos conhecimentos obtidos.

O raciocínio **dedutivo** é o processo que faz referência aos dados de nossa experiência ou às normas e regras em relação a leis e princípios gerais e ao maior número de casos que a eles possam ser referidos. Esse raciocínio trabalha com a suposição de subordinação, ou seja, uma especificidade subordina-se a uma regularidade geral. Comparando esses dois primeiros raciocínios, o segundo tem como objetivo explicitar o conteúdo das premissas e o indutivo tenta ampliar o alcance dos conhecimentos. Salomon (2001, p. 156-157) apresenta a distinção entre esses dois raciocínios a partir de duas características fundamentais:

DEDUÇÃO	INDUÇÃO
a) Se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão <b>deve</b> ser verdadeira	a) Se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão é provavelmente verdadeira, mas não necessariamente verdadeira.
b) Toda informação ou conteúdo factual da conclusão já estava, pelo menos implicitamente, nas premissas.	b) A conclusão encerra informação que não estava, nem implicitamente, nas premissas.

Critica-se o raciocínio dedutivo porque o mesmo fornece premissas gerais das quais fatos ou regularidades podem ser derivados, mas isso nem sempre é suficiente para uma compreensão mais ampliada. Do mesmo modo, pode-se criticar essa forma de argumentação por não ser ela ocorrerem isoladamente, ao contrário, complementam-se. Alguns investigadores argumentam que esse tipo misto não deve ocorrer, por possuir fundamentos que se contrapõem. É bem verdade, no entanto, que esse tipo tem sido crescentemente utilizado e a partir dele tem-se obtido resultados razoáveis.

O raciocínio **hipotético-dedutivo** remete-nos ao pensamento de Karl Popper (1975). Para esse autor, cuja obra é de grande complexidade, mas de enorme importância para a produção do conhecimento científico, o avanço da ciência decorre de sua direção

[...] rumo a um objetivo remoto e, no entanto, atingível, o de sempre descobrir problemas novos, mais profundos e mais gerais e de sujeitar suas respostas, sempre a testes provisórios, a testes sempre renovados e sempre mais rigorosos (POPPER, 1975, p. 307-308).

Para esse teórico, o raciocínio (o autor refere-se a método) seria o hipotético-dedutivo, apresentado por meio das seguintes características: a) existem expectativas ou conhecimento prévio; b) surgem conflitos com as expectativas ou teorias já existentes; c) propõem-se soluções a partir de conjecturas (dedução de consequências na forma de proposições passíveis de teste); d) teste de "falsseamento" (tentativa de refutação pela observação e experimentação ou por outros procedimentos).

Sendo assim, se a hipótese não suporta o teste, será refutada, exigindo todo o processo de argumentos e testes novamente. Se o contrário ocorre, a hipótese será ratificada, porém provisoriamente, até que outra posterior possa falsificá-la.

A maioria das críticas que são feitas a esse tipo de raciocínio é semelhante àquelas feitas ao raciocínio da dedução. Outros autores argumentam que não são possíveis raciocínios somente fundamentados na eliminação do erro, sem estarmos interessados em vislumbrar certezas que, é claro, não são pensadas como verdades absolutas.

O raciocínio **dialético** tem sido abordado de formas diversificadas. Em suas origens, entre os gregos, equivalia a “diálogo”, no sentido de argumentação que distingue conceitos em determinada discussão. Heráclito de Éfeso incorpora a esse raciocínio o sentido de “mudança”: a partir do conflito tudo se transforma. Após muitos séculos, os progressos científicos, filosóficos e sociais permitiram a Hegel compreender que tudo são movimentos e mudanças (tal como Heráclito). O raciocínio dialético fundamenta-se, contudo, a partir do pressuposto de que a contradição está na realidade, formulando o seu pensamento por meio da lógica do conflito. Hegel, como idealista, subordina a dialética ao espírito. Esse raciocínio trabalharia com a noção de “tese” (ser) e “antítese” (nada), que são abstrações ou momentos de um processo de racionalidade que é absorvido na e pela “síntese”. Em Marx, o raciocínio dialético postula que o pensamento e o universo encontram-se em permanente mudança. Esta forma de raciocínio, contudo, será determinada pela mudança das coisas. Para Marx, tudo se relaciona, tudo se transforma numa interpenetração constante das contradições e da luta dos contrários. Tudo é transitório, pois há um processo ininterrupto de “de vir”. Pensa-se o fenômeno contendo os contrários que lhe são inerentes e que podem determinar mudanças.

Vale a pena lembrar a argumentação de Pedro Demo (1995) sobre as inúmeras banalizações com referência à utilização do raciocínio dialético nas pesquisas científicas. Argumenta o autor que isso tem sido mais frequente nas chamadas “metodologias alternativas”, cujo uso da dialética muitas vezes dispensa rigores metodológicos indispensáveis, “[...] em nome de uma criatividade que no fundo é pura incompetência.” (DEMO, 1995, p. 123). Há que se compreender, ao contrário do que faz Karl Popper em seu livro *Conjecturas e refutações* (POPPER, 1994), que a dialética na teoria marxiana, quando se refere à identidade dos **contrários**, não é o mesmo que a identidade dos **contraditórios**. Relações contrárias convivem e podem ser desvendadas e compreendidas, como, por exemplo, a noção de que o atual contexto, globalizado e capitalista, pode ao mesmo tempo ampliar riquezas e pobreza, mas não se pode afirmar que esse contexto **existe e não existe** simultaneamente. Aquilo que se exclui não pode ter existência paralela. Isso seria uma imprecisão de lógica científica.

Os argumentos dialéticos têm sido utilizados teoricamente e absolutamente desvinculados de um processo de análise crítica da realidade prática. Muitas vezes, por isso, não se entende a diferença entre a unidade dos contrários e a presença de contradições. Quanto a isso, afirma Demo que: “[...] é possível ser dialético na teoria, destituído de prática, e não ser a teórica, ou afundado numa prática que tem pouco a ver com a promessa crítica da dialética.” (DEMO, 1995, p. 129).

Todos esses tipos diversos de raciocínio são formas de abordagem do fenômeno jurídico, historicamente considerado no âmbito de cada uma das vertentes metodológicas analisadas. Esses raciocínios ou processos mentais são considerados por alguns autores como métodos; essa não é a posição das autoras deste livro.

#### 4.2 Tipos genéricos de investigações das Ciências Sociais Aplicadas à Ciência Jurídica

Após falarmos sobre os processos mentais (raciocínios) que permitem a abordagem do fenômeno jurídico pelas vertentes teórico-metodológicas, descreveremos os tipos mais genéricos de pesquisa que são formas de concretizar as grandes vertentes (dogmática ou sociológica). Poderíamos abordar somente os procedimentos genéricos das Ciências Sociais, ou seja: as investigações de tipo histórico, comparativo, monográfico, estatístico, tipológico, entre outros (LAKATOS, 2000, p. 90-97). Preferimos, no entanto, pelo próprio sentido deste trabalho (de cunho teórico-prático), trabalhar com a proposta de Wiker (1985), apesar de algumas mudanças que, a seguir, propomos.

Segundo Wiker (1985), os tipos genéricos de investigações no campo do Direito são: 1) histórico-jurídicas; 2) jurídico-exploratórias; 3) jurídico-comparativas; 4) jurídico-descritivas; 5) jurídico-projetivas; 6) jurídico-propositivas.

As investigações do tipo **histórico-jurídico** são aquelas que, segundo o autor, analisam a evolução de determinado instituto jurídico pela compatibilização de espaço/tempo. O autor analisa esse tipo de investigação como a maioria dos metodólogos: um trabalho sobre a origem dos fenômenos numa relação temporal de busca de causas e de efeitos e de uma permanente sucessão de fatos. As novas metodologias históricas, no entanto, não abordam o fenômeno histórico de forma linear e simplória. As mudanças constituem-se a partir de condições de possibilidade que são transdisciplinares e que, só assim, podem ser analisadas. O fenômeno histórico, da mesma for-

ma que o histórico-jurídico, deverá ser reconhecido a partir de uma multiplicidade de tempos, de fontes, de redes sociais e conceituais. Não existem tempos lineares e sucessivos.<sup>2</sup> Os mesmos ambientes sociais têm tempos diversificados e que lhe são próprios. Em um determinado espaço e época podem sobreviver formas de apreensão do mundo que se encontram cronologicamente distantes: o mundo científico-tecnológico tem um tempo que difere do saber artesanal, apesar de viverem uma mesma época e serem reciprocamente importantes para essa determinada fase e espaço históricos. Muitas vezes existem como contrários. Da mesma forma, as fontes históricas devem ser formativas e não só informativas para o investigador, ou seja, elas formam espaços de compreensão que extrapolam a informação puramente oficial ou formal. Deve haver, sempre, a preocupação com uma história compreensiva que incorpore as contradições entre fenômenos, os recalques sociais provocados pelas várias formas de opressão, não só o texto e o contexto, mas, principalmente, as intertextualidades. É preciso entender que o fenômeno histórico-jurídico está inserido em redes socioculturais dinâmicas, às vezes contraditórias e por sua vez mais complexas.

A produção acadêmica de conhecimento jurídico, em monografias de final de curso, teses e dissertações, sempre contou com um capítulo dedicado à história: história do Direito, história de algum instituto jurídico ou história de um personagem de relevo no mundo jurídico.

Essas "histórias", contudo, têm sido apresentadas a partir de metodologias tradicionais do conhecimento histórico.

É preciso entender que 'História do Direito' é História, porquanto o historiador do Direito utiliza-se de metodologias próprias à ciência histórica e relaciona-se com os novos problemas e novos objetos das ciências auxiliares da história (GUSTIN, 1999b, p. 2).

A metodologia da história tradicional foi diretamente influenciada pelo positivismo e exerce grande influência na construção da história do Direito até os dias atuais. Dentre suas principais características, podemos dizer que a história tradicional:

- a) é uma história preocupada em construir um conhecimento por meio do reflexo fiel dos fatos do passado;

- b) procura eliminar todo fator subjetivo do conhecimento histórico;
- c) construiu a figura do historiador imparcial;
- d) é uma história vista como um conjunto de fatos bem documentados.

Além da influência marcante do positivismo, a história do Direito, metodologicamente falando, não tem se ocupado da relação constante que deve existir entre o arcabouço teórico da pesquisa desenvolvida, os dados da realidade e as percepções levantadas sobre o objeto de pesquisa.

Assim, as introduções históricas das teses e dissertações na área jurídica são, em sua grande maioria, capítulos à parte do trabalho, uma mera compilação de textos doutrinários pouco embasados e documentados. Utiliza-se, na maioria das vezes, de fontes secundárias, repetindo-se conhecimentos conservadores e sem qualquer produção de novos saberes sobre os fenômenos jurídicos na história do conhecimento.

No que concerne ao material de pesquisa e de fontes, não há, ainda, uma falta bibliográfica de metodologia da história aplicada ao Direito, nem mesmo estudos históricos aprofundados sobre o Direito e suas instituições, de forma a compreendê-lo de maneira transdisciplinar.

O tipo **jurídico-descritivo ou jurídico-diagnóstico** de investigação é uma abordagem preliminar de um problema jurídico. Esse tipo ressalta características, percepções e descrições, sem se preocupar com suas raízes explicativas.

Os diagnósticos de todo tipo estão, inseridos nesse formato metodológico. Logo, são pré-requisitos de grande valor para a constituição de bancos de dados. Os diagnósticos podem ser tanto uma investigação autônoma que, como banco de dados, pode ser de grande utilidade para a produção de conhecimento científico de uma área, assim como fases metodológicas de uma determinada investigação. Em ambos os casos, sua importância constitutiva para o desenvolvimento da produção científica, em determinado campo, não pode ser desconhecida. A pesquisa diagnóstica tem crescido em importância no âmbito do Direito, após as modificações introduzidas, nos cursos jurídicos, pelo Ministério da Educação. Essa legislação, referida anteriormente e que passou a fixar as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo dos cursos jurídicos, culminando com a instituição do Programa de Avaliação de Cursos, exige que as instituições de ensino tenham (e efetivamente produzam) conhecimento detalhado sobre os resultados esperados e efetivamente alcançados pelo curso de Direito oferecido pela instituição de ensino superior. É nesse sentido que apresentamos, no Apêndice C e no Anexo B deste livro, duas pesquisas diagnósticas referentes ao ensino jurí-

<sup>2</sup> Sobre as recentes metodologias da história, consulte: (HUNNT, 1992); (LADURIE, 1987); (LEGOFF, 1989); (BURKE, 1990); (DIAS, 1999).

dico. O primeiro, um diagnóstico de interesse em pesquisa e estágio pelos alunos da Faculdade de Direito da UFMG, realizado em 1994 (APÊNDICE C)<sup>3</sup>. O segundo oferece à comunidade jurídica um modelo de questionário de egressos, que teve como objetivo principal avaliar os resultados do curso da Faculdade de Direito de Sete Lagoas (FADISETE), a partir do ano de 2001 (ANEXO B). Enquanto o primeiro foi uma análise de questionário aplicado junto à matrícula dos alunos da Faculdade de Direito da UFMG, o questionário de egressos da FADISETE estruturou-se como banco de dados que permite a emissão de formulários completos sobre todos os dados pesquisados, no sentido de melhor avaliar o desempenho do corpo discente após o término do curso de Direito. Tratam-se de elementos indispensáveis e elementares para a complementação tanto da avaliação dos cursos jurídicos quanto da efetiva implementação das diretrizes fixadas pelo Ministério.

O tipo **jurídico-comparativo** é mais reconhecido no campo jurídico. Segundo Witker (1985), esse tipo presta-se à identificação de similitudes e diferenças de normas e instituições em dois ou mais sistemas jurídicos. Assim, e somente assim, esse tipo tem sido desenvolvido no mundo do Direito. Esse formato metodológico não deve se restringir somente às comparações entre sistemas jurídicos, apesar de sua grande importância para o desenvolvimento do conhecimento científico. Pode-se, também, e com grande valor, realizar investigações comparativas dentro de um mesmo sistema jurídico. Não poucas vezes, as comparações entre institutos jurídicos antinômicos ou contraditórios de um mesmo sistema normativo permitem descobrir e sanar falhas sistêmicas, ou de determinado campo, que podem conduzir a transformações importantes tanto na esfera teórico-argumentativa quanto no aumento da capacidade de decisão de alguma esfera prática de julgamento. Nesse tipo, é geralmente introduzido o raciocínio analógico, pouco utilizado nas demais áreas do conhecimento e muitas vezes desprestigiado como processo mental válido. No campo jurídico, ao contrário, ele é bastante utilizado na comparação de quadros de referências normativos para a solução de lacunas, antinômias ou mesmo como fonte de hipóteses.

O tipo **jurídico-compreensivo ou jurídico-interpretativo** utiliza-se do procedimento analítico de decomposição de um problema jurídico em seus diversos aspectos, relações e níveis. A decomposição de um problema é própria das pesquisas compreensivas e não somente descritivas, que, pela

própria denominação, já mostram seus limites. São pesquisas que investem objetos de maior complexidade e com maior aprofundamento.

O tipo **jurídico-projetivo**, ou **jurídico-prospectivo**, como geralmente é denominado nas Ciências Políticas e Sociais, parte de premissas e condições vigentes para detectar tendências futuras de determinado instituto jurídico ou de determinado campo normativo específico. Esse tipo é de grande importância para a análise de tendências. Sua utilização é, contudo, bastante complicada em níveis de iniciação científica. Essa afirmação decorre do fato de que esse formato exige um grande rigor metodológico e uma grande habilitação na correlação de dados objetivos transdisciplinares para a montagem de “cenários” (socioeconômico, jurídico e cultural) atuais e futuros. Sem isso, esse tipo pode dar margem à “futurologia”, que não se encaixa nos propósitos das investigações científicas. Nos cursos de pós-graduação, esse tipo é de grande valor e utilidade prática.

Por último, o tipo **jurídico-propositivo**. Segundo Witker (1985), destina-se ao questionamento de uma norma, de um conceito ou de uma instituição jurídica, com o objetivo de propor mudanças ou reformas legislativas concretas. Ocorre que, sendo as pesquisas jurídicas um campo especial das Ciências Sociais Aplicadas, toda e qualquer investigação deverá ter finalidade propositiva, por sua própria natureza de ciência aplicada. Assim, entendemos que todos os demais tipos são, também, propositivos, o que inválida a existência de um tipo especial com essa finalidade precípua.

Assim, as autoras entendem que os tipos genéricos de pesquisa são cinco: histórico-jurídico, jurídico-exploratório, jurídico-comparativo, jurídico-compreensivo ou interpretativo e jurídico-prospectivo.

#### 4.3 As fontes da produção do conhecimento jurídico

A maior parte dos livros que versam sobre as fontes de produção do conhecimento jurídico só se refere às fontes próprias do Direito. Restringem-se, assim, às legislações de todo tipo, à doutrina, às obras de Direito de toda espécie (tratadistas, didáticas, comentaristas, entre outras), aos adágios e aforismos jurídicos e aos objetos emblemáticos do Direito. Todas elas são fontes diretas de produção do conhecimento jurídico e, por isso, fontes reser-vas ao campo do Direito. Alguns desses autores chegaram a incluir condutas jurídicas e costumes, também jurídicos, como fonte.

Ocorre que, desde o início, temos afirmado que as pesquisas jurídicas, segundo as novas metodologias, devem ser críticas de seu próprio fazer,

<sup>3</sup> Conferir, no mesmo sentido, a pesquisa diagnóstica realizada por Maria Tereza Fonseca Dias (2003).

contextualizadas, dialógicas e transdisciplinares. Logo, não cabe restringirmos nossas fontes de investigação à interioridade do Direito. É possível desconsiderar que grandes obras literárias reproduzem os costumes, usos e normas de determinadas épocas com maior fidelidade que alguns compêndios de Direito? Podemos nos descuidar do levantamento de dados em obras nos campos da Ciência Política, da Sociologia, da Psicologia ou da Antropologia que se incumbem das relações de poder, da compreensão do Estado e de sua relação com a sociedade ou com os grupos sociais? E das obras filosóficas e históricas de determinado momento ou espaço? Não podemos esquecer, ainda, da origem de termos jurídicos a partir das linguagens sociais, administrativas, político-econômicas ou outras que atribuíram significados importantes às normas jurídicas emergentes.

Portanto, não só as fontes formais ou diretas devem ser arroladas em um projeto de pesquisa jurídica. As fontes indiretas, em várias condições investigativas, contribuem da mesma forma que as diretas.

Até o momento, aqui se referiu exclusivamente a fontes secundárias de produção do conhecimento jurídico. Hoje avultam, contudo, variados tipos de fontes primárias para o levantamento de dados nas investigações jurídicas. Todas essas fontes são de abordagem direta do pesquisador, não há qualquer intermediário (autor, articulista, outro pesquisador, etc.) entre ele e a fonte, daí serem de natureza “primária”. Dentre essas fontes, destacam-se: os documentos de todos os tipos (atas, contratos, correspondências, etc.), arquivos, entrevistas, discursos, notícias de jornais ou periódicos, entre outras. As fontes primárias aumentam a capacidade inovadora do pesquisador, por lhe permitir uma abordagem própria dos dados coletados. Sendo assim, podemos ter **fontes diretas**, que podem ser primárias ou secundárias e, do mesmo modo, as **fontes indiretas**, também de abordagem primária ou secundária.

## CAPÍTULO 5

# O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA, SEUS ELEMENTOS E FASES ESSENCIAIS

Uma pesquisa inicia-se, sempre, quando um sujeito de conhecimento (pesquisador sênior, pesquisador iniciante, professor, profissionais) percebe algum problema no saber vigente em determinado campo. Esse problema pode relacionar-se a lacunas, a antinômias do e no conhecimento, a indeterminações teóricas, ou a dúvidas sobre a eficácia e validade de princípios, conceitos, teorias, normas, regras, entre outros. Um problema é, quase sempre, uma **inquietação** ou, até mesmo, um obstáculo, uma indignação do sujeito em relação ao conhecimento produzido ou às normas morais, sociais ou legislativas, segundo determinados conteúdos discursivos. Só a partir desse momento, em que o sujeito se encontra em uma situação problemática ou de dúvida, é que se pode propor o desenvolvimento de uma pesquisa científica.

A problematização da produção do conhecimento e do conhecimento já posto, neste início de século, significa que as ciências já não mais se limitam a posturas metodológicas simplificadoras frente à complexidade do mundo real. No momento em que o sujeito do conhecimento se dispõe a dar solução a situações-problemas (dilemas) de determinada área científica, ele está colocando em questão, e também problematizando, os próprios limites e fronteiras desse campo científico que o condicionam aos conhecimentos já estatuidos, que nem sempre correspondem às necessidades humanas, sociais e de desenvolvimento da própria ciência.

Colocar em questão as teorias postas pela ciência tradicional ou vigente, pode parecer uma heresia ou uma exacerbação modernizante dos cientistas da atualidade. Foi Epicuro, contudo, na Antiguidade grega, que, pela primeira vez, coloca em questão e problematiza a teoria de Demócrito, considerada irrefutável e verdadeira: a queda dos átomos no vazio, com trajetórias paralelas e na mesma velocidade. Epicuro, porém, pensava a ciência e a natureza de forma inseparável ao destino e às condições de existência do homem. Como poderia ser livre, a humanidade, se a constituição da nature-

za e do cosmos dava-se a partir da queda determinística dos átomos? A partir dessa postura problematizadora, frente à física daquele momento, é que Epicuro “[...] romperá com a noção de **inevitabilidade** da ação humana que se origina e se consuma na esfera da necessidade, resrita ao reino da sensibilidade [...] e inovará ao propor a idéia de **declinatio** (**clinamen**), rompendo com a formulação anterior do **devir irremediável** e da imutabilidade da matéria” (GUSTIN, 2009, p. 32). Esse conceito de desvio (**clinamen**), implicando a ausência rigorosa da causalidade, irá, segundo Prigogine, “[...] estabelecer os termos do dilema a que a física moderna conferiu o peso de sua autoridade [...] a partir do exemplo de uma hipótese arbitrária, que salva um sistema pela introdução de um elemento *ad hoc*.” (PRIGOGINE, 1996, p. 18). Por esse e outros exemplos que permearam na história do conhecimento humano, é que se deve assumir a condição indispensável de que as investigações científicas não devem temer a problematização veemente do conhecimento estatuído pelas teorias vigentes nos vários campos do saber científico. Ou, a ciência deixará de ser uma esfera inestimável da transformação social.

Sendo assim, uma pesquisa será condicionada por três elementos primordiais: o próprio investigador, os meios materiais de investigação e o objeto da investigação.

O **investigador** pode ser originário de uma docência tradicional retórico-discursiva ou, ao contrário, integra grupos de produção de conhecimento crítico de saber científico e dedica-se às pesquisas de conteúdo transformador. O primeiro é um sujeito dependente, sem autonomia teórico-doutrinária e ideológica. Por essa razão e por assumir uma estrutura lógico-formal de raciocínio, não consegue alçar vãos metodológicos e conceituais, é pouco criativo na procura de novos procedimentos e fontes e sua linguagem é fragmentada por ser, quase sempre, unidisciplinar.

O “novo” investigador, cuja discursividade é emancipada pelo estatuto científico que adota em sua produção de conhecimento, utiliza-se de processos argumentativos amplos, inter ou transdisciplinares. Possui uma visão compreensiva do objeto investigado e estimula as pesquisas realizadas em equipes, no mínimo, multidisciplinares. Por isso, sua técnica principal de discussão dos procedimentos e produtos é o seminário ou outras formas grupais de discussão, que permite a socialização da linguagem e a interação de saberes diferenciados. Sem essa socialização, não se forma possível o convencimento da equipe quanto à validade do marco teórico, da hipótese e dos procedimentos metodológicos propostos.

Os **meios** também são condicionantes da investigação. Uma boa pesquisa deve ser precedida por um plano realista das condições materiais, financeiras ou de tempo. É primordial verificar a capacidade dos bancos de dados disponíveis. Muitas vezes, por insuficiência dos bancos de dados, as pesquisas devem ser limitadas na amplitude de seu objeto. Uma outra característica que condiciona materialmente a pesquisa é o perfil do próprio investigador, o qual pode preferir pesquisas com temas localizados e delimitados a pequenos espaços materiais ou retóricos. Em pouco tempo é possível realizar uma boa pesquisa, desde que se tenha um objeto bem delimitado, tendo em vista o condicionamento que se detectou.

O **objeto da investigação** deve ser passível de uma delimitação precisa. Isso significa que o pesquisador e sua equipe devem ter consciência da complexidade do objeto pesquisado. Assim, a seleção e constituição do objeto devem considerar os interesses dos pesquisadores envolvidos, suas possibilidades gnosiológicas e temáticas extrínsecas, ou seja, sua habilidade de compreender campos conexos e de ser capaz de administrar a aplicação e de julgar outros campos de conhecimento que estão inter-relacionados com seu objeto de pesquisa. Inúmeras vezes confundem-se tema com o objeto da pesquisa. Um tema a ser pesquisado é, ainda, uma proposição genérica, extraída, é claro, do próprio sistema de referências do pesquisador e que se relaciona, de alguma forma, com o conhecimento científico já produzido. O objeto da investigação faz parte desse tema que se deseja analisar, mas sua relação é mais direta com o problema ou a dúvida que se levantou e que abre espaço para novos saberes. Um objeto deve ser delimitado e preciso, para impedir expansões desnecessárias da investigação ou, até mesmo, perda de foco teórico-metodológico.

Não se pode perder de vista, entretanto, que as ciências trabalham com realidades construídas, ou seja, o objeto não se impõe ao sujeito que o pesquisa, nem este o inventa. O objeto é fruto de uma construção, de uma interação dinâmica e dialética com o sujeito que o constrói e é por ele construído. O objeto pertence ao mesmo contexto de referências culturais e de conhecimento acumulado do pesquisador. Pedro Demo afirma de forma criativa: “Na realidade social há no fundo coincidência entre sujeito e objeto, já que o sujeito faz parte da realidade que estuda. Assim, não há como estudar de fora, como se fosse possível sair da própria pele para ver-se de fora.” (DEMO, 1995, p. 28). Assim, nas pesquisas, não se pode descrever objetos de forma neutra como se sustentava tradicionalmente, pois eles são construídos contextualmente. Não é a norma em si que é objeto da Ciência do Direito, mas o **fenômeno jurídico** do qual ela faz parte. Isso porque,

quando se refere ao fenômeno jurídico, já se remete a algum tipo de inserção cultural ou de contextualização social.

Introduzidos esses elementos conceituais, indispensáveis à compreensão da pesquisa segundo o novo estatuto científico, adentra-se à noção das etapas de seu desenvolvimento. São três as principais fases de desenvolvimento de uma pesquisa: 1) o momento de definição da situação-problema, do marco teórico, da hipótese, e de planejamento metodológico da ação (**Projeto**); 2) o desenvolvimento desse plano (**realização da pesquisa** ou do teste da hipótese); 3) a divulgação e a validação da metodologia e das conclusões (**Relatório Final** e disseminação dos produtos da investigação).

### 5.1 A definição do marco teórico

Como apresentado anteriormente, uma pesquisa inicia-se, sempre, a partir do surgimento ou constituição de um problema teórico ou prático. O marco teórico deve ser considerado desde essa problematização inicial. Assim, o referencial teórico constitui-se como elemento de controle não só do problema como de toda a pesquisa.

Os pesquisadores, sem dúvida, são pessoas que não nasceram hoje ou que estão desvinculados de seus contextos culturais. Ao se disporem à realização de pesquisas científicas, pressupõe-se, por consequência, já ter constituído uma razoável bagagem teórico-metodológica anterior, um sistema de referências conceituais que permite uma visão estruturada de ciência e de mundo. Essa bagagem anterior constrói os seus paradigmas, ou seja, todas as suas formas de pensar e de olhar o mundo são seus paradigmas, seus ideários ou conjuntos de idéias que têm sobre as coisas. Essa bagagem anterior de vida vai aos poucos constituindo ideologias, formas de olhar a realidade circundante. No marxismo, a ideologia foi construída no sentido negativo, ou seja, no sentido de que a burguesia tinha uma ideologia de dominação sobre o proletariado (MARX; ENGELS, 1980). Então, todo efeito da relação entre burguesia e proletariado seria ideológica. Usa-se a ideologia com o sentido de dominação. A ideologia marxista atribui, assim, sentido negativo à ideologia. Não se refere ao conjunto de idéias, à “bagagem de pré-concepções”, como Durkheim (1968) falava. Afinal, sobre todas as coisas tem-se pré-noções ou pré-conceitos e ambos inevitavelmente, serão incorporados às investigações que se desenvolve.

Na visão marxiana, o que é ideológico é aquilo que desvia do rumo tido como certo. Aqui não se refere a essa forma de conceitualização. Denomina-se

ideologia um conjunto de idéias no sentido positivo. Tem-se uma bagagem ideológica familiar, uma bagagem ideológica advinda da discursividade de amigos. Isso vai aos poucos condicionando as formas de se ver o mundo. Tem-se, ainda, relações profissionais e outras inúmeras relações que constituem nossa discursividade ideológica.

Quando se desenvolve uma pesquisa, não se pode jogar fora todo esse patrimônio cultural comum, ou seja, os nossos “pré-conceitos”, entendidos como conceitos que se forma anteriormente, um conjunto inumerável de “pré-noções”. Essas pré-concepções constituem as variadas formas de se apreender o mundo.

Esse conjunto de idéias forma o nosso olhar teórico, mas esse olhar ainda não é o olhar teórico científico. Esse é o conjunto teórico de senso comum. Não é, pois, o marco teórico de que se está falando, apesar de ele também incorporar essas formas plurais de ver e de perceber o mundo.

O que é, então, a teoria científica? A teoria científica é tudo aquilo que é produzido por meio da metodologia científica, ou seja, é a produção de conhecimento a partir de pesquisas sistemáticas, organizadas e controladas metodicamente. A teoria é um modo de ver os objetos científicos controlados segundo procedimentos metodológicos.

É comum encontrar projetos de pesquisa que afirmam ser seu marco teórico Kelsen (1991), Habermas (1997) ou Lhering (1992) e discorrem sobre a obra desses autores. Marco teórico não pode ser confundido com a obra de determinado autor ou com um conjunto de teorias, às vezes, antinômicas. Marco teórico é uma afirmação específica de determinado teórico, não de sua obra. Ele é importante por quê? Porque essa teoria é que vai dirigir o olhar do pesquisador, ou seja, o objeto da pesquisa será analisado e interpretado segundo esse marco previamente definido. O projeto, todos os procedimentos, a metodologia, o problema são constituídos a partir dessa escolha. Pode-se, também, entender como marco teórico, a concepção que fundamenta uma ou toda obra de determinado autor. Mas não se está referindo à obra como um todo. Essa, quase sempre, é formada de um conjunto heterogêneo de argumentações e de explicações. Refere-se, assim, ao fundamento teórico de toda produção do autor ou de uma de suas obras. O marco teórico seria esse fundamento que respalda toda essa argumentação e lhe dá sentido ou, inclusive, uma de suas afirmações que seja incisiva e que reporte a algo que sustente uma idéia que tenha sido teórica ou empiricamente constatada.

Ao se indicar, em determinado projeto, como marco teórico postulações kelsenianas ou de alguma corrente positivista para investigações sobre di-

vórcio, far-se-á, por certo, indagações sobre a norma e suas relações no ordenamento jurídico. Fica-se, portanto, adstrito ao ordenamento jurídico. Jamais se faria a pergunta: “Quais os fatores sociais que favoreceriam o divórcio?”, por sua inadequação teórica. A questão poderia ser, por exemplo: “Quais os fatores relacionados com a legislação vigente poderiam favorecer o divórcio?” Esse seria um problema relacionado a um marco teórico com fundamento normativista ou no paradigma positivista.

Outro exemplo: escolhe-se uma postulação teórica em alguma obra de Boaventura de Sousa Santos (2000). Como ele é um sociólogo do Direito, a pergunta seria por certo: “Quais os reflexos do divórcio sobre a sociedade?” Ou “quais os fatores sociais?” Ou se poderia, ainda, perguntar: “Quais os fatores jurídico-sociais que provocariam o divórcio?”. Porque o fundamento teórico da obra de Boaventura de Sousa Santos (2002b) é sociológico-jurídico e entende o Direito como uma **variável dependente** da sociedade. Essa postulação poderia ser usada a partir de uma das teorias inserida em sua obra. Se, ao contrário, escolhe-se Kholby & Kholberg (1987), por exemplo, cujo fundamento é a questão da moralidade social, então a pergunta, poderia ser: “Quais os fatores morais provocariam o divórcio em sociedade ‘x’?”.

Numa passagem de sua obra *Teoria pura do direito*, Kelsen (1991) propõe a “teoria do equilíbrio entre o dever ser e o ser”. Aqui está um **marco teórico** kelseniano, que pode ser testado em uma pesquisa cujo fundamento se pretende normativista.

Junte a isso, a bagagem ideológico-doutrinária do pesquisador e seus fundamentos culturais. Completa-se, então, o conteúdo do marco teórico. O marco teórico é, portanto, uma afirmação incisiva de um teórico de determinado campo do conhecimento que realizou investigações e reflexões ordenadas sobre determinado tema e chegou a explicações e conclusões metódicas sobre o assunto ou, como já se explicou, o fundamento teórico que respalda suas reflexões em toda sua produção ou em parte dela.

Outro exemplo, uma conclusão incisiva tal como “[...] a legislação brasileira não tem qualquer eficácia sobre o assédio sexual nas relações de trabalho porque elas envolvem muito mais relações de poder do que relações normativas”. Eis uma afirmação que pode ter sido postulada em obra de valor teórico ou de pesquisa aplicada que se transforma em marco teórico de outra investigação. Então, a partir dessa escolha, só se pode trabalhar com as noções de eficácia ou de efetividade da legislação. A vertente metodológica a ser utilizada também já se explicita: uma pesquisa de cunho sociológico-jurídico. Encontrou-se, então, uma afirmação teórico-doutrinária

ria em determinado autor, cuja legitimidade científica é inescusável e que se tornou válida para o desenvolvimento de sua pesquisa. Aí estará, pois, o seu marco teórico.

Para se compreender a importância do marco teórico na realização de uma pesquisa científica, observe-se o seguinte exemplo prático. Suponha que um pesquisador queira realizar uma investigação científica com o objetivo de demonstrar que o centro de Belo Horizonte é violento. A primeira pergunta a ser feita, para a realização dessa pesquisa, seria a seguinte: existe violência no centro de Belo Horizonte? Como procedimento metodológico inicial, imagina-se a realização de uma pesquisa empírica para a verificação objetiva do fenômeno, uma vez que, tendo sido feita uma pesquisa bibliográfica, nenhum dado recente foi encontrado que respondesse, de forma incisiva, à questão posta. O pesquisador resolveu, então, frequentar o centro da cidade todos os dias durante um mês para observar, num ponto determinado, a existência ou não de violência. A qual conclusão ele poderia chegar no final do período? O que ele poderia ter observado? Provavelmente, ele deve ter observado o trânsito, o fluxo de pedestres, possivelmente alguns atos de agressão, poluição sonora, visual, sujeira, animais soltos, vendedores, um assalto a banco, um bem do patrimônio histórico e cultural sendo demolido, entre inúmeros outros fenômenos. Por meio desse procedimento, ele estaria em condições de responder se existe violência no centro de Belo Horizonte? Acredita-se que não, visto que faltou o ponto de partida da pesquisa que deveria ter sido enunciado a partir de um referencial teórico determinado. Em primeiro lugar, o pesquisador deveria se perguntar: o que posso entender por violência? Qual pesquisa já realizada me fornece um conceito “teórico”, “prático”, sobre violência? Qual teórico estaria legitimado a fornecer uma explicação incisiva para o fenômeno da violência, a partir da qual se poderia desvendar o objeto de pesquisa? Qual conceito definitivo de violência o pesquisador assumiria? Respondidas essas questões, poder-se-ia, talvez, considerar encontrado o marco teórico da pesquisa.

Não se deve confundir “marco teórico” com “pressupostos conceituais já aceitos”. O primeiro, como se viu, é o ponto de partida de uma investigação. Isso quer dizer que um mesmo problema de pesquisa, se tomado sob enfoques teóricos diversos, provavelmente encontrará encaminhamento diferente ao problema. Os pressupostos conceituais, por sua vez, são conceitos que não serão objeto de questionamento pela pesquisa. No tema de pesquisa “A aplicação do princípio da insignificância em crimes ambientais”, o termo “princípio da insignificância” necessitaria de um conceito como guia para a pesquisa que respondesse: o que se entende por esse tipo espe-

cífico de princípio nessa pesquisa? Tem força de norma jurídica? Qual o seu papel no ordenamento jurídico? Qual significado poder-se-ia atribuir ao princípio da insignificância? Ou da bagatela? E assim por diante... Essas perguntas podem servir como guia do pesquisador para encontrar o seu marco teórico e ao mesmo tempo derivam de uma teoria. No que diz respeito ao termo “crimes ambientais”, pode-se compreendê-los como pressuposto conceitual da pesquisa, entendendo-os como aqueles que estão definidos na legislação penal, sem questioná-los ou problematizá-los. Aproveitando o exemplo dado, imagine que o objetivo de uma outra pesquisa seja determinar o conceito de “crimes ambientais” e seu significado no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. A pesquisa sobre “crime ambiental” já necessitaria passar sob o crivo de algum marco teórico. Ou seja, qual teoria do “crime” estaria sendo adotada como referencial teórico para confrontá-lo à noção de meio ambiente?

Alguns termos da situação-problema de uma pesquisa jurídica que são considerados como pressupostos teóricos, quase sempre, necessitam de uma matriz teórica de apoio, tais como democracia, federalismo, Estado, soberania, crime, pena, autonomia, responsabilidade, direito, justiça, lei, ordenamento jurídico, norma jurídica, princípio, pluralismo jurídico, cidadania, direitos humanos, direitos fundamentais, eficiência, Estado democrático de direito, bioética, entre inúmeros outros conceitos.

Apesar das conseqüências apontadas na literatura para a problematização teórica – qual seja, a existência de eventuais falsificações dos resultados teóricos obtidos, já que as respostas estariam necessariamente contidas na pergunta, e a impossibilidade de hierarquizar propostas teóricas rivais, visto que elas seriam “incomensuráveis” porque produzidas à luz de diferentes e específicos protocolos científicos (PINTO; SILVA, 1986) –, não se deve entender que o marco teórico tenha o efeito de “engessar” a pesquisa. Ao contrário, é o marco teórico que fornece à pesquisa o caráter de sistematização do conhecimento (que distingue o conhecimento científico do senso comum) e torna possível a verificação e controle dos resultados obtidos e dos procedimentos metodológicos utilizados. Sem o marco teórico, o trabalho realizado torna-se um produto meramente subjetivo, uma opinião sem a fundamentação necessária, podendo tornar-se um achado inconsistente a qualquer teste de validade científica. A teoria direciona o olhar do pesquisador para desvendar a complexidade de seu objeto e encontrar os procedimentos metodológicos mais adequados à sua investigação.

Os marcos teóricos não necessariamente exigem pesquisas unidisciplinares, como se pensa usualmente. Numa pesquisa sobre “assédio sexual”,

por exemplo, ter-se-á cruzamentos com as teorias sobre relações de poder em organizações, que são da esfera de conhecimento da Ciência Política, enquanto o Direito tratará da efetividade normativa. Teremos, então, um marco teórico de conteúdo interdisciplinar e que determinará um desenvolvimento investigativo do mesmo tipo. Ou poderemos ter dois marcos teóricos sobre o tema, desde que sejam de conteúdo convergente e não divergente.

A identificação do tema, a consulta bibliográfica preliminar, a exposição do tema-problema, a hipótese, a formulação do esquema provisório ou plano de trabalho e a discussão e solução final do problema são elementos derivados e constitutivos do marco teórico. Em capítulos posteriores se exporá, de forma detalhada, o planejamento da ação, ou seja, a montagem do projeto de pesquisa, que deverá incorporar todos os elementos aqui indicados.

## 5.2 Desenvolvimento da investigação

As pesquisas são desenvolvidas para a solução de problemas coletivos, nunca de questões individualizadas. Elas têm funções diferenciadas. Algumas são “pesquisas básicas”, destinadas a desenvolver novos campos do saber ou a fundamentar a geração de conhecimentos. Outras, as “pesquisas aplicadas”, têm a função de desenvolver investigações operacionais destinadas a desenvolvimentos tecnológicos em diferentes campos de saber e, ainda, as “pesquisas-intervenção”, que se destinam ao levantamento exaustivo de informações sobre determinado campo que subsidiarão atuações e estratégias de transformação do contexto de ação. Podem constituir-se em intervenções visando o auxílio ao poder público (assessorias, consultorias, etc.) e de intervenção no exercício da cidadania.

Adota-se, neste livro, a classificação de tipos gerais de pesquisa, proposta por Pedro Demo (1995, p. 13) que, além de ser precisa e objetiva, é bastante adequada para fins didáticos. O autor propõe quatro gêneros de pesquisa: **teórica**, **metodológica**, **empírica** e **prática**. O primeiro gênero é eminentemente conceitual, destina-se a formular ou rever teorias, conceitos, referências teórico-doutorinárias. No campo jurídico, esse tipo é utilizado mais diretamente nas chamadas disciplinas zetéticas, tais como: Filosofia do Direito, Teorias Gerais do Estado, do Direito, História do Direito, entre outras. Isso não significa, porém, que ela se restringe apenas a essas áreas ou disciplinas. Todas as demais, inclusive aquelas do campo dogmático, poderão realizar pesquisas teóricas dependendo de seu objeto e do marco teórico.

O tipo “metodológico” de pesquisa dedica-se a discutir novos procedimentos investigativos, formas inovadas de fazer ciência, transformação de canhões metodológicos tradicionais, proposição de novas técnicas de abordagem do objeto de pesquisa, entre outros. Esse gênero de pesquisa tem sido pouco utilizado pela Ciência do Direito. Isso se dá, possivelmente, pela complexidade de sua aplicação. Para se obter novos procedimentos metodológicos, novas formas e modos de abordagem do objeto de pesquisa, é indispensável que, antes, tenham sido testados por meio de pesquisas de outros gêneros que possam validá-los. Esse tipo, contudo, pode ser de grande valor para a transformação e atualização das metodologias aplicadas ao campo jurídico.

É importante distinguir a pesquisa “empírica” da pesquisa “prática”. A primeira, conforme Demo, dedica-se “[...] a codificar a face mensurável da realidade social.” (DEMO, 1995, p. 13). Sobre essa definição algumas observações devem ser feitas. Primeiro gostaríamos de alertar que ela não se dedica apenas a codificações. Ela formula quadros de observação da realidade, propõe transformações de percurso das condições da realidade objeto da investigação e fornece cenários completos da realidade estudada, quer social, econômica, jurídica, entre outros. Pelo que se observou, não se pode entender que esse gênero dedique-se tão-somente a “mensurar” a realidade. Ela se propõe, é bem verdade, a interpretar a objetividade da realidade sócio-cultural, mas que não se restringe aos dados mensuráveis. A pesquisa “prática”, apesar de se dedicar aos mesmos procedimentos e ter natureza semelhante ao gênero de pesquisa empírica, desta difere por estar voltada para intervenções no ambiente sócio-cultural, político, jurídico, etc. Pesquisas que objetivem ações transformadoras durante o percurso da investigação ou avaliações que se realizem para a constituição de novos rumos para a realidade social são tipos desse gênero.

Referiu-se, aqui, às pesquisas das Ciências Sociais Aplicadas, que buscam resultados para a ciência já constituída, para a renovação dos métodos e procedimentos e para a transformação do contexto e dos fundamentos teóricos de um determinado campo do saber. São, pois, seus objetivos: conhecimento, descrição, interpretação, explicação e transformação de situações existentes com intuítos pragmáticos, práticos ou teóricos. Pode-se, pois, entender pesquisa, como uma atividade de conhecimento em que se define um objeto de estudo problematizado em busca de um novo saber ou de uma nova tecnologia.

Genericamente, as fases de uma pesquisa, como se afirmou anteriormente, são três. A primeira fase da pesquisa dedica-se à re-elaboração e

detalhamento do plano originário de pesquisa. Dá-se maior precisão ao foco de estudo e ao esquema metodológico. Passa-se, então, à coleta de dados e a levantamentos documentais e bibliográficos complementares e aprofundados.

Na segunda fase, faz-se o registro das informações, sua organização, tabulações e agrupamentos de dados segundo plano metodológico anterior. Faz-se a análise interpretativa e crítica das informações e a qualificação teórica dos elementos, tendo em vista a ratificação ou refutação da hipótese proposta. Nesse momento, já é possível trabalhar, ainda de forma preliminar, com a confirmação da hipótese e, por conseguinte, com a elaboração de respostas à situação-problema colocada pelo projeto.

Na terceira fase, há um aprofundamento de todos os elementos da fase anterior, após a realização de discussões com especialistas e de seminários de equipe ou de encontros orientador/orientando. Faz-se a revisão de conteúdo e a checagem das proposições iniciais. Redige-se um texto preliminar do relatório da pesquisa (monografia final de curso de graduação, dissertação, tese, etc.) e discutem-se, novamente, os resultados. Passa-se, então, à redação final do relatório, sua normalização e edição final segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e adequações às exigências institucionais do setor em que se realiza a investigação.

Os projetos de pesquisa apresentam, em geral, três grandes partes: a) indicações ou partes pré-textuais; b) corpo ou texto do projeto; c) partes pós-textuais.

Considerando as diferentes abordagens temáticas e metodológicas que podem ser dadas aos projetos de pesquisa, bem como o fato de que a “ordem” dada aos elementos integrantes das partes textuais dos projetos de pesquisa, apresentados a seguir, não altera substancialmente o planejamento e o desenvolvimento das investigações científicas, trabalharemos neste livro com a seguinte estrutura de projetos de pesquisa:

- A) Partes pré-textuais: capa, folha de rosto, resumo, sumário – elementos obrigatórios – e apresentação – elemento opcional. A apresentação é prioritariamente utilizada em relatórios finais de pesquisas. Em projetos, considerando-se a inserção obrigatória do resumo, ela é dispensável e, quando inserida, dá um peso desnecessário ao projeto, tornando seu conteúdo repetitivo.
- B) Partes textuais – corpo ou texto do projeto: 1 Tema-problema; 2 Justificativa; 3 Objetivo geral e objetivos específicos; 4 Revisão da literatura sobre o assunto; 5 Hipótese; 5.1 Variáveis; 5.2 Indicadores; 6 Metodologia; 6.1 Marco teórico; 6.2 Setores de conhecimento; 6.3 Processos de estudo; 6.4 Natureza dos dados; 6.5 Grau de generalização dos resultados; 6.6 Técnicas e procedimentos metodológicos; 6.7 Controle metodológico.
- C) Partes pós-textuais: 7 Fases da pesquisa; 8 Cronograma físico, 9 Bibliografia básica preliminar; 10 Referências bibliográficas – elementos obrigatórios – 11 Detalhamento de custos, cronograma financeiro e de desembolso, anexos, apêndices e índices – elementos opcionais. O detalhamento de custos, cronograma financeiro e de desembolso são elementos que compõem projetos com pedido de financiamento da pesquisa. Em projetos acadêmicos que não requerem financiamento, essas partes não são inseridas.

Relatar-se-á, a seguir, o conteúdo de cada uma dessas partes e seus elementos integrantes, apresentando ilustrações ou exemplos de trabalhos desenvolvidos sob a orientação das autoras.

## 6.1 Indicações preliminares

O projeto é o instrumento central do desenvolvimento de uma pesquisa, visto que tem por principal escopo delimitar o objeto a ser investigado, a situação-problema na qual está inserido e sua necessária fundamentação teórica.

Para que uma pesquisa alcance os resultados esperados, é mister a conjugação de certos fatores: a apresentação de um problema que possui relevância dentro do ramo do conhecimento científico, uma equipe de pesquisadores habilitados para trabalhar o problema que se apresenta, a escolha da metodologia mais adequada para tratar o problema apresentado e realizar o teste da hipótese e o cumprimento de certas exigências formais (prazos para apresentação e entrega de relatórios e resultados, formalidades de apresentação do trabalho científico e prestação de contas dos recursos fornecidos, quando for o caso, entre outras).

Sem esses elementos mínimos, pode-se dizer que não há trabalho científico, mas tão-somente um exercício de síntese ou compilação de textos e manuais: o que se denominava neste livro como **aprofundamento de estudos**. Assim, pode-se estar diante de um tema interessante que, por não ter obedecido aos requisitos formais, não pôde ser concluído. Contudo, de nada adianta um rigoroso cumprimento de metas preestabelecidas e de um formato impeçável, sem o desenvolvimento do conteúdo (como a constituição do tema-problema, a identificação do marco teórico, a formulação das hipóteses, etc.). Essas questões serão aprofundadas em seções e capítulos posteriores. Trataremos, primeiramente, dos requisitos formais mínimos que um trabalho científico deve conter.<sup>1</sup>

Primeiramente, o trabalho científico deve buscar a concisão e a clareza, sem prejuízo do conteúdo e desenvolvimento da investigação. Essa concisão é a tônica principal do projeto de pesquisa. Algumas agências finan-

<sup>1</sup> A principal obra que adotamos acerca dos aspectos formais de um relatório de pesquisa é a sexta edição do *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*, das professoras da Faculdade de Biblioteconomia da UFMG: Júlia Lessa França, Stella Maris Borges, Ana Cristina de Vasconcelos e Maria Helena de Andrade Magalhães (FRANÇA *et al.*, 2004), com as alterações introduzidas pela NBR 6023, de ago. 2002 (ASSOCIAÇÃO... 2002a).

ciadoras (como CNPq, CAPES, FAPEMIG, entre outras instituições) ou comitês de avaliação e seleção de projetos costumam limitá-lo a 8 ou 10 páginas, no máximo.

A concisão, a clareza e a objetividade do projeto de pesquisa são elementos importantes para a aprovação do plano apresentado. Sabe-se que a linguagem científica é parcimoniosa e sua estrutura deve restringir-se à essencialidade do conteúdo que o objeto da investigação requer. Os comitês de avaliação de pesquisa, bancas examinadoras e comissões de avaliação estão atentos para esse requisito que demonstra o conhecimento das diretrizes científicas pelo pesquisador.

## 6.2 Partes pré-textuais

As partes pré-textuais, como o próprio nome indica, antecedem o conteúdo do projeto de pesquisa que é dado pelo “corpo do texto”, conforme indicações a seguir:

Os diversificados centros de pesquisa e as agências financiadoras de pesquisa costumam exigir um conteúdo mínimo para projetos científicos. Deve-se, portanto, estar sempre atento aos editais de concessão de bolsa e às regras editadas por cada instituição no que diz respeito ao formato e composição de um instrumento de pesquisa, pois esses podem variar.

De maneira geral, as partes pré-textuais de um projeto devem conter: a) a capa (ou falsa folha de rosto); b) a folha de rosto; c) o resumo; d) o sumário; e) a apresentação. Esta última, no projeto, deve ser considerada opcional e até dispensável, pois o resumo dispensa uma apresentação, para evitar-se repetições desnecessárias. Essas partes são utilizadas para indicar e identificar sumariamente as partes do projeto e são elementos complementares ao corpo do texto e para facilitar a compreensão e leitura dos temas e propostas a serem apresentados.

### 6.2.1 Capa

Alguns manuais de elaboração de projetos indicam que deverá haver uma falsa folha de rosto (ou **capa**), como uma “[...] folha obrigatória que precede a folha de rosto e contém no anverso o título e subtítulo da publicação, centralizados na página.” (FRANÇA *et al.*, 2004, p. 15).

ABNT, na NBR 14724 de 2005, entende que a capa é elemento obrigatório dos trabalhos acadêmicos e deve conter: nome da instituição (opcional), nome do autor, título e subtítulo, se houver, número de volumes, quando houver mais de um, local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado, ano de depósito (da entrega). (ASSOCIAÇÃO..., 2005, p. 4). Compreende-se, contudo, neste livro, que há divergências quanto ao rigor de formatação em relação à capa do Projeto. Daí, porque, não se entende que a capa deva ser considerada obrigatória: ao contrário da folha de rosto. A capa no projeto é opcional e contém aquilo que o autor achar necessário dispor como seu conteúdo.

Por ser opcional, supõe-se que a capa do projeto possa ser ilustrada, em tipos e cores diversos do trabalho, ou estar impressa na parte externa do trabalho, como nos casos de confecção de “capa dura” ou papelão. Apesar de não ser isso muito comum no mundo acadêmico, especialmente do direito.

A capa de projetos poderá conter:

- **Instituição em que o trabalho será apresentado:** é o elemento que vem no alto da página e indica qual instituição responsável pela propositura do projeto ou do plano de pesquisa (universidade, faculdade, centro de pesquisa, etc.).

Propõe-se que esse elemento deva ser incluído nos projetos, apesar de opcional, tendo em vista que o aluno ou pesquisador que o apresenta é um proponente e não ainda o autor da pesquisa, razão pela qual a instituição que o recebe deva aparecer como primeiro elemento da capa do projeto;

- **Autor, autores ou equipe técnica responsável pelo trabalho** (se houver): tratando-se de pesquisa individual, em duplas ou grupos pequenos, os nomes completos dos autores do projeto de pesquisa aparecem abaixo do título da obra. **Apesar de que o nome do autor é obrigatório apenas na folha de rosto, quando se trata de projeto.** No caso de trabalhos coletivos ou de equipe técnica responsável, entende-se que a capa conterá apenas o nome da instituição na qual o trabalho foi desenvolvido e o nome completo dos participantes virá após a folha de rosto, numa folha com título próprio e, se possível, com a indicação da função exercida por cada um dos integrantes (FIG. 5 e 6);

- **Título e subtítulo** (este último, se houver): deverá ser colocado no centro da página, utilizando-se os mesmos tipos e tamanhos do que o utilizado para o nome do autor, podendo ser destacado com

**negrito.** Deve-se procurar escolher um título atraente para o trabalho e que demonstre ao leitor não só o objeto da pesquisa mas a sua problematização mais específica. Se houver subtítulo, o mesmo será separado do título por dois pontos [:]. Sugere-se que o subtítulo não esteja em negrito para distinguir-se do título. (FIG. 1, 4, 5 e 6);

- **Local e ano:** local (cidade) onde foi apresentado o trabalho e o ano de seu depósito ou de apresentação para banca ou comitê de seleção. Esses dois últimos são centralizados no final na página.

**Esses elementos, no projeto, podem ser considerados como indispensáveis pelo autor, apesar de não serem obrigatórios.** Não há uma regra específica que determine o espaçamento entre os elementos da capa e da folha de rosto. Como o objetivo primordial das normas técnicas é a uniformização dos trabalhos científicos, entende-se que as margens e os tipos a serem utilizados na capa e na folha de rosto deverão ser os mesmos do corpo do trabalho – somente os destaques dos tipos poderão variar para que as informações sejam mais bem distribuídas na capa. **Em projetos de pesquisa, a capa deve ser considerada de forma bastante livre, ao contrário da folha de rosto.**

### 6.2.2 Folha de rosto

A **folha de rosto** contém os mesmos elementos da capa descritos acima, segundo indicações da ABNT, diferenciados apenas porque não contém o nome da Instituição no alto da folha, como ocorre na capa e ainda por que entre o título e o local do depósito, deve ser colocada uma nota explicativa que contém a natureza, o objetivo, área de concentração e o nome do orientador e co-orientador do projeto, quando houver (ASSOCIAÇÃO..., 2005, p. 4).

Nos modelos apresentados a seguir considera-se importante a apresentação do nome da instituição na capa e também na folha de rosto dos projetos de pesquisa, em que pese o fato de a ABNT somente exigí-la na capa (FIG. 1).

Como referido acima e detalhando um pouco mais adiante, a nota explicativa da folha de rosto deve conter:

A **natureza** do trabalho a ser desenvolvido pode explicitar-se como: projeto de pesquisa (FIG. 1); relatório de pesquisa institucional (FIG. 6); monografias de final de curso, dissertações de mestrado ou teses de

doutoramento (FIG. 5); o **objetivo** do trabalho refere-se ao grau pretendido, à aprovação em disciplina, à conclusão do curso, entre outros; **nome da instituição** a que é submetido o projeto; a **área de concentração** indica o campo de conhecimento em que se quer especializar e que a pesquisa o permitirá, ou seja: Filosofia do Direito, Direito Administrativo, Biodireito, e outros; o **nome completo** e a **titulação** do(s) orientador(es) do trabalho.

No que diz respeito à formatação da nota explicativa, a NBR n. 14724 da ABNT determina que deva ser digitada em espaço simples e alinhada do meio da mancha para a margem direita (ASSOCIAÇÃO... 2005, p. 8). Observe a formatação da nota explicativa nos exemplos apresentados a seguir (FIG. 1, 5 e 6).

### 6.2.3 Resumo

Trata-se de um texto dissertativo que deve especificar os principais pontos do projeto de pesquisa, tais como, seu valor para o ramo científico e originalidade, situação-problema, objetivo geral, elementos fundamentais da metodologia, marco teórico e hipótese. O resumo sintetiza conteúdos do projeto de pesquisa. Nesse sentido, deve-se lembrar que ele não deve conter nenhuma informação nova, ou seja, que não esteja contemplada no conteúdo do projeto que precede. A NBR 6028 classifica essa espécie de resumo com “indicativo”, pois diz respeito aos “[...] pontos principais do documento [...] de modo geral, não dispensa a consulta ao original.” (ASSOCIAÇÃO..., 2003c, p. 1).

Tem-se como indicação que o resumo de trabalhos acadêmicos deve conter, entre 150 a 500 palavras (NBR 6028/2003).<sup>2</sup> Júnia Lessa França e outras recomendam que ele deva conter “[...] até 250 palavras para monografias e artigos periódicos; até 500 palavras para livros, teses e relatórios de pesquisa.” (FRANCA *et al.*, 2004, p. 73). **Em um projeto de pesquisa ele deve ser o mais sucinto possível.** Um texto maior poderia se afastar do objetivo de concisão, que o resumo deve buscar **nesse tipo de documento** (FIG. 2 e 9). O resumo será apresentado na língua vernácula. Não se entende necessária a apresentação de resumo em língua estrangeira

<sup>2</sup> Segundo a NBR n. 14724/2005, resumo na língua vernácula é “Elemento obrigatório, constituído de uma seqüência de frases concisas e objetivas e não de uma simples enumeração de tópicos, não ultrapassando 500 palavras, seguido, logo abaixo, das palavras representativas do conteúdo do trabalho, isto é, palavra-chave e/ou descritores, conforme a ABNT NBR 6028.” (ASSOCIAÇÃO... 2005, p. 5).

ra nos projetos de pesquisa, a não ser que esta seja uma exigência das instituições em que serão apresentados ou das agências financiadoras de pesquisas. Os resumos de projetos devem ser claros e conter apenas as informações indispensáveis.

Os resumos podem também auxiliar para a apresentação de trabalhos em encontros científicos ou para a publicação nos anais desses encontros, exposição oral ou em painéis, de acordo com as exigências estabelecidas nesses encontros, tal como apresentado no Apêndice B deste livro. Quase sempre, entretanto, são utilizados resumos de trabalhos científicos já encerrados e não do projeto, a não ser que seja o próprio projeto que se deseja colocar sob o crivo da avaliação de pares.

Quanto à forma, os resumos seguirão as regras gerais de apresentação da ABNT (item 5.1 a 5.7 da NBR 14724/2005), lembrando que a palavra “resumo”, que antecede o texto, deve ser centralizada (ASSOCIAÇÃO... 2005, p. 8).

### 6.2.4 Sumário

Trata-se da listagem das principais divisões, seções e outras partes de um documento, refletindo a organização da matéria no texto, acompanhada dos respectivos números de páginas em que serão localizados no texto do documento (NBR 6027/2003).

O sumário, por vezes, é confundido com índice ou resumo. O resumo, como se viu, é uma síntese do trabalho que precede o sumário. O índice aparece após o sumário ou a bibliografia — ou referências — e é uma listagem de palavras significativas (de autores, obras, figuras ou termos técnicos) com a indicação da localização das informações no texto. Enquanto o sumário é elemento obrigatório do projeto, o índice é opcional, devendo ser estabelecido conforme a NBR 6034, de dezembro de 2004. Poucas vezes se utiliza índices em projetos de pesquisa.

Inicia-se essa parte com a palavra “Sumário”, escrita em letras maiúsculas (ou somente em negrito) e centralizada “[...] e com a mesma tipologia da fonte utilizada para as seções primárias.” (ASSOCIAÇÃO... 2003b, p. 2).

No sumário, deve-se utilizar numeração progressiva das seções para proporcionar o desenvolvimento claro e coerente do texto e facilitar a localização de cada uma de suas partes (FIG. 3 e 11).

Segundo a NBR 6024/2003, “São empregados algarismos arábicos na numeração dos itens do sumário.” (ASSOCIAÇÃO... 2003a, p. 2).

Algumas outras indicações formais (NBR 6027):

- os elementos pré-textuais não devem constar no sumário;
- os indicativos das seções que compõem o sumário devem ser alinhados à esquerda;

A distribuição de itens ficará a critério do autor, dependendo do tipo de trabalho e das seções apresentadas. Quanto a sua divisão, o sumário poderá, por exemplo, ser dividido em partes e cada parte em capítulos (Parte I, Capítulo 1, Capítulo 2,...; Parte II, Capítulo 3, Capítulo 4,... e assim sucessivamente) ou somente em capítulos (Capítulo 1, Capítulo 2,...). Se a publicação for coletiva, ou seja, diferentes autores fazem um texto que compõe a publicação, deverá ser numerado por itens (1, 2, 3,...) e não por capítulos. A divisão do sumário dos projetos de pesquisa geralmente não é feita em capítulos mas, como no último exemplo, em itens, devido ao reduzido tamanho do texto dos projetos.

É a partir do sumário que será feita a numeração das páginas do texto com algarismos arábicos. Nas partes pré-textuais, não há numeração de páginas. Após a descrição dos itens do sumário, deve-se indicar, no final da mesma linha, o número da página correspondente no interior do relatório (FIG. 3 e 11).

Observe-se o seguinte exemplo genérico:

## 1 SEÇÃO PRIMÁRIA

### 1.1 Seções secundárias

#### 1.2

##### 1.2.1 Seções terciárias

##### 1.2.2

###### 1.2.2.1 Seções quaternárias

###### 1.2.2.2

###### 1.2.2.3

###### 1.2.2.3.1 Seções quinárias

###### 1.2.2.3.2

A seguir, apresenta-se a aplicação das divisões de documento num exemplo concreto, baseado na dissertação de mestrado “Direito administrativo pós-

moderno? Uma (re)construção da distinção entre o público e o privado para a compreensão das relações entre o Estado e a sociedade.” (DIAS, 2002). Ilustra-se com parte do “Sumário” dessa dissertação:

<b>2 A COMPREENSÃO DO PÚBLICO E DO PRIVADO NA TEORIA GERAL DO DIREITO COMO SUMMA DIVISIO</b> .....	49
<b>2.1 Divergências históricas quanto à origem da summa divisio</b> .....	52
<b>2.2 As correntes de pensamento acerca da distinção entre o direito público e o privado: afirmativas, negativas e mistas</b> .....	65
[...]	
<b>2.2.1 Corrente afirmativa e seus critérios de distinção</b> .....	66
<b>2.2.2 Os movimentos de privatização e publicização das esferas jurídicas públicas e privadas</b> .....	78
<b>2.2.3 A corrente negativista: o monismo de Kelsen</b> .....	82

É regra da ABNT que “Não se utilizam ponto, hífen, travessão ou qualquer outro sinal após a numeração indicativa de seção ou de seu título.” (ASSOCIAÇÃO..., 2003a, p. 2). Observe-se o exemplo acima.

Para melhor visualização das seções do documento no sumário, a ABNT recomenda (NBR 6024) destacar gradativamente o texto. Nos exemplos dados, utiliza-se a seguinte formatação gradativa: os tipos da seção primária foram grafados em letras maiúsculas e em negrito, os da seção secundária em letras minúsculas e em negrito; na seção terciária, somente os números da seção em negrito. A partir da seção quaternária, os números e os nomes das seções não terão negrito.

## 6.2.5 Outros elementos pré-textuais opcionais

Os elementos pré-textuais apresentados anteriormente são de apresentação obrigatória nos projetos de pesquisa. São elementos opcionais e que somente deverão constar do trabalho segundo a conveniência do autor: lombada (NBR 12225/2004), errata, dedicatória, agradecimentos, epígrafe, lista de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, conforme indicativos da NBR 14724 (ASSOCIAÇÃO..., 2005, p. 3).

Apresentam-se, a seguir, alguns exemplos de trabalhos estruturados segundo as normas e regras apresentadas anteriormente.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Direito/Curso de Pós-Graduação

Maria Tereza Fonseca Dias

Uma (re)construção da distinção público/privado para compreensão do fenômeno da Reforma Administrativa Brasileira

Plano de Pesquisa apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais como um dos requisitos da obtenção do Grau de Mestre em Direito na Área de Concentração em Direito Administrativo, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Paulo de Almeida Dutra e Co-orientação da Professora Doutora Miracy Barbosa de Sousa Gustin.

Belo Horizonte  
2000

FIG. 1 Exemplo de folha de rosto de projeto de pesquisa (DIAS, 2000).

RESUMO

A distinção público/privado é um problema recorrentemente discutido pela teoria geral do direito, com consequentes reflexos na dinâmica de criação, compreensão e aplicação do direito.

Segundo demonstra Habermas, “[...] não se conseguiu harmonizar conceitualmente e de modo satisfatório autonomia pública e privada.” (HABERMAS, 1997, p. 115).

A Reforma Administrativa do Estado tem introduzido novos elementos que interferem na compreensão da distinção entre público e privado, sobre os quais deve-se trabalhar conceitualmente: “publicização”, “setor não-exclusivo”, “propriedade pública não-estatal”, “terceiro setor”, “entidades públicas não-estatais”, entre outras.

O principal objetivo deste projeto de pesquisa é, pois, compreender a distinção público/privado na Reforma Administrativa do Estado que está sendo implementada pelo Governo Federal, por meio da análise crítica da história dessa distinção no pensamento jurídico e da tentativa de sua (re)construção, tendo em vista novas concepções teóricas.

Essa (re)construção servirá, ao final, para uma análise crítica à Reforma Administrativa e às tendências do próprio Direito Administrativo com relação ao tema.

Para tanto, adotar-se-á como marco teórico de estudos a “Teoria Discursiva do Direito e da Democracia”, de Jürgen Habermas (1997), que procura problematizar a legitimidade do direito por meio de uma compreensão procedimental de sua elaboração e de uma determinada condição de cidadania. Sob essa perspectiva, a titularidade de direitos fundamenta e garante a autonomia pública e privada.

A metodologia do trabalho terá cunho transdisciplinar, passando, pela análise da história das reformas administrativas sob o crivo da metodologia da história política, apresentando os recortes temáticos de uma suposta evolução das reformas administrativas, utilizando-se, ainda, do método comparativo.

Promover-se-á, dessa forma, com a pesquisa, uma crítica da sociedade moderna que incorpore tanto suas falhas ou distorções como suas realizações positivas.

FIG. 2 Exemplo de resumo de projeto de pesquisa – 274 palavras (DIAS, 2000).

## SUMÁRIO

1	TEMA-PROBLEMA .....	1
2	JUSTIFICATIVA .....	2
3	OBJETIVOS .....	3
3.1	Objetivo geral .....	3
3.2	Objetivos específicos .....	3
4	REVISÃO DA LITERATURA .....	4
5	HIPÓTESE .....	4
5.1	Variáveis .....	5
5.2	Indicadores .....	5
6	METODOLOGIA .....	6
6.1	Marco teórico .....	6
6.2	Setores de conhecimento .....	6
6.3	Processos de estudo .....	6
6.4	Natureza dos dados .....	6
6.5	Grav de generalização .....	6
6.6	Técnicas e procedimentos metodológicos .....	6
7	FASES DA PESQUISA .....	7
8	CRONOGRAMA FÍSICO .....	8
9	BIBLIOGRAFIA BÁSICA PRELIMINAR .....	9
10	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	10

FIG. 3 Exemplo de sumário de projeto de pesquisa.

**6.3.0 corpo ou texto do projeto de pesquisa****6.3.1 A escolha do tema e a construção da situação-problema da pesquisa**

Como já se afirmou inúmeras vezes, só existem pesquisas científicas quando estas são precedidas de uma situação-problema de real importância que não possa ser resolvida a partir de simples consultas bibliográficas, nem prescindir de toda sistematicidade que envolve uma investigação.

Antes da formulação da situação-problema, é necessário identificar e delimitar o tema da pesquisa, ou seja, o assunto a ser pesquisado. Para Délcio Vieira Salomon, especificar um assunto significa focalizar determinado objeto de pesquisa (SALOMON, 2001). Este objeto de pesquisa será melhor delimitado quando ele estiver adequadamente problematizado. Como tema, ele é um foco bastante genérico que, possivelmente, será encontrado em diversas propostas de pesquisas ou em simples aprofundamento de estudos.

A escolha do tema e a constituição da situação-problema da pesquisa significam a etapa mais importante do processo de investigação científica, pois envolvem não apenas o campo de motivação do estudante e do pesquisador para um longo trabalho de leitura, levantamento e compilação de dados, procedimentos múltiplos de campo ou teóricos e convivência aprofundada com o assunto. A não correspondência ao interesse do pesquisador pode significar maiores dificuldades e menor contribuição para sua formação acadêmica e profissional. É claro que não se pode deixar de ressaltar que, quando o tema é escolhido pelo pesquisador e a situação-problema da pesquisa é formulada e delimitada, necessariamente já estará neles inserido o marco teórico da pesquisa. Ressalta-se que o marco teórico só poderá ser extraído do sistema de referências do pesquisador e que fundamentará não apenas os conteúdos do projeto, como de toda pesquisa. Além disso, outros desdobramentos decorrem da delimitação do tema e da construção do problema no processo de desenvolvimento da pesquisa. Entre eles, deve-se observar que:

- A situação-problema da pesquisa é sempre fundada em marco teórico previamente definido. Alguns elementos constitutivos da situação-problema são o que chamamos de “pressupostos conceituais” já aceitos e efetivamente conceituados na doutrina, legislação ou em literatura especializada. Esses pressupostos, entretanto, nem sempre são igualmente conceituados entre doutrinadores ou teóricos de campos de conhecimento diferenciados. Quando isso ocorre, torna-se indispensável que o problema seja seguido do conceito exato de cada elemento, para que não paira dúvida sobre a conceituação precisa. Muitas vezes, em um mesmo autor, um único elemento é conceituado de forma diferente em obras diversas. Por esse motivo, deve ser extraído do marco teórico que funda a pesquisa.
- As situações-problema, depois de formuladas, são fundamentos paradigmáticos para a constituição das hipóteses, dos objetivos e da metodologia da pesquisa.

- Os problemas ou situações-problema e, em especial, o marco teórico que os constituiram, condicionam os principais aspectos metodológicos da pesquisa: vertentes metodológicas, tipos de investigação, técnicas, procedimentos e métodos de levantamento e coleta de dados, etc.
- A situação-problema direciona, inclusive, as posteriores conclusões do relatório final da pesquisa.

As autoras têm percebido em suas aulas de metodologia da pesquisa e de orientação monográfica que o aluno pesquisador, sobretudo o de Graduação, ainda não habituado ao raciocínio da pesquisa e carente de aprofundamentos teóricos acerca dos assuntos a serem pesquisados, encontra dificuldades em delimitar, concomitantemente com a elaboração do problema, o marco teórico da pesquisa. Nesse sentido, tem-se procurado, em primeiro lugar, fazer com que ele escolha o tema, apresente a situação-problema e, em seguida, identifique, no seu sistema de referências, o marco teórico que permitirá a fundamentação desses elementos. Isso não significa dizer que o marco teórico da pesquisa deva surgir depois da escolha do tema e da construção do problema da pesquisa. Essa proposta tem um sentido excepcional, primordialmente didático-pedagógico. Seu principal objetivo é o de contornar dificuldades de alguns estudantes da Graduação e que não têm sido facilmente superadas em sala de aula.

Devem ser considerados alguns critérios importantes para a escolha e delimitação do tema de pesquisa:

- Relevância social, humana e jurídica, ter valor histórico e contribuir com soluções para a atualidade.
- O assunto deve ser adaptado à capacidade e ao nível de qualificação, às inclinações e interesses do pesquisador.
- Elementos condicionantes externos, tais como: tempo para a realização da pesquisa, bibliotecas, material e capacidade dos bancos de dados disponíveis, possibilidade de consulta a especialistas, entre outros.
- Sistema de referências teórico-prático já estruturado sobre o assunto.

Indicam-se, a seguir, alguns exemplos de temas de pesquisa. A partir desses exemplos, procurar-se-á desenvolver os demais elementos do projeto de pesquisa:

**Exemplo 1**  
“A eficácia da legislação do divórcio, no Brasil, e seus fatores condicionantes externos”.

**Exemplo 2**  
“O exercício democrático do direito fundamental à liberdade de imprensa e de informação jornalística.” (MELO; ROCHA, 2004).

**Exemplo 3**  
“Uma (re)construção da distinção público/privado para compreensão do fenômeno da Reforma Administrativa Brasileira.” (DIAS, 1999).

**Exemplo 4**  
“O Poder Legislativo estadual e a elaboração de políticas públicas: em busca de um novo padrão de atuação.” (MINAS GERAIS, 2000).

**Exemplo 5**  
“A pessoa jurídica e os direitos da personalidade.” (GOMES, 2004).

**Exemplo 6**  
“A natureza tributária da prestação cobrada pelo uso de bens ambientais.” (BOTELHO, 2004).

Como se pode observar nos exemplos acima, o tema de pesquisa pode ser ou não equivalente ao título atribuído ao projeto ou à pesquisa. No caso do Exemplo 1, anteriormente analisado, o tema inicialmente poderia ser, “Questões sobre o instituto do divórcio”, por exemplo, ou somente “O divórcio”. Esses dois temas, contudo, estão elaborados de uma forma metodologicamente incorreta. A forma correta foi dada no exemplo 1: “A eficácia da legislação do divórcio, no Brasil, e seus fatores condicionantes externos”, que tem um significado mais preciso e revela com maiores detalhes o objeto da pesquisa, mostrando que o tema já foi devidamente problematizado.

Vejam que os exemplos 1 a 4 não chegam a explicitar exatamente a situação-problema da pesquisa, porém demonstram, mais efetivamente, o que se deseja investigar. Já nos exemplos 5 e 6 o problema da pesquisa fica mais explícito, apesar de não formulado claramente e ainda não demonstrando toda sua complexidade.

O investigador, a partir do tema, apresenta o conteúdo a ser tratado no projeto de pesquisa, apesar de sua condição ainda preliminar e rudimentar. Quando se escolhe o tema, que é o assunto que se deseja analisar, deve-se também pensar, como já dito, em sua exequibilidade e adequação aos fatos externos e internos. O tema é o início de exposição daquilo que será explorado na pesquisa científica que se deseja desenvolver.

A situação-problema constituída no projeto é sempre formulada como indagação, como uma questão que o investigador se atribui pela primeira vez ou que permaneceu sem solução em pesquisa anterior, de sua responsabilidade ou de outras equipes de investigação. Deverá pôr em evidência as condições de oportunidade, novidade e relevância e ter uma dimensão viável, tanto no que se refere ao conteúdo, quanto à área de abrangência da pesquisa e ao tempo disponível.

A linguagem do problema deve ser clara e precisa e o mesmo deve estar conectado com a esfera empírica, isto é, os valores devem ser expostos e analisados objetivamente, como fatos. Situações-problemas, em termos científicos, não podem ser confundidas com juízos morais.

Duas outras características do problema a ser pesquisado são constantemente lembradas pelos manuais de metodologia de pesquisa: ser suscetível de solução e ter uma dimensão viável.

Além de todas essas características, a situação-problema deve ser completa em sua formulação, ou seja, conter todas as variáveis necessárias e esclarecedoras da investigação que se deseja fazer.

A seguir, observem-se as indagações formuladas, referentes ao tema do Exemplo 1, dado acima, que reconstrói a seqüência do raciocínio desenvolvido tendo em vista a maior completude e precisão da redação do problema, bem como da maior delimitação do objeto da investigação.

### Exemplo 1

Tema da pesquisa: "A eficácia da legislação do divórcio, no Brasil, e seus fatores condicionantes externos."

Etapas possíveis para a formulação do problema da pesquisa, do mais simples ao mais complexo e completo:

1. Quais os fatores que provocam o divórcio?
2. Quais os fatores de ordem social (moral, religiosa, etc.) que provocam o divórcio?
3. Quais os fatores de ordem social [ou...] que provocam o divórcio em casais com até 10 (15, 20, etc.) anos de casamento?

4. Quais os fatores de ordem social [ou...] que provocam o divórcio em casais com até 10 [ou...] anos de casamento e que pertencem ao estrato social médio (alto, médio-baixo, popular, etc.)?

Assim por diante. Quanto mais preciso o problema, mais fácil se torna a elaboração dos demais elementos do projeto e sua testagem. Ressalte-se, mais uma vez, que o problema tem de estar conectado com o marco teórico da investigação e os interesses da equipe de investigação ou as demandas sociais ou institucionais. De um modo geral, ao se colocar o problema, inicia-se por uma linguagem genérica e dar-se-lhe-á, gradualmente, maior precisão de termos e de conteúdo, conforme a exemplificação anterior.

Seguem as situações-problemas, formuladas conforme as temáticas indicadas nos exemplos anteriores acerca da escolha do tema da pesquisa.

### Exemplo 2

Tema da pesquisa: "O exercício democrático do direito fundamental à liberdade de imprensa e de informação jornalística." (MELO; ROCHA, 2004).

Situação-problema:

- A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece parâmetros para o exercício democrático do direito à liberdade de imprensa, especificamente à liberdade de informação jornalística. Esses parâmetros seriam suficientes, tendo em vista as diversidades de visões de mundo constitutivas de uma concepção de esfera pública que não se reduz à estatal?

### Exemplo 3

Tema da pesquisa: "Uma (re)construção da distinção público/privado para compreensão do fenômeno da Reforma Administrativa Brasileira."

Problemas de pesquisa formulados:

- Como a Teoria geral do direito compreendeu historicamente a distinção entre o direito público e o privado no entendimento das relações entre o Estado e a sociedade?
- Da (re)construção da distinção entre o público e o privado adviriam efeitos práticos na forma da compreensão do sistema administrativo e, conseqüentemente, na atuação estatal?

#### Exemplo 4

Tema da pesquisa: “O Poder Legislativo estadual e a elaboração de políticas públicas: em busca de um novo padrão de atuação.”

Situação-problema:

- Quais seriam as condições, teóricas e práticas, que possibilitariam ao Poder Legislativo Estadual alterar os seus padrões tradicionais de atuação, assumindo novas posturas, ativas, quando da elaboração de políticas públicas?

#### Exemplo 5

Tema da pesquisa: “A pessoa jurídica e os direitos da personalidade” (GOMES, 2004).

Situação-problema:

- A pessoa jurídica poderia figurar como titular de direitos da personalidade, que, têm, na pessoa natural, a matriz a partir da qual puderam ser pensados?

#### Exemplo 6

Tema da pesquisa: “A natureza tributária da prestação cobrada pelo uso de bens ambientais.” (BOTELHO, 2004).

Situação-problema:

- O conceito legal de *poluição*, configurativo de um *ilícito*, e o doutrinário de *dano*, fundamental no plano da responsabilidade civil, podem conviver com a afirmação de que as prestações pecuniárias exigidas em razão do princípio do poluidor/pagador possuem natureza tributária? Ou:
  - A via tributária é adequada para alcançar os objetivos preservacionistas, inclusive no que tange ao meio ambiente urbano?

Os exemplos 2, 4 e 5 trazem um problema de redação única, uma grande questão ou dúvida que apresenta linguagem completa e com significado. Isso não impede, no entanto, como feito nos exemplos 1, 3 e 6, apesar de não ser necessário, que esse problema seja seguido por perguntas ou indagações pontuais, no máximo duas, que esclarecem pontos obscuros do problema. Muitas vezes, no entanto, essas perguntas pontuais podem ser facilmente transformadas em objetivos específicos ou serem incorporadas pelo problema geral. Tanto quanto possível, devem-se evitar fragmentações do

projeto, pois essa fragmentação, inúmeras vezes, pode demonstrar uma indecisão por parte do pesquisador quanto a seu objeto de pesquisa.

Inúmeras vezes, têm-se observado falhas de pesquisadores, graduandos, pós-graduandos, mestrandos e doutorandos na elaboração da situação-problema de seus projetos de pesquisas. Entre elas destacam-se as seguintes:

1) Confundir problemas científicos com julgamentos morais.

Quando se pergunta se os professores de cursos superiores são **maus** professores ou se filhos de intelectuais são **melhores** que de operários, essas duas indagações, tais como estão, não podem ser questões de pesquisa científica. Afinal, como realizar a testagem de “maus” e “melhores”? Esses dois valores não apresentam qualquer objetividade.

Nesse outro exemplo de problema de pesquisa, verifica-se a mesma falha: “O contrato de seguro de responsabilidade civil pode ser considerado um instrumento **valioso** no auxílio da política de preservação do meio ambiente e, ainda, de controle?”

Ao contrário, se se indaga sobre a “pontualidade” ou a “infrequência” dos professores, haveria possibilidade de testagem, por sua objetividade: verificar-se-ia o livro de ponto ou o diário de classe e até mesmo o porteiro da escola saberia responder. E, do mesmo modo, ao se perguntar se o contrato de seguro é eficaz no auxílio da política de preservação do meio ambiente é diferente de se indagar se ele é valioso, termo sem qualquer objetividade e sem possibilidade de teste científico.

2) Não susceptibilidade de solução das situações-problemas.

Observe a seguinte indagação formulada por alunos de Graduação: “Sendo os direitos humanos institucionalizados em nosso ordenamento jurídico e socialmente aceitos e sendo uma condição inerente ao princípio da convivência harmônica entre os indivíduos, qual a possibilidade real de sua efetivação, numa sociedade de população numerosa e crescente como a brasileira?” Não há como solucionar esse problema de pesquisa em virtude de sua imprecisão e impossibilidade objetiva de resolução.

3) Problemas cuja dimensão não é viável.

“O sistema penitenciário brasileiro está recuperando os sentenciados que nele permanecem?”. Outro exemplo apresentado por Henriques demonstra essa falha dos problemas de pesquisa: “O que determina que certas leis brasileiras não peguem?” (HENRIQUES, MEDEIROS, 2003, p. 40). O primeiro exemplo possui dimensão inviável dada a extensão territorial do país para se desenvolver uma pesquisa de campo dessa amplitude, ainda que se trabalhasse com um sistema de amostragem. O segundo, pelas múl-

tipias possibilidades e ângulos, pelos quais a referida questão pode ser analisada.

4) Problemas não conectados com a esfera empírica.

Analisemos o seguinte exemplo: “O que **pensam** os magistrados?” Além desse exemplo não estar conectado à esfera empírica para seu estudo objetivo, o pensamento está relacionado com tão inumeráveis percepções que formaria impossível sua testagem.

5) Problemas que se confundem com questões práticas e não científicas. “O que fazer para que os Prefeitos mineiros parem de desviar verbas da saúde para outras políticas públicas?”

Essa questão, como formulada, não deve ter seu conteúdo considerado como um objeto passível de pesquisa científica, quer no campo da ciência jurídica, ou mesmo da ciência política. O mesmo objeto poderia ser abordado de forma a se construir um diagnóstico da situação, ou outro tipo de investigação, apontando as medidas jurídicas cabíveis e necessárias e ór-gãos responsáveis pela sua implementação.

Após a formulação da situação-problema, quando necessário, devem ser apresentados os pressupostos conceituais do problema, que são os conceitos ou proposições genericamente aceitos em determinado campo ou área do conhecimento, pela doutrina, legislação ou em literatura especializada complementar. Esses pressupostos, entretanto, nem sempre são igualmente conceituados entre doutrinadores ou teóricos de campos de conhecimento diferenciados. Quando isso ocorre, torna-se indispensável que o problema seja seguido do conceito exato de cada elemento para que não paire dúvida sobre a conceituação que se está usando, o que afinal leva ao marco teórico.

Quando se refere, no problema, a termos que são distintivos do mesmo, esses devem ser conceituados para que se saiba exatamente sobre o que se fala. As palavras “complexidade”, “globalização”, “pós-modernidade” ou “modernidade”, por exemplo, são definidas diferentemente segundo o autor e a teoria ou paradigma ao qual ele está filiado. Assim, os núcleos temáticos do problema devem ser conceituados, logo a seguir, segundo sua origem doutrinária ou segundo a definição exata que se quer atribuir a eles na pesquisa.

Algumas já são proposições normativas que não devem ser mudadas, pelo menos nessa fase de planejamento da pesquisa. Os termos “propriedade”, “posse”, “divórcio”, “testamento”, entre outros, já são previamente definidos na legislação, logo deverão ter essa definição preservada, mesmo quando se deseja, ao final da pesquisa, questionar essa definição legal. Algumas vezes, entretanto, esses termos definidos normativamente também

são conceituados diversamente pela literatura corrente ou por teorias mais atualizadas.

Existem proposições que são axiomas genericamente aceitos. Mesmo assim, cabe defini-las para não ocorrerem imprecisões de interpretação.

### 6.3.2 Os objetivos da pesquisa

Os objetivos da pesquisa podem ser apresentados de forma dissertativa em um texto único que aborda o tema sem destacar suas partes. Essa, entretanto, não é a melhor forma de apresentação, tanto para o pesquisador ou uma equipe de investigação, quanto para o comitê ou banca que irá julgar o projeto. Na maioria das vezes, quando o pesquisador está em fase de iniciação à pesquisa, ele se perde nessa dissertação sem destacar os objetivos de forma mais precisa. Sendo assim, a melhor forma é, talvez, a que se segue:<sup>3</sup>

## 3 OBJETIVOS

### 3.1 Objetivo geral

.....

### 3.2 Objetivos específicos

a).....

b).....

c).....

d).....

Deve-se distinguir entre “objetivo geral” e “objetivos específicos”. O primeiro refere-se ao produto da pesquisa que se deseja obter. Por ser ele bastante abrangente, deve-se utilizar, em sua formulação, verbos no infinitivo que permitam a apreensão dessa amplitude. Alguns verbos são mais adequados para a apresentação do conteúdo de um objetivo geral, ou seja, o produto da investigação. Dentre eles pode-se pensar em: “compreender”, “propor”, “demonstrar”, entre outros. Tem-se, a seguir, o seguinte exemplo aleatório: “Compreender as **formas que permitam a harmonização legislativa** no Direito Comunitário do Mercosul, tendo em vista a pressu-

<sup>3</sup> Exemplo com numeração arbitrária.

posição teórica de que as normas nacionais **incorporam dados culturais determinados**, mais especialmente com relação à possibilidade de se encontrar **proposições normativas** que viabilizem a harmonização legislativa na área específica do **Direito do Consumidor**".

Pelo exemplo exposto, pode-se entender que o objetivo geral da pesquisa ou o produto pretendido supõe:

- 1º compreender formas possíveis de harmonização (isso subentende que não se aceita a teoria da unicidade legislativa);
- 2º no campo específico do "Direito Comunitário";
- 3º no paradigma teórico do culturalismo;
- 4º a pesquisa não só será compreensiva como propositiva em relação à área dos direitos do consumidor.

Os objetivos específicos têm, ao contrário do objetivo geral, natureza operacional. Ou seja, eles se referem às operações que deverão ser realizadas durante a pesquisa para que, ao final de seu cumprimento, chegue-se ao produto pretendido, atingindo o objetivo geral. Dessa forma, os verbos deverão indicar ações precisas.

### Exemplo 1

- a) Selecionar os itens constitucionais e/ou legislações especiais com relação ao Direito do Consumidor em cada país integrante do Mercosul.
- b) Identificar no ordenamento jurídico, princípios gerais ou específicos que permitam a fundamentação das legislações específicas levantadas, considerados os pressupostos da teoria raciovitalista de RECASÉNS SICHES (1970).
- c) Outros objetivos específicos poderão ser definidos.

Esse exemplo ilustra o que estamos chamando de operacionalização do objetivo geral. A primeira ação só poderia ser essa "identificação" de dados normativos. O segundo exemplo, além de propor a ação, complementa o objetivo geral demonstrando qual das teorias culturalistas será utilizada. Da mesma forma, outros objetivos poderão ser acrescidos com o mesmo fim.

Seguem mais dois outros exemplos de objetivos geral e específicos relacionados a temas e problemas anteriormente indicados.

### Exemplo 2

Tema da pesquisa

"O exercício democrático do direito fundamental à liberdade de imprensa e de informação jornalística." (MELO; ROCHA, 2004).

### Objetivos Gerais

- a) Compreender o conteúdo e a extensão do direito constitucional à liberdade de imprensa e de informação jornalística a partir da formação discursiva da opinião pública e da vontade e da concepção de uma esfera pública que não se reduz somente ao estatal, mas que engloba os vários participantes do processo deliberativo, no âmbito do Estado Democrático de Direito;
- b) Propor um modelo de controle que leve em conta a necessidade de se garantir um processo participativo de formação da opinião pública e da vontade.

### Objetivos específicos

- a) identificar, a partir da teoria do discurso proposta por Habermas, a co-relação entre autonomia pública e privada, de forma a subsidiar a formulação de parâmetros legítimos para o exercício da liberdade de imprensa;
- b) distinguir os pressupostos teóricos da liberdade de imprensa e de liberdade de informação jornalística, a partir dos conceitos de esfera pública e de esfera privada no Estado Democrático de Direito;
- c) levantar e analisar os instrumentos de auto-regulamentação dos principais jornais do Brasil;
- d) analisar o atual sistema de controle do exercício da liberdade de imprensa e da atividade jornalística brasileiro e os parâmetros vigentes para o exercício do direito à liberdade de imprensa;
- e) outros objetivos específicos que se fizerem necessários.

### Exemplo 3

Tema da pesquisa

"Uma (re)construção da distinção público/privado para compreensão do fenômeno da Reforma Administrativa Brasileira."

### Objetivo Geral

Propor nova visão paradigmática para o direito administrativo contemporâneo a partir de uma (re)construção da distinção entre o público e o privado, para a compreensão das relações entre o Estado e a sociedade no âmbito do Programa de Publicização introduzido pela Reforma Administrativa Gerencial.

## Objetivos específicos

- a) proceder a um estudo crítico da literatura jurídica especializada sobre a distinção entre o público e o privado no pensamento jurídico para buscar (re)construir essa distinção com apoio da *Teoria discursiva do direito e da democracia* de Habermas (1996);
- b) identificar, no âmbito da Reforma Administrativa gerencial, os aspectos relevantes que interferem na redefinição do papel do Estado (como elemento central da esfera pública) e na distinção entre o público e o privado para o sistema administrativo;
- c) descrever o fenômeno da reforma administrativa brasileira, historicamente considerada, para explicar na Reforma Administrativa gerencial o Programa de Publicização e a criação das Organizações Sociais;
- d) outros objetivos que se fizerem necessários.

## 6.3.3 A hipótese

A hipótese é a oferta de uma solução possível ao problema formulado em relação ao objeto da pesquisa. É uma expressão discursiva suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa. Ao contrário do que generalizadamente se pensa, a hipótese é uma resposta prévia e não uma pergunta ou indagação. Outro engano é entender que a formulação de hipóteses e sua comprovação/refutação não se aplicam às Ciências Sociais Aplicadas, especialmente ao campo do Direito. Alguns argumentam que, às pesquisas dessa natureza, só se aplicam diretrizes (ou instruções) relativas às formas de encerrar o problema formulado e em relação aos modos de ação. Apesar da proposta de substituição de hipóteses por diretrizes, também prévias, o raciocínio permanece hipotético, logo, há somente uma troca de termos, sem a mudança dos processos essenciais de inferência. A utilização de hipóteses e de seu processo de testagem não se aplica somente às pesquisas quantitativas. As pesquisas aplicadas, qualitativas e argumentativas não dispensam a postulação de respostas preliminares, fundamentadas em marcos teóricos rigorosamente **postulados**. Sobre a adequação da utilização de hipóteses em pesquisas desse tipo, veja a diferença que fazem Glass & Stanley (1974 *apud* THOLLENT, 2002) entre “hipótese científica” e “hipótese estatística” (de referência quantitativa pura):

Uma hipótese científica é uma sugestão de solução a um problema e constitui um teste inteligente, baseado em uma ampla informação e em

uma educação estruturada [...] A formulação de uma boa hipótese científica é um ato realmente criativo. Por outro lado, a hipótese estatística não é senão um enunciado a respeito de um parâmetro desconhecido. (GLASS; STANLEY *apud* THOLLENT, 2002, p. 273).

A formulação de hipóteses permite a qualquer pesquisador, inclusive de iniciação científica, a organização do raciocínio argumentativo prévio e sua relação com todos os tipos de comprovação e de testes concretos. Daí porque o texto anterior refere-se à hipótese como um “teste inteligente”, expressão bastante adequada por ser a hipótese uma formulação preliminar em que o pesquisador deve saber identificar em seu próprio sistema de referências, de forma seletiva e criativa, a resposta prévia que será passível de testagem durante a investigação.

São características das hipóteses científicas aplicadas:

- a) possuírem **clareza conceitual**;
- b) estruturarem-se a partir de um **marco teórico**;
- c) apresentarem **linguagem parcimoniosa e específica**;
- d) referirem-se a **conceitos e valores que podem ser verificados** (referência empírica).

Assim, quando nos referimos à testagem da variável “religiosidade” – como elemento constitutivo de uma hipótese –, sabe-se que o indicador deve ser claro e ter referência objetiva, por exemplo, a “frequência a cultos”. As hipóteses não devem expressar-se por meio de termos por demais genéricos ou se ligarem a objetivos pretensivos, desgarrados das condições factíveis da investigação. A relação precária das hipóteses às teorias já suficientemente testadas ou racionalmente refletidas pode conduzir a erros inomináveis. Por exemplo, a incorreta correlação da situação de dominação da mulher com o tamanho de seu cérebro.

São fontes das quais se originam as hipóteses: a observação, os resultados de pesquisas, as teorias e as intuições. No primeiro caso, a **observação**, as hipóteses são formuladas a partir de experiências cotidianas em determinado campo de ação. Isso não significa, contudo, que essa fonte não será cruzada com determinado marco teórico que a validará como fonte para a formulação da hipótese. Os **resultados de pesquisas** gozam de maior grau de confiabilidade como fonte. Esses resultados devem estar, no entanto, intimamente relacionados com o objeto, o marco teórico e o problema da pesquisa que se pretende desenvolver. As **teorias**, como fonte de elaboração de hipóteses, atribuem a estas não só grande confiabilidade como promovem a relação entre as mesmas e o conjunto teórico mais amplo das ciências. Uma teoria já comprovada como fonte de hipótese a ser testada,

não significa que os demais tipos de fontes de hipóteses não devam se referir à determinados marcos teóricos. A **intuição**, como fonte, é a menos confiável cientificamente. Apesar de referidas em várias obras de metodologia, neste livro as autoras entendem que “simples palpites” não devam ser utilizados como fonte de hipóteses. Supõe-se que somente aos pesquisadores com grande experiência seja permitida a utilização dessa fonte. Mesmo assim, pode ser uma temeridade e uma opção pouco científica, isso porque, mesmo a experiência relevante de um pesquisador não validaria a utilização de simples intuição como fonte científica. A intuição é, muitas vezes, confundida com sínteses, às quais o pesquisador chega após vários investimentos teóricos e que, de forma aparentemente repentina, surgem como “verdadeiras” descobertas. Ao longo de nossas vidas, a partir de todo patrimônio intelectual, social e cultural que acumulamos, as “descobertas” ou “intuições” tomam-se quase que corriqueiras. Na maioria das vezes, são sínteses de investimentos anteriores. Não estamos, no entanto, afirmando que as intuições não existam e que não sejam utilizadas como fontes de hipóteses, mas, mesmo assim, acompanhada de outro tipo de fonte.

Em Lakatos & Marconi (2000), são ressaltados três tipos primordiais de hipóteses:

a) **casuísticas**: muito frequentes nas pesquisas históricas e que ocorrem em casos delimitados.

Exemplo: “Os **estóicos**, e não Kant ou Erasmo, formularam pela primeira vez o axioma da **‘humanidade no indivíduo’**. Sendo assim, o conceito de **autonomia interativa** deve se fundamentar em suas postulações teóricas e práticas, por sua similitude conceitual e não apenas por este axioma ter sido campo primeiro de onde se originaram outras teorias.”

b) **frequência de acontecimentos**: frequência em determinado grupo, sociedade, cultura.

Exemplo: “Considerando a questão da transexualidade a partir das diretrizes impostas pela doutrina nacional e o resultado de pesquisas sobre as condutas em tribunais, afirma-se que pareceres jurisdicionais de conteúdo conservador sobre o tema são mais frequentes entre magistrados cuja conduta se pauta por paradigmas normativistas.”

### c) **relação de associação entre variáveis**

Exemplo: “Considerando os diagnósticos da medicina legal e pesquisas estatísticas já divulgadas sobre fatores causadores de morte, afirma-se que o índice de **suicídios** é maior entre **solteiros** que **casados**.”

(variáveis: estado civil/suicídio)

Uma das incorreções mais frequentes na elaboração das hipóteses de pesquisa pelos estudantes é sua não correspondência com os problemas propostos para a investigação. Se o conceito de hipótese é justamente a resposta aos problemas formulados, ela deve guardar uma relação necessária entre os problemas formulados e as afirmações que lhe são atribuídas como solução provisória.

Um outro problema verificado é a não explicitação da referência teórica na hipótese. Para solucionar essa falha sugere-se que, para maior facilidade, se elabore hipóteses com a seguinte estrutura: “Considerando o marco teórico x, afirma-se que [...]”

A ausência de clareza das variáveis e indicadores de pesquisa nas hipóteses tem se apresentado como um problema bastante comum em projetos de pesquisa, tanto de graduandos quanto de pós-graduandos.

Observem-se dois dos exemplos apresentados anteriormente, relacionando os problemas de pesquisa formulados com as hipóteses correspondentes a esses problemas:

### Exemplo 1

Situação-problema da pesquisa

- A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece parâmetros para o exercício democrático do direito à liberdade de imprensa, especificamente à liberdade de informação jornalística. Esses parâmetros seriam suficientes tendo em vista as diversidades de visões de mundo constitutivas de uma concepção de esfera pública que não se reduz à estatal?

Hipótese

**Considerando** a concepção de democracia procedimental de Jürgen Habermas (1996), que pressupõe a formação discursiva da opinião pública e da vontade de uma comunidade de sujeitos que se reconhecem livres e iguais, **afirma-se que**, para o exercício democrático do direito à liberdade de imprensa e especificamente de informação jornalística, é imprescindível o estabelecimento de parâmetros racionalmente aceitáveis que garantam a observância do princípio da dignidade humana e que decorram de um processo argumentativo aberto cuja única coerção admitida seja a da força do melhor argumento.

### Exemplo 2

Situação-problema da pesquisa

- A compreensão histórica da Teoria geral do direito sobre a distinção entre o direito público e o privado podem ser observadas na compreensão das relações entre o Estado e a sociedade atuais?
- Da (re)construção da distinção entre o público e o privado adviriam efeitos práticos na forma da compreensão do sistema administrativo e, conseqüentemente, na atuação estatal?

Hipóteses

- Considerando que os espaços público e privado persistem como duas esferas diversas de atuação do cidadão, não mais concebidas como opostas, mas como um complexo de referências recíprocas, segundo a contribuição dada pela Teoria discursiva do Direito e da Democracia, afirma-se que as teorias clássicas da distinção público/privado utilizadas pela Teoria Geral do Direito, baseadas em critérios diversos (interesse, utilidade, sujeito), não se prestam mais a descrever o fenômeno jurídico no âmbito de sociedades complexas.<sup>4</sup>

- Uma (re)construção da distinção entre o público e o privado traz como efeitos práticos, o problema da legitimidade da atuação da Administração Pública, na redefinição do papel do Estado e na criação novas categorias de relações entre este e a sociedade civil, abandonando, por hora, seu *status* meramente instrumental (ou executivo) das atividades estatais e o surgimento de novos elementos de participação e de controle por parte das demais esferas públicas através do fluxo do poder comunicativo.

### Exemplo 3

Situação-problema da pesquisa

A pessoa jurídica poderia figurar como titular de direitos da personalidade, que, têm, na pessoa natural, a matriz a partir da qual puderam ser pensados? (GOMES, 2004).

<sup>4</sup> Na teoria habermasiana, entende-se sociedade complexa como aquela dotada de mundos da vida estruturalmente diferenciados e de subsistemas funcionalmente independentes. (HABERMAS, 1987 e 1996).

Hipótese

Partindo da teoria do “Conceito Analógico de Pessoa aplicado à Personalidade Jurídica”, elaborada por Edgar de Godói da Matta Machado (1954), afirma-se não ser possível conceber a pessoa jurídica como ente titular de direitos da personalidade e, por conseqüente, de figurar como vítima de dano moral.

### 6.3.4 Variáveis e indicadores

A esta altura de nossas argumentações, vale a pena entender o que é uma variável. Por sua maior clareza, apresenta-se a definição de Köche: “Variáveis são aqueles aspectos, propriedades, características individuais ou fatores, mensuráveis ou potencialmente mensuráveis, através dos diferentes valores que assumem, discerníveis em um objeto de estudo, para testar a relação anunciada em uma proposição” (KÖCHE, 2002, p. 112). Entenda, pois, que, quando Köche (2002) fala sobre uma “relação anunciada em uma proposição”, o autor refere-se a uma variável anunciada pela hipótese proposta. Depreende-se, pois, que uma hipótese é sempre uma relação entre variáveis. É a partir do entendimento ou decodificação da natureza dessa relação que se pode definir o tipo de variável que se tem. Nas Ciências Sociais Aplicadas são mais comuns as variáveis independentes, dependentes e intervenientes. As primeiras são aquelas que determinam ou afetam outra variável. Ela é fator determinante de resultados, efeitos ou conseqüências. As variáveis dependentes, ao contrário, são fatores, valores ou fenômenos influenciados pela variável independente.

Apresenta-se, a seguir, um exemplo razoavelmente fácil, para se entender a relação entre essas duas variáveis:

“A classe social da mulher influencia a frequência de **divórcios**.”  
(variável independente: “classe social”; variável dependente: “divórcio”)

A relação entre “classe social” e “divórcio” é, obviamente, de dependência, conforme a natureza do conteúdo da proposição. Aí não se poderia, jamais, pensar no fator divórcio determinando a classe social do indivíduo. A relação entre elas é, portanto, de condição de possibilidade da outra. É a partir dessa relação que se pode entender a variável interveniente e sua natureza. Ela tem como função afetar, de alguma forma, a relação entre as outras duas variáveis.

No exemplo, acima, poder-se-ia formulá-lo como a seguir:

“A classe social influencia a frequência de **divórcios** se desconsiderado o **gênero**”.

Vê-se que a variável “gênero” interfere sobre a influência estabelecida entre as variáveis independente e dependente, minimizando a relação causal entre elas e que era óbvia no primeiro exemplo.

Temos inúmeros outros tipos de variáveis, tais como: **moderadoras** e de **controle**, **extrínsecas** e **componentes**, **antecedentes**, dentre outras que não serão objeto de estudo neste trabalho, por serem de pouco uso no campo da Ciência do Direito.<sup>5</sup>

Para a análise e interpretação das variáveis, deve-se arrolar um número de **indicadores** que permita a atribuição de objetividade às variáveis, que, muitas vezes, são valores que precisam ser concretamente definidos. A relação com a “realidade” investigada faz-se por meio dos indicadores e as facilidades de testagem da hipótese derivam, na maioria das vezes, de um conjunto de indicadores concretos e adequados aos termos da hipótese.

Por exemplo, em uma hipótese que é formulada a partir da relação entre as variáveis “depressão/suicídio” (a primeira, independente; a segunda, dependente), ambas podem ser testadas mediante os seguintes indicadores:

1. frequência a terapeutas;
2. uso permanente de antidepressivos;
3. personalidade introvertida nas relações sociais e de trabalho;
4. número de tentativas de suicídio, dentre vários outros indicadores.

Para o exemplo “classe social/divórcio/gênero” poderiam ser listados os seguintes indicadores:

- Variável independente (classe social):
  1. renda/salário;
  2. local de moradia/tipo de moradia;
  3. escolaridade;
  4. tipo de trabalho/função/área de mercado.
- Variável dependente (divórcio):

<sup>5</sup> Para maior aprofundamento, indica-se a obra de Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2000), *Metodologia científica*, em seu Capítulo 5.

1. dados cartoriais;
  2. dados estatísticos.
- Variável interveniente (gênero):
1. dados pessoais e/ou estatísticos;
  2. registros cartoriais.

Em um projeto de pesquisa, uma boa relação de indicadores relacionados aos núcleos temáticos das hipóteses ou variáveis, é um bom indício de facilidade no desenvolvimento da pesquisa. Pois, a partir desses indicadores, a relação de atividades a serem efetuadas durante a investigação torna-se bem mais completa e objetiva e bem mais fácil a definição dos procedimentos metodológicos.

Vejam as variáveis e indicadores apontados nos exemplos de pesquisa anteriormente apresentados.

### Exemplo 1

#### Hipótese

Considerando a concepção de democracia procedimental que pressupõe a formação discursiva da opinião pública e da vontade de uma comunidade de sujeitos que se reconhecem livres e iguais, afirma-se que, para o exercício **democrático** do direito à liberdade de imprensa e especificamente de informação jornalística, é imprescindível o estabelecimento de parâmetros racionalmente aceitáveis que garantam a observância do princípio da dignidade humana e que decorram de um processo argumentativo aberto, cuja única coerção admitida seja a da força do melhor argumento.

#### Variáveis

Variável independente: exercício democrático da liberdade de imprensa;

Variável dependente: responsabilidade social do jornalista.

Indicadores: códigos de ética de emissoras e jornais; punições disciplinares a jornalistas por abuso no exercício da profissão; existência de conteúdos sobre ética profissional nos planos de curso das Faculdades brasileiras de Comunicação Social, públicas e privadas; número de ações propostas na comarca de Belo Horizonte e São Paulo no ano de 2003; indenizações pagas em razão de abusos praticados por jornalistas; existência de *Ombudsman* e os procedimentos previstos para sua atuação nos dois maiores jornais, segundo sua circulação nacional; número de re-

clamações dirigidas aos *Ombudsmen* e providências adotadas (referência: ano de 2003).

Algumas variáveis podem estar implícitas no texto da hipótese e/ou no marco teórico que a fundamenta, ou na natureza e conteúdo da situação-problema. Este é o caso da variável dependente “responsabilidade social do jornalista”. Em situações como esta, a busca pela indicação mais correta e adequada é fundamental, inclusive para esclarecer os rumos da testagem da hipótese e a natureza da própria hipótese.

### Exemplo 2

#### Hipótese

Partindo da teoria do “Conceito analógico de pessoa aplicado à personalidade jurídica”, elaborada por Edgar de Godói da Matta Machado (1954), afirma-se não ser possível conceber a pessoa jurídica como ente titular de direitos da personalidade e, por conseguinte, de figurar como vítima de dano moral.

#### Variáveis

Variável independente: “Titularidade de direitos da personalidade”;

Variável dependente: “Capacidade de figurar como vítima de dano moral”.

Indicadores: No intuito de testar as variáveis acima identificadas, arrolam-se os seguintes indicadores:

- Entendimentos doutrinários acerca dos direitos da personalidade, bem como da pessoa jurídica;
- Argumentos esboçados em acórdãos brasileiros em defesa da possibilidade de a pessoa jurídica figurar como vítima de dano moral;
- Decisões estrangeiras em que a extensão dos direitos da personalidade à pessoa jurídica é refutada;
- Exposição de motivos do Código Civil Brasileiro de 2002 (BRASIL, 2006), cujo art. 52 tangencia o problema.

### Exemplo 3

#### Hipótese

O processo de redemocratização e de reformulação do Estado não foi acompanhado pela correspondente mudança de paradigma na atuação dos Legislativos estaduais, que continuam presos ou a práticas clientelistas

ou ao que Weber considera “política negativa”. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais representa uma exceção nesse contexto, na medida em que tem pautado sua atuação por padrões inovadores de interação com a sociedade, facilitados por uma ampla reorientação interna das atividades administrativas e técnicas de suporte ao processo legislativo. (MINAS GERAIS, 2000).

#### Variáveis

##### Principais

Duas variáveis principais permitem a operacionalização da pesquisa, sendo que cada uma delas pode ser abordada por meio de vários indicadores de natureza diferenciada.

A primeira variável diz respeito ao primeiro termo da hipótese e está relacionada ao próprio papel do Poder Legislativo, que, tanto na definição constitucional de competências quanto no seu conteúdo teórico, apresenta-se de formas distintas em momentos históricos diferenciados. Alguns indicadores podem facilitar o estudo dessa variável:

- Contexto jurídico e institucional: limitações existentes nas Constituições Federal e Estadual, com respeito ao próprio sentido do Federalismo no Brasil e à relação entre os Poderes, com especial ênfase nas delimitações de competências e nas regras de iniciativa no processo legislativo;
- Contexto teórico: a norma jurídica como fundamento para a estabilidade social, em seus aspectos racional e ético, segundo perspectivas distintas no período moderno e pós-moderno.

A segunda variável está relacionada com a produção da “política positiva” e pode ser acompanhada por meio de indicadores de natureza predominantemente empírica:

- produção legislativa “tradicional” (proposições aprovadas);
- produção legislativa “inovadora” (participação da sociedade, seminários legislativos, audiências públicas);
- relação entre proposições – ou emendas – oriundas do Legislativo e as do Executivo, sancionadas ou vetadas.

#### Variáveis intervenientes

Em primeiro lugar, deve-se ter em conta que a própria definição do que sejam “políticas públicas” representa uma das mais importantes variáveis

para a pesquisa. Dessa definição dependem várias das implicações e conclusões a serem extraídas. Outras variáveis, também importantes, não podem ser esquecidas, especialmente quando se leva em conta o fato de que a atuação do Poder Legislativo estadual está imersa em um contexto marcadamente político, no sentido estrito do termo. Algumas variáveis possíveis podem ser arroladas, de forma preliminar:

- estrutura interna (burocracia) da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALEMG): quanto a esse aspecto, deve-se ressaltar a importância da adequação dos quadros técnicos para que se tenha a reformulação das práticas tradicionais. Esse ponto certamente será bastante desenvolvido no estudo, especialmente no que se refere à antiga discussão entre os papéis do técnico e do político no governo.
- composição político-partidária da Casa Legislativa, nas diversas legislaturas e suas implicações na formulação de proposições;

Apresenta-se, a seguir, parte de uma proposta de plano de ação com indicação de variáveis e indicadores para o estudo do fenômeno do pluralismo jurídico desenvolvido pela frente “Vilas e Favelas” do Programa Pólos de Cidadania (Faculdade de Direito da UFMG/CNPq):

### PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO

#### 2.ª FASE DO PROJETO DE PESQUISA-AÇÃO

##### “VILAS E FAVELAS”

##### NO AGLOMERADO SANTA LÚCIA

Dando seguimento ao trabalho do Projeto “Vilas e Favelas e Organização Popular” procuraremos, tendo em vista os indicadores do plano de pesquisa-ação do Diagnóstico das Entidades do Aglomerado Santa Lúcia (CARVALHO NETTO; GUSTIN *et al.*, 1998), aprofundar algumas questões indicadas neste plano, procurando desenvolver:

1. Levantamento de percepções (individuais e grupais) sobre a legitimidade/ilgitimidade das entidades comunitárias (levantamento dos significados constituídos no **imaginário comunitário** em relação às entidades comunitárias);

##### Variável independente:

– Legitimidade/ilgitimidade das entidades comunitárias.

##### Variáveis dependentes:

- Organização e mobilização da população;
- Dialogicidade e interatividade.

**Indicadores:** papel das lideranças segundo a comunidade (amostrado), frequência dos associados às reuniões, ações praticadas pela entidade e a opinião da comunidade sobre essas ações, tipos de problemas que são levantados pela entidade e pelos associados, formas de tomada de decisão e a aceitação dessas decisões pelos participantes das reuniões, relação entre problemas apresentados pela comunidade e ações praticadas pela entidade, entre outros.

**Estratégias metodológicas:** observação participante em reuniões e eventos promovidos pela comunidade e/ou entidades, percepções (diário de campo) e conversas informais durante as visitas às entidades da amostra e entrevistas.

A descrição do imaginário da comunidade é um trabalho de observação contínua e deve-se estar atento às “falhas” frequentes e espontâneas dos moradores.

##### (parte do 1º momento do Plano).

Devem-se verificar as condições de fácil ou difícil acesso das entidades, bem como a tipificação de suas condições físicas em adequadas e inadequadas, feitas a partir das percepções dos pesquisadores de campo. Essa percepção é a mesma sustentada pelos moradores do Aglomerado?

2. Levantamento de expectativas da população em relação aos papéis sociais a serem desenvolvidos pelas entidades comunitárias indicadas na amostra e pelo Projeto Pólos Reprodutores de Cidadania.

##### Variável independente:

- Papéis sociais das entidades

##### Variável dependente:

- Expectativas da população

**Indicadores:** importância dos atores políticos dos movimentos sociais nas mudanças das estruturas sociais e políticas do Aglomerado Santa Lúcia, segundo atores privilegiados da comunidade (papel desempenhado pelas lideranças e pelos participantes de reuniões comunitárias); formas e âmbito de participação do grupo social nos movimentos populares locais; adequação da metodologia do projeto às expectativas das entidades comunitárias; papel atribuído à parceria entre as entidades e o Programa Pólos de Cidadania.

##### Estratégias metodológicas:

além da possibilidade de utilização de conversas informais, a aplicação do roteiro de entrevista (1.º mo-

mento) pode já ter detectado o conteúdo dessas expectativas e o papel a ser desenvolvido pelo Programa “Pólos”.

Pretende-se, ainda, compor uma amostra intencional de moradores do Aglomerado para checagem da percepção entre aqueles que não frequentam reuniões comunitárias.

(parte do 2º momento).

#### Questões propostas pelo projeto originário:

1. O fato de que há poucas sedes ou instalações (dadas num total de 37 ou 5,41%) doadas pelo Poder Público deve ser considerado como um indicador positivo, negativo ou irrelevante face à autonomia das entidades? Qual a influência de poderes sociais (religiosos, políticos, do Poder Público) no funcionamento dessas entidades? Identificar o nível de influência das Igrejas no funcionamento das entidades. Até que ponto tais entidades abrem mão de sua “identidade” a fim de usufruírem das boas instalações cedidas pelas Igrejas ou outras instituições?

2. Quais os entes que financiam as entidades e como eles influenciam na tomada de decisões dessas entidades?

3. As demandas quanto aos “interesses na área jurídica” apresentaram altos índices em relação à “Prisão ilegal e arbitrária”, aos “Direitos da criança e do adolescente” e aos “Direitos do trabalhador”. Essas demandas da comunidade se estruturam em torno de questões “concretas e imediatas”? As demandas poderiam refletir problemas de toda a comunidade, da entidade, do entrevistado ou a percepção do entrevistado sobre a comunidade? Quais são os tipos de demandas feitas pela comunidade? De que maneira essas demandas são dirigidas às entidades e aos órgãos públicos que desenvolvem “prestações sociais” (desde Assistência Social, prestação de serviços, realização de obras, doações de bens materiais) no Aglomerado?

4. Houve um expressivo interesse pelo tema “Prisão ilegal e arbitrária”. Isso é fruto de alguma experiência violenta vivida por moradores? [observar em campo]. É devido à atuação policial no Aglomerado? É devido à atuação da pastoral carcerária junto aos ex-presidiários que retornaram ao Aglomerado? Qual a reação da população diante desse fato? Como tem ocorrido a reinscrição desses ex-presidiários ou “detentos” no local?

5. Nessa questão sobre as demandas para a área jurídica, alguns temas não foram apontados como interesse. Por quê? Das hipóteses formuladas, quais correspondem à realidade local: a de que haveria uma sobreposição dos temas? Os interesses das entidades do Aglomerado são gerais? Há um desconhecimento quanto ao conteúdo tratado por cada ramo do Direito? Houve falta de interesse em dar respostas ao questionário? Ou trata-se da forma como o problema é visto (local x global)?

6. Como é entendido o problema do “saneamento básico” pelos moradores do Aglomerado? Esse problema é bem mais amplo abrangendo a saúde, o abandono do poder público, a miséria, e outras questões possíveis?

7. Quais os meios adequados para abordagem dos temas jurídicos na comunidade?

3. Decodificação das formas e do âmbito de participação do grupo social nos movimentos populares locais para promover a implantação de programas de ação diversificada visando à inclusão dos moradores na comunidade.

#### Variável independente:

– Participação social

#### Variável dependente:

– Inclusão dos moradores

**Indicadores:** Inter-relação entre seguimentos organizativos; tipos de reuniões que mais mobilizam a comunidade; formas de inclusão social.

**Estratégia metodológica:** Aplicação de Roteiro de Entrevista. (Formulado segundo indicadores propostos); observação; participação ativa.

#### Algumas das questões propostas pelo projeto originário:

1. A demanda pela área de “Cidadania e direitos fundamentais”, no contexto, não obteve resultado expressivo. Qual a compreensão da palavra “cidadania” em amostra privilegiada de moradores do aglomerado?

2. Verificou-se em campo o receio dos entrevistados de um possível efeito de conscientização das mulheres no aglomerado. Isso poderia indicar a existência de uma normatividade fundada na diferença de gênero.

Percebe-se, pelo Plano de Ação apresentado, que variáveis e indicadores são indispensáveis para uma fase mais concreta da pesquisa, depois de formulado e revisito o Projeto. Até mesmo uma boa definição das estratégias metodológicas deve ser precedida por variáveis e indicadores adequadamente formulados. Alguns autores, talvez com pouca experiência de pesquisa, não atribuem a necessária importância a esses elementos e, quando da execução da pesquisa, eles, inevitavelmente, farão falta para o adequado desenvolvimento da investigação.

### 6.3.5 Revisão da literatura sobre o assunto

A “introdução” ao projeto ou ao problema, que foi abordada no item “tema-problema da pesquisa”, poderá abordar pontos significativos da literatura que permitem melhor entendimento do objeto de pesquisa e de sua problematização. Entende-se, entretanto, que em um projeto a revisão da literatura só tem uma razão objetiva: **justificar a investigação proposta.**

Como isso pode ser feito?

1º) o pesquisador, a partir da apresentação dos núcleos teóricos primordiais da literatura selecionada (geralmente os teóricos mais importantes daquele campo específico), **demonstra a ausência de análise ou de análise insuficiente** em relação ao objeto de estudo;

2º) o pesquisador apresenta, por meio da abordagem da literatura selecionada, a existência de **contradições insuperáveis** entre os autores com relação ao problema posto e ao objeto da pesquisa;

3º) nos casos de não ser lacunosa a literatura sobre o assunto e de não conter contradições insuperáveis, o pesquisador pode querer demonstrar a **inadequação das conclusões** dos autores às condições sociojurídicas objetivas;

4º) o pesquisador, apesar da ausência de todas as argumentações negativas anteriores, deseja **retestar as conclusões** dos autores sobre o objeto de estudo;

5º) existindo somente literatura estrangeira sobre o assunto, o investigador poderá pretender a **adequação das conclusões às condições culturais** de seu país, região, município, etc.

Essas são algumas das formas que podem ser utilizadas para, por meio da revisão de literatura especializada, justificar a oportunidade do estudo. Somente esses elementos validam a inclusão de revisão de literatura em item especial. Na área do Direito, dependendo do objeto problematizado, poder-se-á, também ou exclusivamente, realizar uma revisão das legislações pertinentes e de princípios jurídicos gerais ou específicos com o mesmo objetivo: a justificação do estudo proposto.

### 6.3.6 A metodologia

Neste livro entende-se a metodologia não só como um conjunto de técnicas e procedimentos utilizados para a construção de um trabalho científico. A

concepção metodológica que aqui se esboça incorpora também a dimensão teórica dada à investigação e outros elementos que não costumam integrar os conceitos usuais de metodologia comumente apresentados na literatura sobre o assunto. Por esse motivo, as seções que se seguem incluem elementos não apenas formais e mecanicistas, mas temas como a apresentação do marco teórico, dentre outros que não se restringem a procedimentos e técnicas.

#### 6.3.6.1 O marco teórico

Inicia-se a seção “metodologia” com a exposição do **marco teórico** que fundamentará a investigação e todos seus elementos. Como esse tópico já foi analisado, dispensa-se nova abordagem sobre o assunto. Deve-se realçar, contudo, que, apesar de ser esse o item adequado para uma **apresentação aprofundada** do marco teórico, não se dispensa referências a ele nas seções anteriores. Como introduzir o projeto, apresentar o problema ou a hipótese sem referência ao marco teórico? Deve-se entender que o marco teórico tem de permear todos os elementos do “corpo” do projeto, pois é fundamento indispensável não só para o planejamento como, primordialmente, para o desenvolvimento da investigação. Se o marco teórico é mudado durante a pesquisa, caem por terra todos os demais elementos (problema, objetivos, hipótese, etc.). Sendo assim, a pesquisa será outra e tudo começará da estaca zero. Observe a estruturação do marco teórico feito em alguns dos exemplos anteriormente trabalhados.

#### Exemplo 1

Tema da pesquisa

“O exercício democrático do direito fundamental à liberdade de imprensa e de informação jornalística.” (MELO; ROCHA, 2004).

Marco teórico

Pode-se argumentar que o pluralismo e a complexidade das sociedades modernas são os grandes inimigos da realização de um conceito “ideal” de democracia, entendida como uma participação direta de todos os cidadãos de determinada comunidade política. Daí teorias que apelam para uma democracia possível, que na verdade procuram fundamentar todos os tipos de distorções no processo de tomadas de decisões coletivas. Assim, muitas destas decisões são tomadas em nome de um povo construído, por assim dizer, devido justamente à impossibilidade de torná-lo real. Nos dizeres de Friedrich Müller (2000, p. 72),<sup>6</sup> cria-se um povo-ícone que se aproxima de

certa forma à ideia de nação concebida pelos revolucionários franceses. A mitificação do povo ou da nação significa elevá-lo a um nível quase que metafísico, ideal e transcendente. Seria uma concepção “pseudo-sacral”, que levaria a consequências extremadas, justamente por ignorar o povo real existente. No momento em que esse povo real gerasse obstáculos ao exercício do poder estatal, “criar-se-ia” o povo homogêneo, o povo-ícone, que seria na verdade uma abstração a ser resguardada e tutelada.

Esse conceito pessimista da democracia enquanto regime impraticável, acertadamente criticado por Miller (2000) em seu estudo sobre o povo, é que se procura evitar. Para tanto, propõe-se como fundamento da teoria discursiva do direito, de Jürgen Habermas (1997), justamente por apresentar uma proposta de democracia que procura trabalhar de forma concreta o pluralismo social e apresentar caminhos para as decisões coletivas, democraticamente construídas.

Habermas (1997) constrói seu conceito de democracia, a partir da participação dos cidadãos no processo de formação da vontade e da opinião. Um processo de formação que convoca a sociedade complexa e plural à deliberação pública, de modo a produzir decisões aceitáveis (racionais) pelos participantes do processo deliberativo democrático. O público, enquanto espaço de formação da vontade coletiva, tem estreita relação com o privado, uma vez que a condição de participante pressupõe o respeito à pessoa, a partir do reconhecimento efetivo dos direitos fundamentais dos indivíduos.

Como a linguagem é possível, a partir da capacidade de se transcender contextos, com base em um pano de fundo de compreensão, que em silêncios possibilita a comunicação, assim o é a democracia e a tomada de decisões racionais, sendo, pois, “[...] possível ampliar as condições concretas de reconhecimento através do agir comunicativo, ou seja, através da prática de argumentação, que exige de todo o participante a assunção das perspectivas de todos os demais.” (HABERMAS, 1997).

### Exemplo 2

Tema da pesquisa

“O Poder Legislativo estadual e a elaboração de políticas públicas: em busca de um novo padrão de atuação.” (MINAS GERAIS, 2000).

Marco teórico

O estudo do papel do Parlamento, no atual processo de transformação das estruturas tradicionais do Estado, oferece várias possibilidades distintas

de abordagem, daí decorrendo a necessidade de se delimitar de forma mais precisa a questão, dados os limites objetivos da pesquisa proposta.

A primeira questão subjacente ao tema é a da construção de uma “política positiva”, nos termos adotados por Max Weber (1980). Para esse autor, o Parlamento, quando restringe sua atuação ao mero encaminhamento de reclamações e queixas dos cidadãos, quando somente rejeita dotações orçamentárias e proposições oriundas de outro poder, exerce o que se considerava “política negativa”.

À “política negativa” contrapõe-se, é lógico, a uma outra modalidade que somente pode ser denominada “política positiva”. E essa, por sua vez, tem como elemento importante, nos dias atuais, a materialização da atuação do Parlamento nas atividades de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

O passo inicial para o estudo do papel do Parlamento consiste no questionamento da própria função “natural” do Legislativo. James Anderson (1975), ao comentar o papel do Parlamento nos tempos modernos, critica a “resposta fácil”, que afirma ser papel do Legislativo legislar, contrapondo a essa resposta o argumento de que muitas legislaturas estaduais (nos Estados Unidos) são até mesmo incapazes de agir independentemente em face de casos complexos e de alto grau de dificuldade técnica.<sup>7</sup>

Considerando-se que uma das formas de ação positiva do Parlamento consiste na sua intervenção ativa no processo de formulação de políticas públicas, outra ordem de questões logo se apresenta, constituindo uma das vertentes teóricas intervenientes na pesquisa. Trata-se de se construir a definição operacional para o termo “políticas públicas”. Esse tema deverá ser explorado ao longo da própria pesquisa, mas, de início, vale apresentar, como exemplo do grau de dificuldade apresentado pela questão, a definição de Thomas Dye: “Política pública é qualquer coisa que os governos escolham fazer ou não fazer.”<sup>8</sup>

No mesmo sentido, considerando que qualquer resposta governamental a demandas sociais pode ser incluída no rol das chamadas políticas públicas, podem ser encontradas definições semelhantes nas obras de Lindblom, Bauer e Dror, como aponta e critica Theodore Lowy (LOWY, 1970, p. 317). Ora,

<sup>6</sup> Em termos bem genéricos, a iconização reside por igual também [nicht zuletzt] no empenho de unificar um ‘povo’ a população diferenciada, quando não cindida pela diferença segundo o gênero, as classes ou camadas sociais, frequentemente também segundo a etnia e a língua, a cultura e a religião.

se tudo pode ser considerado “política pública”, o conceito se esvazia e se torna indefinido, perdendo qualquer validade operacional possível.

Percebe-se, portanto, que o exame da atuação do Poder Legislativo passa, também, pela própria delimitação — tanto em termos teóricos quanto empíricos — do que sejam políticas públicas. Essa definição, como já foi ressaltado, contém aspectos teóricos e práticos: deve ser operacional, no sentido de que possibilite a construção de indicadores para o exame da atuação do Poder Legislativo.

Finalmente, como marco teórico dessa pesquisa, é possível buscar, nos estudos de Jürgen Habermas, importantes elementos a partir de uma abordagem sociológica, para a compreensão das funções da lei e do Parlamento no Estado moderno. Segundo esse autor, a modernidade assiste a substituição da razão prática pela razão comunicativa, que “não é fonte de normas do agir” e que, ao possibilitar uma “orientação nas bases de validade, no entanto, ela mesma não fornece nenhum tipo de indicação concreta para o desempenho das tarefas práticas” (HABERMAS, 1997, p. 20-21). A obra de Habermas, pode ser agregada uma nova e moderna vertente no estudo das políticas públicas, vertente esta que procura nos pressupostos da “razão argumentativa”, como contraponto à vertente “pós-positivista”, o fundamento para o exame da ação estatal.

Em síntese, o acompanhamento da atuação do Poder Legislativo, nos moldes propostos nesse projeto, insere-se em um contexto teórico que procura incorporar novos argumentos e conceitos que, possivelmente, poderão vir a se constituir no mais novo paradigma no estudo do Direito moderno.

### Exemplo 3

Tema da pesquisa

“A pessoa jurídica e os direitos da personalidade” (GOMES, 2004).

<sup>7</sup> A resposta fácil à questão ‘o que os legisladores fazem?’ é dizer que eles legislam, isto é, que eles se preocupam com as tarefas políticas centrais de legislação e formação política no sistema político. Não se pode presumir, entretanto, que uma legislatura, meramente por suportar uma designação formal, realmente tem funções decisórias independentes. Essa é uma questão a ser determinada por investigações empíricas e não por definição [...] Muitas legislaturas estaduais, por causa de suas sessões limitadas, membros um tanto quanto amadores e um equipe de assistência inadequada, são, normalmente, incapazes de agir independentemente em questões técnico-legislativas complexas. (“The easy response to the question ‘what do legislators do?’ is to say that they legislate, that is, that they concerned with the central political tasks of lawmaking and policy formation in a political system. It cannot be

Marco teórico

A presente pesquisa estrutura-se a partir da teoria do “Conceito Analógico de Pessoa Aplicado à Personalidade Jurídica”, de Edgar de Godói da Matta Machado (1954). Segundo o entendimento do autor mineiro, a pessoa natural não consiste em mera criação do direito positivo. Ao revés, encontra-se dotada de valor imanente, em razão da relação analógica estabelecida com o Analgado Supremo, na visão de Matta Machado (1954), Deus, tendo feito o homem à Sua imagem e semelhança. Engendrada no plano ontológico, essa analogia torna imperativo que o ordenamento reconheça a personalidade jurídica da pessoa natural, excluindo a matéria do âmbito da discricionariedade do legislador.

Distinta é a situação das pessoas jurídicas. Trata-se de seres que, diferentemente do homem, não constituem mais do que meras criações do direito destinadas a satisfazer objetivos perseguidos pelas pessoas naturais. Guardam, assim, natureza eminentemente instrumental.

Também o conceito de pessoa jurídica é análogo, mas em relação ao de pessoa natural. Não se pode perder de vista que a analogia que entre elas se estabelece é radicalmente distinta daquela verificada entre esta e o Analogado Supremo, Deus. Aqui, a relação analógica é construída com fulcro em semelhanças apreendidas no plano da “operatividade”, isto é, no que diz respeito à possibilidade de figurar como titular de direitos e obrigações. Portanto, a personalidade da pessoa jurídica constitui matéria atinente ao direito positivo e a respeito da qual não entram em pauta considerações de ordem ontológica das essências.

#### 6.3.6.2 Setores de conhecimento

Logo após a apresentação do marco teórico, aprofundando seu conhecimento, o pesquisador deverá indicar o setor ou setores do conhecimento nos

*assumed, however, that a legislature, merely because it bears that formal designation, really has independent decision-making functions. This is a matter to be determined by empirical investigation rather than by definition [...] Many state legislatures, because of their limited sessions, rather ‘amateur’ membership, and inadequate staff assistance, are often unable to act independently on complex, technical legislative matters.* (ANDERSON, 1975, p. 38).

<sup>8</sup> “Public Policy is whatever governments choose to do or not to do.” (DYE, 1972, p. 1).

quais deverá se inserir o objeto de estudo. Como dito anteriormente, raras investigações serão **interdisciplinares** ou **monodisciplinares** (ou seja, pertencentes a um único setor do conhecimento), dada à inadequação desse tipo de pesquisa às novas metodologias e à complexidade dos tempos atuais. Se uma pesquisa irá combinar apenas conhecimentos do ramo da ciência jurídica, como por exemplo, direito processual civil, direito administrativo e direito constitucional, ainda assim será considerada uma pesquisa que não deve ser tida como **interdisciplinar**. Isso porque pertence a um mesmo campo de conhecimento, porém relaciona conteúdos de disciplinas diversificadas.

Será importante, por isso, indicar se a pesquisa será **multi** (ou **pluri**), **inter** ou **transdisciplinar**.

As primeiras realizam **articulações** teórico-doutrinárias, tópicas e fragmentadas. As disciplinas (conexas ou não) ou os setores diferentes de determinado campo de conhecimento nesse tipo – **pluridisciplinar** – permanecem separadas e com identidades próprias (conteúdos e paradigmas diversos). Exemplificando, poder-se-ia, numa pesquisa sobre o assunto “Reforma Administrativa do Estado”, combinar elementos da Ciência da Administração, da Ciência Política e do Direito Administrativo, sem que se apresente uma combinação mais integrada dessas disciplinas, pois cada uma irá contribuir para a pesquisa com os seus conteúdos próprios. O pesquisador apenas buscaria elementos nesses campos para construir argumentos para os problemas de pesquisa tratados. Aqui, não é o objeto da pesquisa que exige essa conexão.

Já as pesquisas **interdisciplinares** realizam uma **coordenação** de conteúdos pertencentes a disciplinas diferenciadas (no próprio campo do Direito ou em campos conexos). Assim, partes das disciplinas permanecem coordenadas programaticamente, há uma união real de conteúdo, uma articulação que permite desvendar o objeto da pesquisa em todas as suas características plurais. Quando se trata, por exemplo, “da psicanálise no direito de família” se estará realizando uma interação desses conteúdos e não apenas uma “articulação” argumentativa; da mesma forma como Habermas (1987) realiza estudos **interdisciplinares** que combinam a sociologia jurídica, a ciência política, o direito constitucional e a linguística, entre outras, nos seus estudos sobre “Facticidade e Validade”. Importa compreender que na **interdisciplinaridade** é o próprio objeto do estudo que exige a coordenação com outras disciplinas ou partes de seus conteúdos teóricos. Como no primeiro exemplo, dependendo do objeto da pesquisa sobre Direito de Família,

a esfera da Psicanálise ou de suas teorias é imediatamente solicitada. Outras vezes, ao contrário, o objeto da pesquisa exigirá outras teorias que não as psicanalíticas.

Nas pesquisas cujo setor de conhecimento é **transdisciplinar**, há produção própria de novos conhecimentos que se dá de forma inter-relacionada, numa unidade de saber, como ocorre nos campos da Sociologia Jurídica, da Psicologia Forense, da Criminologia, da Medicina Legal, do Biodireito, entre tantos outros. Esse tipo de pesquisa não apresenta qualquer fragmentação entre disciplinas ou setores de conhecimento, porque ao final da investigação produz-se-á uma teoria única.

Não há como estabelecer, aprioristicamente, se determinado tema será **mono**, **pluri**, **inter** ou **transdisciplinar**, pois isso dependerá do marco teórico adotado, do problema da pesquisa, das hipóteses, bem como das metodologias a serem utilizadas e, mais especialmente, do objeto de pesquisa.

O pesquisador deverá esclarecer quais as disciplinas, setores, áreas ou institutos jurídicos e, ainda, os campos conexos que estarão envolvidos na pesquisa, justificando a inclusão de cada um. Essas disciplinas ou setores podem se relacionar tanto com a esfera dogmática quanto zetéica do Direito. O livro de Tércio Sampaio Ferraz Júnior (2001), *Introdução ao estudo do direito*: técnica, decisão, dominação, apresenta uma relação de disciplinas e setores dogmáticos e zetéicos razoavelmente completa.

Observe os exemplos dados a seguir:

### Exemplo 1

“O exercício democrático do direito fundamental à liberdade de imprensa e de informação jornalística.” (MELO; ROCHA, 2004).

#### Setores do conhecimento

Considerando a amplitude e complexidade do tema, percebe-se que o mesmo poderia ser tratado sob vários enfoques, como por exemplo, no campo sociológico (os impactos dos abusos do exercício do direito à liberdade de imprensa na sociedade); econômicos (existência de oligopólios dos meios de comunicação); político (manipulação de informações em prol de objetivos políticos), administrativos (reflexos na gestão empresarial dos meios de comunicação). Nesse sentido, resta claro que o tema envol-

ve diversas questões relevantes e atuais, sendo de suma importância a sua análise profunda nos diversos campos do saber, inclusive por se tratar de um dos instrumentos de realização do regime democrático. Por esses motivos, a investigação será do tipo interdisciplinar, por sua própria natureza e complexidade.

### Exemplo 2

Tema de pesquisa: “A pessoa jurídica e os direitos da personalidade.” (GOMES, 2004).

#### Setores do conhecimento

A pesquisa insere-se em perspectiva *interdisciplinar*, pois procura coordenar conteúdos concernentes ao *campo* da Filosofia do Direito e ao do Direito Civil, no intuito de analisar o objeto de estudo em todas as suas características plúreas.

O tema “pessoa jurídica” constitui elemento comum tanto à *área* delimitada pela Teoria Geral do Direito, quanto àquela da Teoria Geral do Direito Privado, cujos enfoques, embora diversos, devem ser igualmente considerados e também coordenados, a fim de que o objeto seja analisado da forma mais completa possível. Enquanto esta se ocupa, sobretudo, do direito positivo, aquela o encara a partir de seus fundamentos teóricos. Trata-se de panoramas complementares que dão o tom interdisciplinar à pesquisa.

### 6.3.6.3 Processos de estudo

Esses processos de estudo foram suficientemente analisados quando se abordou os tipos genéricos de investigação no campo do Direito<sup>9</sup> e os processos mentais ou raciocínios utilizados na discursividade argumentativa para a explicação e interpretação do objeto da investigação. Por essa razão, aqui não se detará em novas explicações sobre esse assunto. Neste item, é de grande valor determinar qual o tipo da pesquisa e quais os processos mentais ou raciocínios que serão utilizados em conformidade com o objeto da investigação, seu marco teórico e as preferências do pesquisador ou de sua

9 Investigações histórico-jurídicas, jurídico-exploratórias, jurídico-comparativas, jurídico-descritivas, jurídico-projetivas e jurídico-propositivas.

equipe. Não se podem confundir processos de pesquisa, uma esfera mais cognitiva, com procedimentos, área eminentemente técnica e que será detalhada posteriormente.

### 6.3.6.4 Natureza dos dados

Os dados incorporados à pesquisa e operacionalizados pelo investigador são de dupla natureza: primária ou secundária.

Os **dados primários** são aqueles levantados e trabalhados diretamente pelo pesquisador, sem qualquer intermediação de outros indivíduos. São dados ou fontes primárias aqueles extraídos de entrevistas, de documentos oficiais ou não oficiais, legislação, jurisprudência, dados estatísticos, informações de arquivos de todo tipo, dentre outros. As fontes primárias atribuem à pesquisa uma condição de autonomia e de novidade, isso porque o pesquisador levanta uma relação de dados ou de percepções selecionados e imediatamente analisados segundo o marco teórico definido e os processos de estudo indicados.

Entende-se que os cientistas do direito precisam investir na coleta de dados primários, sobretudo para tornarem suas pesquisas mais adequadas ao contexto social em que vivem e para a compreensão da aplicação dos direitos pelas comunidades. Exemplificando essa afirmação, podemos dizer que ao invés de estudar simplesmente o tema “Tombaramento e o dever de indenizar”, por que não estudar a questão do tombaramento em Belo Horizonte ou em outro Município, como Ouro Preto? Seus procedimentos, características, as medidas administrativas da Comissão Municipal competente para a realização dos tombaramentos e, ainda, como tem sido as decisões dos juízes mineiros e do Tribunal de Justiça do Estado sobre o dever do Município de indenizar os proprietários dos imóveis tombarados. Essas inferências locais podem ser feitas em quaisquer temas que forem abordados pela ciência jurídica, necessitando, nesses casos, da realização de entrevistas, aplicação de questionários e demais técnicas de coleta de dados primários.

Os **dados secundários** são também relevantes para a investigação, apesar de serem, no campo jurídico, aqueles de maior utilização. São secundários por derivarem de estudos e análises já realizados por intermediários entre o pesquisador e o objeto de investigação. São fontes secundárias: conteúdos de compêndios didáticos, livros de toda espécie, artigos de revistas ou jornais, doutrina, legislações interpretadas, etc. Dependendo do objeto da investigação, do problema e da hipótese da pesquisa, essas fontes

## QUADRON.1

Cruzamento de dados para escolha de entidades da amostra – Belo Horizonte, 1995

Nome	Organização		Frequência		Abrangência		Tempo		N. Inscritos			Escolha		Renda	
	Alto	Baixo	+ 50	Até 20	Menor	Maior	+ 8	- 3	Até 50	+100	Voto	Indic	Alta	Baixa	
ACOBÍ – Associação Comunitária do Bairro Ipê e Novo São Marcos	X		X		X		X		X						
Associação Comunitária de Defesa do Meio Ambiente do Bairro Palmares		X	X		X		X		X			X			
Associação do Bem-estar Social do Eymard	X			X		X	X			X					
Associação dos Moradores do Bairro Paulo VI		X		X			X		X			X			
Associação dos Moradores do Bairro Nazaré		X		X	X		X		X						
Centro de Apoio Comunitário do Bairro São Paulo	X			X		X	X			X			X		
Associação dos Moradores do Bairro Capitão Eduardo															
Amorcinova – Associação dos Moradores da Cidade Nova													X		
Associação dos Moradores do Bairro Renascença		X			X		X			X				X	
Assoc. Comunitária Bela Vitória					X					X			X		

Fonte: “Questionário Organizacional Fase 1” – Projeto “Pólos Reprodutores de Cidadania – Direito Achado na Rua” – FDUFG – PBH, 1995 (CARVALHO NETTO; GUSTIN *et al.*, 1996).

### 6.3.6.6 Técnicas e procedimentos metodológicos mais adequados às pesquisas aplicadas

Para construir a metodologia da pesquisa devem ser observadas as seguintes etapas:

1. Descrição do marco teórico que fundamenta todo o projeto de pesquisa;
2. O processo de pesquisa (vertente metodológica, tipos genéricos de pesquisa e raciocínios que serão priorizados);
3. Natureza dos dados;
4. Grau de generalização;
5. Técnicas de pesquisa (ou estratégias metodológicas): indicarão o enfoque de análise do objeto da pesquisa;
6. Os procedimentos: ferramentas de coletas de dados e informações para a pesquisa, que determinam, na prática, o que deverá ser efetivamente feito pelos pesquisadores.

A metodologia da pesquisa é construída a partir de elementos diversificados (mais ou menos subjetivos), como a escolha dos processos de pesquisa, da vertente metodológica e dos tipos de pesquisa, dos raciocínios, da natureza dos dados, entre outros já referidos anteriormente.

Este tópico trata não da metodologia em sentido amplo, mas somente das técnicas e procedimentos metodológicos que poderão ser utilizados nas pesquisas jurídicas, ou seja, uma esfera mais operacional das investigações. Organiza-se por meio dessas técnicas e procedimentos o “como fazer”, ou seja, qual o caminho indicado para realizar a testagem da(s) hipótese(s) e alcançar os objetivos específicos da pesquisa. Essa etapa mais concreta da investigação destina-se, fundamentalmente, a relacionar estratégias metodológicas ou técnicas com a “vertente metodológica” indicada para a pesquisa.

As principais **estratégias metodológicas** (técnicas) são: estudo de caso, ação participante, pesquisa-ação, pesquisa teórica, avaliação, **survey**, diagnóstico, histórias de vida, levantamento etimológico, etc. Cada uma dessas técnicas realiza-se-á mediante a escolha de procedimentos mais adequados à sua natureza metodológica e aos aspectos teóricos a que está interligada na pesquisa. Os **procedimentos** são, em geral, os seguintes: observação (espontânea ou dirigida), coleta e análise de documentos, de legisla-

ções, jurisprudências, etc., aplicação de questionário (aberto ou fechado), entrevistas (espontâneas ou dirigidas), conversas e discussões (espontâneas ou dirigidas), análise de imaginário, análise de conteúdo, etc.

Podemos classificar as técnicas e procedimentos, preliminarmente e com finalidade didática, em dois grandes grupos: A) as pesquisas de campo; B) as pesquisas teóricas.

#### A. Pesquisa de campo

As pesquisas de campo são estratégias integradas de investigação que organizam os procedimentos segundo um caminho crítico. Esse “caminho crítico” refere-se justamente às diretrizes operacionais definidas a partir da problematização do tema e da resposta preliminar que está sendo testada. Nas pesquisas de campo dois processos são importantes para a condução de pesquisa e devem ser considerados tendo em vista as dificuldades de distinção entre sujeito e objeto da pesquisa: a) processo de familiarização; b) processo de distanciamento. O primeiro processo, de **familiarização**, deve ocorrer todas as vezes que o pesquisador vai atuar em determinado campo de pesquisa (setores de tribunais, juizados especiais, setores governamentais, favelas, escolas, etc.) com o qual ele não tem qualquer proximidade. Assim, os procedimentos iniciais serão de compreensão do cotidiano do campo, das linguagens mais utilizadas, dos elementos simbólicos, das condições materiais, das visões de mundo, etc. Quando, ao contrário, o pesquisador já possui conhecimento das relações do local onde se dará a pesquisa e ele desejar, por exemplo, realizar uma investigação de tipo participante ou de ação (como no caso de ser membro do Ministério Público e aí realizar sua pesquisa; ou ser funcionário de determinado setor de Tribunal onde fará a investigação de campo, etc.), deverá valer-se do processo de **distanciamento**. Esse processo é, talvez, o mais difícil, pois, é claro, o pesquisador já está completamente inserido nas atividades cotidianas do setor, utiliza-se das mesmas linguagens e elementos simbólicos, insere-se nas relações de poder internas, etc. O processo de distanciamento é feito, então, por meio do marco teórico selecionado para a investigação. Seu olhar não será mais o mesmo olhar de habitualidade, mas um olhar teórico que dirigirá sua atenção a aspectos e fenômenos (de imaginário, simbólicos, de relações de poder, etc.) que antes não havia percebido de forma teórico-crítica. Esses dois processos são, pois, da maior relevância para iniciar uma pesquisa de campo.

Outro aspecto importante na pesquisa de campo é a procura e seleção de “informantes privilegiados” e de “testemunhos ideais”. O que são esses elementos? Vejamos um exemplo de pesquisa de campo que explicita esses elementos:

- a) desejo detectar as condições de democracia e de legitimidade de associações representativas de um setor urbano periférico;
- b) os **informantes privilegiados** serão, por certo, os integrantes das duas últimas diretorias dessas associações, por exemplo, ou os associados mais antigos, etc. Eles são “privilegiados” pelo maior acesso a informações e relatos sobre a organização ou, simplesmente, por convivem mais diretamente com os associados;

c) já os **testemunhos ideais** são aqueles que conseguem “fechar” as informações, ou seja, a entrevistista com eles é capaz de realizar uma **síntese** das percepções até então obtidas pelo investigador. Os testemunhos ideais são detectados pelo pesquisador perguntando a indivíduos, inseridos em campos diferenciados e com visões diversas, “qual seria o entrevistado que melhor analisaria aquela organização ‘x’ do ponto de vista ‘tal e qual’. Os informantes privilegiados sejam, talvez, aqueles que melhor indicarão os testemunhos ideais. Após todas as indicações espontânea dois, no máximo três, indivíduos que a maior parte dos entrevistados indica como sendo “o(s) melhor(es)”, ou seja, os testemunhos ideais.

Nas pesquisas de campo, uma técnica de efeito bastante positivo é a **análise de cotidiano** que envolve outras ações ou procedimentos. Há controvérsia na literatura se essa análise seria uma técnica ou apenas um procedimento. As análises de cotidiano podem ser realizadas tanto em pesquisas internas às organizações como externas. Sua característica primordial é o detalhamento: oferece dados bastante metuculosos sobre os cotidianos das organizações. Em suas observações, deverá haver uma grande interação entre observador/observado. O pesquisador que analisa cotidiano (relações entre pessoas, hábitos, atitudes, tempos, etc.) deve ter boa preparação metodológica, pois, enquanto observa, deve estar atento a pontos que se correlacionam com seu marco teórico ou metodologia. Além disso, não são somente externalidades que observa, pois deve estar vigilante quanto a estados de espírito diferenciados dos indivíduos observados que podem afetar as rotinas e os tempos organizacionais que estão sendo acompanhados. As anotações de impressões, de reflexões teóricas, de condutas inesperadas ou de procedimentos devem ser imediatamente feitas em “diário de campo” ou em outra forma de arquivamento. As análises de cotidiano são úteis em estudos de organizações, nas identificações de relações ou de grupos de poder ou no exame de normatividade não oficiais (pluralismo jurídico). Normas organizacionais, como os juizados especiais ou os conselhos tutelares,

merecem análises de cotidiano para a investigação de eficiência, eficácia ou efetividade.<sup>11</sup>

As análises de **eficiência** são internas às organizações ou às relações de grupos específicos. A eficiência é a regularidade de atos, segundo determinados tempos, e a harmonia de relações organizacionais que promovem efeitos esperados, no sentido de permitir um bom funcionamento de setores ou de toda organização (judiciária, por exemplo). Pode-se falar, também, em eficiência da legislação de determinado campo jurídico, apesar de isso parecer estranho. A eficiência, nesse sentido, é a análise das relações normativas de determinado setor ou instituto do ordenamento que permitem previsibilidade de efeitos pela interação normativa perfeita, sem os problemas de relações antinômicas ou de lacunas. Isso, porém, é uma forma de aplicar o conceito de eficiência de forma pouco comum.

A **eficácia** é a consecução clara de objetivos previstos para a atuação de organizações, de grupos ou de indivíduos. Isto é, uma ação eficaz é aquela que consegue satisfazer aos objetivos previstos anteriormente. A análise de eficácia dá-se, também, na investigação da ação de determinadas legislações sobre o ambiente externo. Analisa-se se, em sua aplicação, tem-se obtido os objetivos previstos pelas normas de qualquer tipo em qualquer campo jurídico. Em áreas como de Direito Penal, Criminologia, Direito Comercial, Direito do Trabalho e nas novas legislações, a análise de eficácia tem grande valor, não só para analisar a efetivação dos objetivos previstos pelos institutos de cada campo como para examinar a eficácia das legislações sobre o mundo prático.

A **efetividade**, apesar de muitas vezes ser empregada como sinônimo de eficácia (às vezes, como sinônimo de eficiência), é bem mais abrangente que as duas primeiras. A efetividade supõe não só a realização das condições de eficiência e eficácia, como, também, a correspondência com as demandas da população ou de determinados estratos populacionais ou de grupos (demandas de consumidores, de magistrados, de crianças e adolescentes em relação aos juizados, Conselhos Tutelares, etc., de contribuintes, entre muitos outros). A análise de efetividade é de grande relevo para todos os campos das Ciências Sociais Aplicadas. Ela não só analisa o cumprimento de objetivos (de legislações, por exemplo) como se interessa pela demanda externa em relação ao objeto de estudo. Poderíamos, no exame dessa condição, indagar: os objetivos do Estatuto da Criança e do Adolescente são

<sup>11</sup> Na análise dos diversos setores da Administração Pública, consultar o interessante trabalho de Sander (1982).

eficazes? Corropondem às demandas das famílias, de escolas, etc.? No caso dessas indagações, se estaria analisando a efetividade do Estatuto e não apenas a eficácia, pois a pesquisa de demandas e necessidades da população beneficiária também seria contemplada.

Lazarfeld (1971) classifica as pesquisas de campo, segundo os procedimentos utilizados, em “experimentais” ou “naturais”. As pesquisas experimentais são aquelas que interferem no campo analisado ou no objeto de estudo. Para ele, a aplicação de questionários e as entrevistas formais interferem na naturalidade das condutas e comportamentos e transformam uma pesquisa cujo interesse é “não interferir” em pesquisa com objetivos experimentais. Entretanto, para que as pesquisas de campo sejam consideradas “naturais”, os procedimentos mais adequados são as observações, as conversas informais e a participação direta. Para o referido autor, **a pesquisa de campo é a arte de obter respostas, sem fazer perguntas**. Daí por que ele prefere as pesquisas de tipo natural.

Os principais tipos de pesquisa de campo a serem analisados neste texto são: a) estudo de caso, b) pesquisa-ação e c) pesquisa ou ação participante.

#### A.1 Estudo de caso

Uma das principais pesquisas de campo é o **estudo de caso**. Esse termo é específico da metodologia das Ciências Sociais e não significa apenas estudo de “processos”. Essa estratégia metodológica tem como objetivo uma descrição detalhada de grupos, instituições, programas sociais ou sociojurídicos, entre outros. Essa técnica emprega dados quantitativos e qualitativos.

Podem-se realizar, no estudo de caso, a observação, entrevistas formais e informais, procedimentos de análise de grupo, dispositivos sociométricos, análise de documentos, de relações, entre outros. O estudo de caso, em sua condição mais perfeita, necessita de equipes inter ou transdisciplinares: juristas, sociólogos, psicólogos, antropólogos, etc. Isso não significa, no entanto, que não possa ser realizado somente com profissionais de Direito, de campos diversificados ou não (criminólogos, sociólogos jurídicos, filósofos do Direito, constitucionalistas, especialistas em legislações específicas, etc.).

Um estudo de caso detalhado pode durar longo tempo, ou seja, sua duração seria bastante onerosa se ele também dependesse os mesmos custos com a equipe. Quase sempre as equipes de estudo de caso são pequenas, no máximo três especialistas. Não inválida, inclusive, que um estudo de caso seja conduzido por um único pesquisador. Os estudos de caso têm

grande relevância quando são utilizados para apontar problemáticas potenciais ou efetivos em organizações de todos os tipos e em programas governamentais ou comunitários.

O estudo de caso exige, primeiro, uma boa delimitação do objeto de estudo: grupos em penitenciárias ou em centros de recuperação juvenil; sindicatos para análise de viabilidade da desconcentração de intermediação e julgamento de ações trabalhistas simples; identificação de pluralismo jurídico em bairros periféricos, casos emblemáticos,<sup>12</sup> entre outros. Como se pode notar, todos esses exemplos estão insuficientemente delimitados. São somente exemplos genéricos para apreensão do que pode ser um estudo de caso.

O segundo momento do estudo de caso é o da definição dos procedimentos quantitativos e qualitativos a serem utilizados: aplicação de questionários com perguntas fechadas (quantitativos); levantamento de dados quantitativos e estatísticos (número de indivíduos, faixa etária, sexo, estado civil, etc.); observação de ambientes, de rotinas, de movimentação interna, de relações de poder, de tratamento, etc.; entrevistas (formais ou informais); análise de conteúdo (de documentos, de falas, de processos, de legislação, de narrativas de vida, etc.); ação participante (como estágio-rê, como profissional, como voluntário, etc.). A partir dessa apresentação, é possível notar a pluralidade de procedimentos que podem ser incorporados a essa técnica de pesquisa de campo. Por essa razão, o estudo de caso é uma estratégia metodológica bastante adequada às Ciências Sociais Aplicadas, no campo do Direito, igualmente. Ela pode ser utilizada com sucesso em vários campos jurídicos, como nas Ciências Penais, Direito Comercial, Direito do Trabalho, etc.

O terceiro momento é o da definição dos métodos de registro dos dados levantados. Essa metodologia deve seguir os seguintes passos: seleção dos dados, registro, codificação e tabulação. A seleção dos dados deve considerar os objetivos da investigação, seus limites e um sistema de referências para avaliar quais dados serão úteis ou, ao contrário, sem qualquer utilidade. Somente aqueles selecionados deverão ser analisados, classificados ou codificados e tabulados (quando for o caso). A codificação é a categorização dos dados, ou seja, são classificados em categorias qualitativas, valorativas ou quantitativas.

<sup>12</sup> Um exemplo de caso emblemático, dentre outros, foi o dos “Irmãos Naves”, de Aragnani, que poderia ser estudado com o objetivo de discutir questões jurídicas, tais como a “pena de morte”, os “erros judiciais”, etc.

Após a organização dos dados, imagens, percepções e a análise e interpretação dos mesmos, passa-se para o próximo momento: a elaboração dos relatórios parciais e finais e a realização de seminários, discussões e colóquios para a validação das análises e da confirmação/refutação da(s) hipótese(s). Só assim o pesquisador pode sentir-se “pronto” para a redação e edição do relatório final (monografia, dissertação, tese).

## A.2 Pesquisa-ação

Além do estudo de caso, vale a referência à pesquisa-ação, não só por sua adequação ao campo aplicado, mas muito especialmente ao campo do Direito. Essa estratégia metodológica, como as demais técnicas relacionadas com as investigações sociais aplicadas, tem referência empírica e é desenvolvida em estreita correlação com uma ação ou com a solução de problemas grupais ou coletivos. As equipes de pesquisadores, tal como no estudo de caso, deve, preferencialmente, ser inter ou transdisciplinar. A diferença é que na pesquisa-ação, pesquisadores e participantes da ação, – “representativos da situação”, (THOLLENT, 2002)<sup>13</sup> envolvem-se de modo cooperativo.

As características da pesquisa-ação são: a) o inter-relacionamento permanente das atividades de pesquisa e de ação (no caso das universidades, em seus diversos programas de extensão). Esse inter-relacionamento permite que a pesquisa e a atuação estejam permanentemente se retro-alimentando. Há um constante entrecruzamento das ações e dos resultados das investigações. Por esse motivo, os seminários de equipe são mais relevantes que em qualquer outro tipo de pesquisa. Neles, as discussões sobre ação e pesquisa permitem uma dinâmica de sucessivas mudanças, tanto nos procedimentos da pesquisa quanto naqueles da atuação.

Na pesquisa-ação deve haver um envolvimento ativo da comunidade, apesar de não ser algo fácil de se obter. Entre pesquisadores e participantes do problema coletivo, não deve haver imposição de concepções próprias. As soluções a serem encaminhadas são sempre anteriormente discutidas. Isto não significa, contudo, o desconhecimento da distância entre os dois tipos de conhecimento. Não deve haver qualquer passividade entre os dois blocos de integrantes. Já houve época em que os acadêmicos entendiam que, em situações como essas, deveriam ser preservados, a qualquer custo,

a autonomia e o saber da “comunidade”, mesmo que em detrimento de seu próprio conhecimento técnico ou científico. Ora, com isso, ocorria que os profissionais das universidades pouco contribuíam com as comunidades externas, em razão de uma espécie de idolatria pouco comunicativa. O que as equipes de pesquisa-ação devem entender é que essa espécie de cooperação envolve conhecimentos diversos e que o conhecimento científico só tem sentido quando sua finalidade é transformar-se em senso comum. Nenhum tipo é mais adequado para a realização dessa finalidade do que a pesquisa-ação.

Apesar de haver uma atuação permanente, a pesquisa-ação é diferente da técnica de ação participante. A primeira – pesquisa-ação – realiza uma pesquisa a partir de vários procedimentos, não só os participantes, e sua ação não é realizada a partir do interior da situação, mas numa troca permanente entre internalidades/externalidades. O pesquisador investiga dentro de seu campo de conhecimento e atua segundo seu próprio saber – e é isso que os participantes esperam deles –, apesar de as diretrizes e escolhas das ações serem feitas em conjunto.

A pesquisa-ação favorece a resolução de problemas coletivos, transformações de realidades emergentes e a produção de conhecimento. Sua diferença das demais é que: a) a resolução do problema coletivo em foco é feita solidária e cooperativamente; b) a emergência de novas comunidades, grupos, instituições etc., por intermédio da pesquisa-ação, é duplamente auxiliada: a pesquisa lhes permite conhecimento dos resultados das investigações no campo jurídico e das ações dos pesquisadores, ao mesmo tempo, autoconhecimento de suas condições, possibilitando sua própria autocrítica; a ação (ou atuação) complementa os dados da pesquisa e permite o acesso a conhecimentos necessários à sua própria estruturação e à sua prática. O conhecimento produzido é revertido em benefício não só da equipe pesquisadora mas também da equipe de participante da situação investigada.

No campo do Direito, temos a experiência do Programa Pólos de Cidadania, da Faculdade de Direito da UFMG, que há quinze anos vem realizando atividades de pesquisa-ação em várias regiões de Belo Horizonte (primeiro, Região Nordeste; depois, Aglomerado Santa Lúcia, Aglomerado da Serra, Vila Ponta-Portã; atualmente, na Região Norte e no Médio Vale do Jequitinhonha), por meio de convênios com Ministérios, Secretarias de Estado, Tribunais e Juizados, Coordenadorias Municipais, Pastoris e Movimentos Sociais. Nos aglomerados de favelas de Belo Horizonte, tem-se agora a experiência em duas frentes de ação: um Núcleo de Atendimento a casos particulares, em que se desenvolve um processo de resolução

<sup>13</sup> A obra de Thiollent (2002) é referência indispensável no estudo da pesquisa-ação. Cf. também Costa (1986) e Esteves (1986).

extrajudicial de conflitos, a partir da mediação, e um “grupo de expansão”, que, por meio da pesquisa-ação, coletiviza os interesses do Núcleo e das organizações da Região. Se o Núcleo atende um número maior de casos em determinado campo do Direito, o “grupo de expansão” coletiviza o conhecimento sobre esse campo e suas regulamentações, num sentido premonitório e preventivo. Esse grupo realiza constantes pesquisas cujos resultados interferem sobre a ação da equipe e da comunidade.

São pressupostos da pesquisa-ação, além daqueles pertinentes a todas as pesquisas: a) a existência de um **problema coletivo** (de uma instituição, associação, empresa, comunidade, etc.); b) o envolvimento **solidário e dialógico** de todos os participantes; c) a participação na investigação, como **sujeitos** e não só como informantes.

À exceção do **survey**, que é um levantamento quantitativo e estatístico, com objetivos descritivos, trabalhando com uma pluralidade de variáveis e que se dedica, a partir da aplicação de questionários e realização de entrevistas com uso de roteiro dirigido, a detectar opiniões, atitudes e mudanças de comportamento sobre assuntos determinados (mercado lógicos, epidemiológicos, etc.), as demais técnicas de pesquisa de campo são variações pouco diferentes do estudo de caso e da pesquisa-ação.

### A.3 Pesquisa participante

Em termos metodológicos, a **pesquisa ou ação participante** pouco difere dos demais estudos. É distintiva dessa investigação a condição em que se coloca o investigador: ele é ou se torna um integrante do campo investigado e dele participa efetivamente. Dois casos podem ocorrer: 1º) o investigador **já integra** o campo investigado, quer como funcionário de determinado órgão (judicial, por exemplo) ou como associado, morador (observação natural), etc.; 2º) o pesquisador **torna-se** um membro do campo de investigação (observação artificial). O tipo emblemático desse segundo caso é a pesquisa feita por Boaventura de Sousa Santos na favela do Jacarezinho.<sup>14</sup> O pesquisador alugou um barraco e transformou-se em morador da favela para ter possibilidades mais ampliadas de investigação da existência de “pluralismo jurídico”, objeto de sua pesquisa. Ressalte-se que a diferença entre a pesquisa-ação e a pesquisa participante é que, na primeira, o pesquisador ou a equipe de investigação atuam para a transformação do ambiente, das relações, etc.; na segunda, o pesquisador apenas participa e não tem qualquer motivação imediata de transformação, apenas de conhecimento.

<sup>14</sup> Para mais detalhes sobre essa pesquisa, ver Santos (1988).

Entende-se que a pesquisa participante deve ter cuidados ampliados de controle metodológico, pois esse tipo de investigação é frágil quanto à incorporação de subjetividades e de elementos ideológicos por parte do pesquisador. Um bom controle metodológico permite, entretanto, que essa técnica de campo transforme-se em um veículo metodológico que permite pesquisas com razoável aprofundamento das questões postas pelo projeto.

### B. Pesquisas teóricas

O segundo grande grupo de estratégias metodológicas de cunho qualitativo está inserido no que aqui denominamos “pesquisa teórica”. Atualmente, há uma tendência a priorizar a “análise de conteúdo” como procedimento prioritário das investigações de cunho teórico. Por essa razão, aqui se dará maior importância à descrição mais detalhada desse procedimento, em razão das confusões conceituais que o envolve. Podem ser considerados tipos específicos de “análise de conteúdo”: as histórias de vida, a análise de discurso, a análise das mensagens da mídia, o exame de documentos, estudo de legislações, de jurisprudências, estudos históricos, etc.

A análise de conteúdo, como procedimento metodológico, tem condições próprias de produção. Todas as vezes que se desenvolve uma pesquisa teórica, o procedimento de análise de conteúdo torna-se imprescindível. Para a aplicação desse procedimento, o primeiro pressuposto é de que os dados e informações obtidos já estão dissociados das condições gerais em que foram produzidos. A análise de conteúdo não tem motivações históricas, mesmo que os dados e informações pertençam ao passado, são inseridos pelo analista em novo contexto, com objetivos e objeto próprio de pesquisa. Um sistema de conceitos analíticos é construído para servir como um sistema de referências conceituais que realizarão as inferências, próprias desse procedimento.

Após essas etapas, desmonta-se o(s) discurso(s) da fonte objeto da pesquisa teórica que se analisa e se produz um novo discurso por meio de “traços de significação”, que resultam da relação dialética entre as condições de produção do discurso objeto de análise e as novas condições de produção dessa análise.

A denominada “história de vida” é um dos tipos de análise de conteúdo. Para esse tipo de estudo, são necessários: um plano de hipóteses precisas e um problema que se structure, tanto quanto as hipóteses, a partir de marco teórico predefinido. Todos esses cuidados são necessários para que esse tipo de investigação não se torne somente um estudo biográfico. As biografias dispensam uma pesquisa sistemática e o procedimento de análise de conteúdo, tal como relatada. As histórias de vida têm objetivos mais amplos, elas se prestam à análise de contextos precisos. Exemplificando: quando se

Levanta dados sobre a vida de lideranças pertencentes a grupos de poder de determinada instituição (judiciária, por exemplo) ou setor, deseja-se, por meio da “história de vida”, obter traços de significação que permitam compreender aquele contexto institucional e a dinâmica de seus grupos de poder e não a construção de biografias de cada uma dessas lideranças. Para isso não seria necessária uma pesquisa teórica ou mesmo a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo tem grande relevo para a compreensão de legislações e suas conexões contextuais, bem como das jurisprudências. Não se esqueça, no entanto, de que aqui não se trata somente de um aprofundamento de estudo ou de análise simples; como qualquer outro procedimento de pesquisa científica, diz-nos Vala (1986), essa estratégia metodológica pressupõe objetivos e referenciais teóricos.<sup>15</sup>

As pesquisas teóricas priorizam a construção de esquemas conceituais específicos e utilizam-se dos vários processos discursivos e argumentativos para o convencimento sobre a validade dos esquemas propostos.

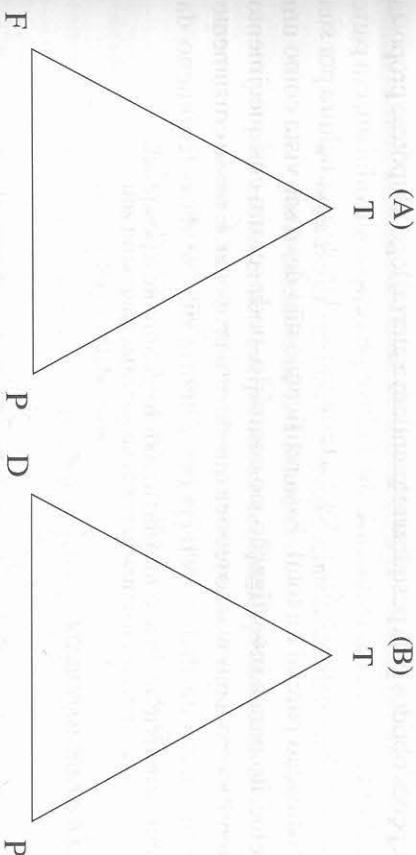
Essas pesquisas são, muitas vezes, confundidas com os procedimentos de análise bibliográfica ou documental. Nas pesquisas teóricas, a análise de conteúdo torna-se procedimento e não estratégia metodológica, como, anteriormente, demonstrado. Essa confusão, antes apontada, tem relação com o tipo de fonte normalmente utilizada por essa forma de investigação: as chamadas “fontes de papel”. São fontes de papel todas aquelas que não são personalizadas, ou seja, que se utiliza de dados secundários extraídos de livros de toda espécie, documentos históricos e de arquivos, artigos de revistas, jornais, jurisprudências, legislações, entre outras inúmeras fontes desse tipo. Por essa razão, a análise de conteúdo, como dito, é um procedimento indispensável para esse tipo de investigação. Isso não significa, contudo, que não tenha igual importância para as pesquisas de campo.

Existem pesquisas teóricas que se originam de fenômenos objetivos, isto é, partem de análises de dados empíricos para realizar todo um trabalho teórico-conceitual que se constitui como eixo principal da investigação. O fato de se originar de fenômenos empíricos, não significa que a pesquisa tenha conteúdo empírico. O que determina o tipo ou espécie de pesquisa é o conteúdo do problema posto, sua hipótese e seus objetivos, não os procedimentos utilizados. Para ser empírica, uma investigação precisa ser assim definida nas partes essenciais do projeto de pesquisa (problema, objetivos, hipóteses, definição do marco teórico).

<sup>15</sup> Cf. também a obra de KRIPPENDORF, K. *Content analysis: an introduction to its methodology*. Londres: Sage, 1980.

### 6.3.6.7 Controle metodológico

Nas pesquisas qualitativas aplicadas, em lugar da “correlação estatística”, controle típico das pesquisas quantitativas, usa-se a **covariância** ou **triangulação**. Esse controle por triangulação aponta “padrões” e não leis gerais. São cruzadas três grandes categorias de fatores: T = múltiplos enfoques teóricos; P = múltiplos observadores (preservação da intersubjetividade); F = múltiplos procedimentos de observação (imagem a seguir):



A imagem (A) já foi descrita em seus elementos. Seriam cruzados na imagem (B): T = pesquisadores com paradigmas teóricos diferentes; P = percepções e imagens de pesquisadores e de entrevistados ou de textos selecionados sobre o objeto; D = indicadores objetivos ou dados (de diagnósticos, de análises preexistentes, de arquivos, etc.). Tudo isto é cruzado sob o crivo do marco teórico. Cada ângulo do triângulo recebe cruzamento próprio até que se chegue, por exemplo, às percepções e imagens típicas dos indivíduos sobre o objeto de estudo. Da mesma forma, isso é feito em “D” e em “T”. Há depois a covariância entre os padrões ou elementos típicos de cada ângulo. Após esses cruzamentos plurais, a análise é feita sob o crivo do marco teórico e da hipótese que está sendo testada para, a partir daí, conseguir-se uma resposta plausível ao problema e a comprovação/refutação da hipótese.

Em uma pesquisa qualitativa, o controle metodológico é feito a partir da intersubjetividade, como já se disse. No vértice superior do triângulo está a teoria que funda a pesquisa; em um dos vértices inferiores encontram-se os dados obtidos; no outro as percepções de autores, de entrevistados, do(s) próprio(s) pesquisador(es). O cruzamento é feito, antes, em cada um dos vértices, ou seja, cruzam-se os dados entre si, descobrem-se aqueles que predominam e, após, são relacionados com o marco teórico (vértice superior do triângulo). Cruzam-se as percepções, como feito com os dados, encontrando-se aquelas hegemônicas. Dados e percepções predominantes são cruzados entre si verificando-se a compatibilidade com a teoria. Podem ser obtidos dois resultados dessa triangulação ou covariação: a) dados e percepções obtidos pela pesquisa referendam a teoria, logo a hipótese proposta preliminarmente será ratificada; b) dados e percepções invalidam, em parte ou no todo, o marco teórico, logo a testagem da hipótese concluirá por sua retificação parcial ou total. Essa retificação não deve ser vista como um demérito para a investigação, ao contrário, pode ser um enriquecimento científico pela renovação teórica que deverá provocar. É nesse cruzamento permanente de dados, percepções e teoria que se dá o fenômeno da intersubjetividade que controla metodologicamente a pesquisa.

### 6.3.6.8 Fases da pesquisa

As fases da pesquisa são tomadas de decisão importante para o bom encaminhamento da investigação. Para que essas fases se desenvolvam dentro de uma normalidade esperada, tudo deve ser bem planejado e refletido – melhor se feito por toda equipe de pesquisadores – para que o caminho crítico da pesquisa não se torne um campo minado pela grande frequência de acontecimentos inesperados. Poucos investigadores preocupam-se em relacionar fases da pesquisa por meio de uma sucessividade lógica de fatos e atividades.

Coloca-se, a seguir, um exemplo de planejamento de fases de pesquisa:

#### FASES DO TRABALHO

##### FASE I

#### Conhecimento do objeto de estudo e redefinição da investigação

- aprofundamento das leituras bibliográficas, documentais e de legislações;

- reelaboração e detalhamento do plano de pesquisa;
- organização dos temas de estudo para transformá-los em foco de análise;
- precisão do foco de estudo e do esquema metodológico;
- coleta de dados e levantamento bibliográfico;
- análise da literatura especializada acerca das teorias sobre a distinção entre público e privado na história do pensamento jurídico;
- comparação de dados bibliográficos;
- discussões com os orientadores.

##### FASE II

#### Investigação, interpretação e qualificação do marco teórico do estudo

- organização, tabulação e agrupamento de dados e bibliografia coletada na fase anterior;
- análise crítico-interpretativa e de qualificação dos elementos a serem aprofundados pela pesquisa, tendo em vista as teorias analisadas na fase anterior;
- aprofundamento do marco teórico do estudo para crítica dos principais aspectos da teoria discursiva e da democracia, de Jürgen Habermas;
- confirmação ou refutação de hipóteses levantadas pela pesquisa;
- discussões com os orientadores.

##### FASE III

#### Discussão e revisão de textos

- aprofundamento da distinção conceitual entre público e privado a partir da teoria discursiva do Direito e da democracia identificada no marco teórico;
- revisão de conteúdo e checagem das proposições iniciais;
- redação preliminar da dissertação;
- discussão do texto preliminar com os orientadores;
- proposta de seminário para discussão dos resultados da pesquisa.

##### FASE IV

#### Redação do texto final da pesquisa e divulgação dos resultados obtidos

- discussão com os orientadores;



#### 6.4.2 Cronograma físico-financeiro, proposta orçamentária e de desembolso

Os cronogramas financeiros e de desembolso somente são incluídos no Projeto de Pesquisa quando se pretende obter recursos junto às agências financiadoras: CNPq, FAPEMIG, Finep, BDMG Cultural, Fundação Ford, BNDES, dentre outras. Os recursos e custos solicitados deverão ser detalhados em tabela de custos “Proposta Orçamentária” antes de serem coloados nos cronogramas físico-financeiro e de desembolso. Este último tem muita importância, pois demonstra as épocas precisas em que os recursos serão necessários. O cronograma físico-financeiro tem as mesmas indicações do cronograma físico, sendo que, em lugar das linhas, dispõem-se todos os custos indicados no orçamento, não com a discriminação do tempo, mas sim com a identificação dos itens de despesa. Seguem-se modelos simulados de “Proposta Orçamentária” e de “Cronograma de Desembolso”.

Na elaboração do cronograma, deve-se dispensar uma atenção redobrada ao edital e às regras previamente estipuladas pela agência financiadora para aprovação do financiamento, por exemplo, os valores de financiamento (que estabelecem limites para cada tipo de pesquisa), os tipos de bens e serviços admitidos, pesquisa de preços (normalmente exigem-se três orçamentos prévios) e prestação de contas da utilização dos recursos financeiros.

O projeto de pesquisa enviado deverá detalhar os custos da pesquisa, bem como os momentos em que os recursos devem estar disponíveis para a equipe de pesquisadores, por exemplo, momentos de entregas de relatórios previstos pelo cronograma físico, relatório de andamento ou final, visitas, viagens, seminários, etc. Na maioria das vezes, entretanto, a agência financiadora já estipula previamente a época do desembolso, não havendo, portanto, necessidade de constar na proposta financeira os momentos do desembolso dos recursos. Uma boa previsão de desembolso de recursos tem grande importância para o desenvolvimento normal da investigação. Algumas vezes, esquecer de recursos para viagens da equipe ou de membros da equipe. Isso pode acarretar atrasos no cronograma geral da pesquisa e, muitas vezes, aumentos orçamentários sem possibilidade de reposições, o que pode, inclusive, inviabilizar o término da investigação. O desembolso não apenas prevê os tempos de recebimento dos recursos como também prevê a entrega de produtos parciais e finais do desenvolvimento da pesquisa (relatórios parciais contendo produtos específicos da testagem da hipótese, etc.).

A proposta orçamentária contém a relação de recursos necessários à pesquisa: recursos humanos (perfil da equipe técnica — profissionais da área

e em que números —, profissionais de apoio técnico — normalizadores, estagiários, bibliotecários — e de apoio administrativo — secretários, datilógrafos, etc.), recursos materiais (de capital ou de custeio), passagens aéreas, diárias e tudo mais que for indispensável para o desenvolvimento da pesquisa.

#### PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA RESUMO

Itens de despesa	Valor em R\$
I – Pessoal técnico	30.000
II – Pessoal de apoio técnico	4.000
III – Consultoria	10.000
IV – Despesas de viagens	3.500
V – Serviços gráficos	8.000
VI – Serviços de computação	5.000
VII – Material de consumo	2.000
VIII – Outros custos	4.000
Subtotal	66.500
Custo de vídeo	19.390
Total geral	76.890

Algumas vezes torna-se necessário o detalhamento da “Proposta Orçamentária”. Detalha-se, assim, cada item previsto no resumo orçamentário e, em cada subitem, colocam-se os custos correspondentes. É o caso, por exemplo, do material de consumo (subitens possíveis: papel A4, clipes, tinta para impressora, entre outros, com a previsão orçamentária específica para cada subitem). Isto se chama “Memória de cálculo”.

Produtos	Em R\$										
	1999		2000				2001			Total	
	set	dez	fev	jun	jul	nov	dez	jul	nov		dez
1. PROJETO TÉCNICO • Definição do caminho da investigação das fontes e instrumental	5.000										5.000
2. RELATÓRIO TÉCNICO • Balanço preliminar do impacto do Programa ao nível do desenvolvimento institucional		10.000									10.000
3. RELATÓRIO TÉCNICO • Balanço preliminar do estudo de redes municipais			7.680								7.680
4. RELATÓRIO TÉCNICO • Qualificação do impacto de Programa em redes municipais – versão preliminar				20.000							20.000
5. DOCUMENTO SÍNTESE (Proposta de subsídios a novas políticas relativas a rede municipais de educação)					4.000						4.000
6. RELATÓRIOS TÉCNICOS • Avaliação do desempenho de Programa na amostra • Documento síntese						15.000					15.000
7. RELATÓRIO TÉCNICO • Balanço do impacto de Programa ao nível do desenvolvimento institucional							5.210				5.210
8. RELATÓRIO TÉCNICO • Interpretação e qualificação das mudanças na amostra								4.000			4.000
9. RELATÓRIO TÉCNICO • Estudo comparativo das duas realidades Examinadas									4.000		4.000
10. DOCUMENTO SÍNTESE										2.000	2.000
<b>TOTAL</b>	5.000	10.000	7.680	20.000	4.000	15.000	5.210	4.000	4.000	2.000	76.890

### 6.4.3 Plano de trabalho e de acompanhamento de bolsistas

As financiadoras de pesquisa, especialmente no caso de Programas de Financiamento de Bolsas de Iniciação Científica, exigem um plano de trabalho e de acompanhamento de bolsistas, isso quando o Projeto é apresentado pelo professor-orientador. Esses planos são roteiros de ação para os bolsistas que, inúmeras vezes, estão, pela primeira vez, envolvidos em uma investigação científica. Nesse sentido, um plano de trabalho deve conter informações objetivas e sequenciais, tendo em vista as fases do Projeto e as atribuições que serão delegadas aos bolsistas em cada fase. Deve-se atentar que uma bolsa de iniciação científica deve ter como objetivo constituir futuros pesquisadores. Sendo assim, não se deve atribuir aos iniciantes somente funções mecânicas como fichamentos, elaboração de tabelas e de quadros, normalização final de textos, etc. Deve-se conceder aos bolsistas oportunidades reais de participação no caminho crítico da pesquisa, da redação de textos preliminares e das discussões da equipe de investigação. O principal objetivo do plano deverá ser o de constituir um pesquisador que, embora iniciante, já esteja desenvolvendo um pensamento científico crítico.

O acompanhamento do bolsista, em seu momento inicial, deve ser mais próximo e permanente. Pelo menos um ou dois encontros semanais para dar maior segurança ao bolsista. Aos poucos, ele se tornará mais independente e em condição de realizar funções sem atendimento constante. Entende-se, contudo, que os encontros com os bolsistas deverão ser, no mínimo, quinzenais.

No caso de acompanhamento de pesquisadores de Pós-Graduação, as atividades de orientação já deverão estar previstas no cronograma da pesquisa, onde o aluno disporá os encontros com o orientador segundo suas necessidades e disponibilidades mútuas. Inúmeras vezes é o objeto da pesquisa e sua testagem que exigem encontros mais ou menos regulares.

#### PLANO DE TRABALHO DO BOLSISTA (MODELO)

**Pesquisa:** Costumes e Direito: uma interlocução entre a Dogmática e a Sociologia Jurídica

**Orientadora:** Miracy Barbosa de Sousa Gustin

**Orientanda:** Maria Tereza Fonseca Dias

#### 1. O treinamento inicial

A intenção é dar continuidade à orientação que vem sendo desen-

volvida com o bolsista ao longo do ano em curso: um trabalho sistemático de pesquisa que se destina a uma elaboração conceitual nos campos jurídico-exploratórios e jurídico-propositivo. Deve-se entender que a Iniciação Científica procura familiarizar o estudante de Direito – especialmente aquele em nível de Graduação – que tem pouco ou praticamente nenhum contato com a atividade especulativa da pesquisa científica. Daí porque os encontros, não raras vezes, destinarem-se à indicação de leituras de iniciação científica e de explicações sobre a função de pesquisa (O que é uma pesquisa? Qual a importância do Projeto? Como realizar uma consulta bibliográfica, jurisprudencial ou documental? Como registrar informações? Como classificá-las e organizá-las? Que tipo de linguagem deve ser utilizado em relatórios?, etc.).

## 2. A revisão da teoria

Deve-se introduzi-lo, ainda, quanto ao marco teórico da pesquisa. Leituras e discussões sobre o tema deverão fazê-lo compreender que, por meio da investigação, pretende-se, a partir de uma reconstrução da Teoria da Argumentação, notadamente a Tópica, obter uma compreensão da inadequação dos métodos hermenêuticos empregados na atualidade pelo direito e a implicação desse fato na questão da 'justiça' e da relação entre o direito e a comunidade para a qual o mesmo foi criado.

## 3. As atividades por fases

- a) Como a pesquisa já está em fase intermediária de desenvolvimento, no primeiro momento o estudante bolsista deverá organizar os temas da primeira fase com o objetivo de transformá-los em foco de análise da segunda fase (curso jurídico comunitário). Sugere-se que sejam dados **60 dias** ao bolsista para essa tarefa e, ao final, ele deverá apresentar ao orientador uma listagem de indagações sobre partes não suficientemente compreendidas ou de sugestões para novos procedimentos.
- b) No momento posterior, o bolsista deverá ser orientado para expandir o levantamento bibliográfico, especialmente em textos doutrinários nacionais mais recentemente publicados, bem como selecionar os temas para as entrevistas, dirigidas com o fim de obter os usos e costumes aplicados numa comunidade e, ainda, escolher as entidades que serão objeto de observação. Essas leituras deverão ser feitas, organizadas e discutidas com o orientador. Prevê-se que essa atividade possa ser realizada durante **60 dias**.
- c) A fase seguinte destinar-se-á à observação participante de reuniões comunitárias nas entidades selecionadas na

fase anterior e devem ser realizadas entrevistas dirigidas aos atores comunitários, tendo em vista a seleção feita na fase anterior. Prevê-se, também, a duração de **60 dias** para esta fase.

- d) O bolsista, no momento seguinte, deverá organizar, tabular e agrupar os dados coletados na fase anterior. Para isso, será orientado quanto aos cuidados de uma análise comparada com o direito estatal e não-estatal, bem como da observação da metodologia adotada. Serão dedicados **60 dias** para esta atividade. Neste momento, será relacionado um campo específico de temas para aprofundamento da análise.
- e) A fase que se segue deverá ser realizada por orientador e bolsista em conjunto. Este momento se destinará ao levantamento de percepções de especialistas e de atores direta ou indiretamente envolvidos com o tema designado para estudo aprofundado. O bolsista será orientado para realizar interrogatório para levantamento de percepções. Essas percepções serão organizadas, sistematizadas e analisadas à vista do marco teórico da pesquisa. Prevê-se uma duração de **60 dias** para esta fase.
- f) Um relatório preliminar será redigido pelo bolsista e deverá ser posteriormente discutido e revisado com o orientador. Este relatório preliminar será apresentado em seminário de especialistas para discussão do direcionamento da argumentação. Pretende-se despendar **60 dias** para a redação e discussão.
- g) Na última fase, de redação final, o bolsista se encarregará de apresentar um texto para revisão final, orientado pelo professor.

## METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO DO BOLSISTA

O plano de trabalho, antes apresentado, já expõe partes da metodologia de acompanhamento a ser utilizada. Em termos objetivos, pretende-se que o bolsista presente ao pesquisador o produto de trabalho **semanal**, que será discutido e reorientado, como já vem sendo feito.

Como já exposto, o bolsista deverá ser orientado para compor, juntamente com o professor, os momentos da investigação. Entende-se que o bolsista de Iniciação Científica é um aprendiz. Ele será estimulado a **redigir textos, cuja complexidade seja compatível com seu nível**.

Os contatos com o bolsista, para superação de dúvidas sobre as tarefas previstas ou obstáculos não previstos, deverão ser, tanto quanto possível, **diários**.

Nos encontros semanais pretende-se uma orientação mais formal, inclusive com indicação de leituras não só sobre o tema da pesquisa, como também de conteúdo metodológico-científico mais amplo.

O bolsista será estimulado, também, a participar de seminários ou encontros científicos nos quais o tema e seus correlatos sejam abordados.

**Miracy Barbosa de Sousa Gustin**

Orientadora

#### 6.4.4 Bibliografia básica preliminar

Em que pese o fato da bibliografia básica preliminar e das referências serem uma lista de obras que aparecem após as partes textuais de projetos de pesquisas, monografias, dissertações, teses ou qualquer espécie de relatório de pesquisa, elas têm funções diferenciadas e não podem ser confundidas. A bibliografia ou “bibliografia básica preliminar” aparece exclusivamente após as partes textuais dos projetos de pesquisa e diz respeito à listagem de obras que provavelmente serão utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que, geralmente, são obras de leitura obrigatória quando se trata de referido assunto e/ou problema de estudo. A bibliografia, assim, pode ser entendida como um levantamento preliminar de obras sobre determinado tema de pesquisa.

As referências bibliográficas, por sua vez, são as obras efetivamente utilizadas e citadas no corpo do relatório de pesquisa e aparecem após o texto das monografias, dissertações e teses. Trata-se, pois, da listagem das obras citadas no corpo do trabalho e de referência obrigatória.

O projeto de pesquisa poderá trazer tanto uma listagem de obras contendo as referências bibliográficas, pois já foram citadas no corpo do projeto, quanto à bibliografia básica preliminar. Para simplificar a elaboração do projeto, sugerimos que tanto as obras já citadas quanto as obras levantadas, mas ainda não utilizadas, estejam referidas no item “Bibliografia básica preliminar”. Nesse

<sup>17</sup> Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referência “... é um conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual.” (ASSOCIAÇÃO... 2002a).

levantamento de obras, alguns textos poderão nem ser efetivamente utilizados para a elaboração do texto final do relatório de pesquisa.

A lista de referências da bibliografia básica preliminar não deve ser extensa e será selecionada por sua qualidade, ou seja, por sua importância na literatura pertinente.

Os pesquisadores costumam não atribuir muita importância ao levantamento da bibliografia básica preliminar na elaboração dos projetos de pesquisa, mas a lista de referências revela o aprofundamento de estudos do tema a ser pesquisado, o conhecimento do assunto que será tratado, bem como a coerência teórica dos autores a serem trabalhados.

As listagens da bibliografia básica preliminar e das referências bibliográficas devem obedecer às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A regra geral é de que as referências bibliográficas dos relatórios de pesquisa e a bibliografia básica preliminar do projeto sigam a ordem alfabética dos sobrenomes dos autores e não sejam numeradas.

Existem inúmeras peculiaridades no que se refere à forma de fazer a referência bibliográfica, segundo o nome e origem do autor ou autores, tipo de obra e os dados disponíveis para compor a referência.

Apresenta-se, a seguir, de forma direta e objetiva, as principais formas de entrada e os formatos das referências mais utilizadas na área jurídica, segundo os modelos apresentados pela ABNT – NBR 6023 (ASSOCIAÇÃO... 2002a), que trata da Informação e documentação: referências – elaboração. A seguir, trazemos também os principais tipos de citação que poderão ser utilizados tanto na montagem do projeto de pesquisa quanto na redação do relatório final da investigação.

#### 6.4.4.1 Formas de entrada das referências bibliográficas

- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. (ou GUSTIN, M. B. S)  
 MATA-MACHADO, Edgar de Godói da. (ou MATA-MACHADO, E. G. da)  
 MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. (ou MOREIRA NETO, D. de F.)  
 JUSTEN FILHO, Marçal. (ou JUSTEN FILHO, M.)  
 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. (ou DI PIETRO, M. S. Z.)  
 BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. (ou BANDEIRA DE MELLO, C. A.)  
 MARTINEZ VERA, Rogelio. (ou MARTINEZ VERA, R.)

DINIZ, Eli; AZEVEDO, Antônio Carlos (Org.). (ou DINIZ, E.; AZEVEDO, A. C. (Org.))  
 PAIXÃO, José da Silva; SEIA, Jorge Alberto Aragão. (ou PAIXÃO, J. da S.; SEIA, J. A. A.)

• As entradas de entidades coletivas são feitas com o seu nome, por extenso.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação.  
 CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.  
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.

• Referência com mais de três autores, utiliza-se a expressão (*et al.*)

FRANÇA, J. L. *et al.*

• Se não houver referência (publicações anônimas ou não assinadas) a entrada inicia-se com o título do texto.

#### 6.4.4.2 Formatos de referências bibliográficas mais utilizados na área jurídica

A NBR 6023/2002 distingue, na elaboração das referências bibliográficas, os elementos essenciais dos elementos complementares, esses últimos são informações que, acrescentadas aos elementos essenciais, permitem melhor caracterizar os documentos. Os modelos de referências bibliográficas que trataremos a seguir tratarão os elementos essenciais, bem como os elementos complementares das referências bibliográficas.

##### a) *Monografias (inclui livro, folheto, manual guia, catálogo e trabalhos acadêmicos)*

Elementos essenciais:

AUTOR(ES). *Título*: subtítulo. Edição. Local (cidade): Editora, data.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. *Direito administrativo pós-moderno*: novos paradigmas do direito administrativo a partir do estudo da relação entre o Estado e a sociedade. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

Elementos complementares:

AUTOR(ES). *Título*: subtítulo. Tradutor ou Atualizador. Edição. Local (cidade): Editora, data. Número de páginas ou volumes/ cadernos. Explicitação sobre origem do trabalho acadêmico (teses, dissertações), se for o caso.

PIRES, Maria Coeli Simões. *Direito adquirido e ordem pública*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. 990p.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 358p.

GARCIA DE ENTERRIA, Eduardo; FERNANDEZ, Tomas-Ramon. *Curso de direito administrativo*. Tradução de Rogério Enhart Soares. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989, v. 1.

CARVALHO NETTO, Menelick de *et al.* *Diagnóstico das entidades sociais do aglomerado Santa Lúcia*: relatório preliminar. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG/Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania PBH, 1998. (Não publicado)

##### Monografia ou artigo em obra coletiva

ESTEVES, Antônio Joaquim. A investigação-ação. In: PINTO, José Madureira; SILVA, Augusto Santos (Org.). *Metodologia das ciências sociais*. 8. ed. Porto: Afrontamento, 1986, p. 251-278.

##### Livro em meio eletrônico

GORDILLO, Agustín. *Reforma administrativa del Estado*. Disponível em: <www.gordillo.com> Acesso em: 28 jul. 2002.

##### Teses, dissertações e monografias<sup>18</sup>

ARAÚJO, Flórida Dutra de. *Conflitos coletivos e negociação coletiva na função pública*. 1998. 462f. Tese (Doutorado em Direito Administrativo) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

##### Livros/ monografias produzidos por órgãos oficiais

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. *A reforma administrativa na imprensa*: seleção de artigos produzidos no

<sup>18</sup> Devem ser indicados em nota o tipo de documento (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso, etc.), o grau, a vinculação acadêmica, o local e a data da defesa) (NBR 6023/2002).

MARE/Ministério da Administração e Reforma do Estado. Brasília: MARE, 1997. 81p. (Cadernos do MARE da reforma do estado, 7)

#### Livros/ monografias de entidades coletivas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR n. 6023 – ago. 2002. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24 p.

#### Observações importantes

- Quando faltar algum dado tipográfico usam-se as abreviações: [s.l.] sem local (*sine loco*); [s.n.] sem editora (*sine nomine*); [s.d.] sem data. Na falta dos três usar [s.n.l] sem dados tipográficos.

Indicar, depois do número da edição, se ela foi revista e aumentada. Ex: 2. ed. rev. aum.

#### b) Eventos científicos

Elementos essenciais

NOME DO EVENTO, numeração (se houver), ano, local de realização (cidade). *Título...*: subtítulo (anais, atas, tópico temático). Local de publicação (cidade): Editora, ano de publicação. Número de páginas ou volumes.

#### Evento como um todo

COLÓQUIO INTERNACIONAL DA INTERNACIONAL ASSOCIATION FOR THE SEMIOTICS OF LAW, 13, 1997, São Paulo. *Direito oficial, contracultura e semiótica do direito*. São Paulo: Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), 1997. 637f.

#### Trabalho apresentado em evento

DIAS, Maria Tereza Fonseca; GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. Costumes e direito: uma interlocução entre a dogmática e a sociologia jurídica. In: REUNIÃO ANUAL SBPC, 49, 1997, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 1997. p. 224.

#### Trabalho apresentado em evento em meio eletrônico

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Reforma administrativa brasileira sob o impacto da globalização: uma reconstrução da distinção entre o público e o privado. In: SEMINÁRIO DO RED&S E DO GEDIM, 2001. Rio de Janeiro. *Os direitos nacionais face à globalização*: O

impacto da globalização sobre os direitos nacionais e as instituições nacionais de controle e da Justiça. Disponível em: <www.global21.com.br> Acesso em: 24 ago. 2001.

#### c) Legislação

Elementos essenciais

NOME DO PAÍS, ESTADO OU MUNICÍPIO (jurisdição), Título (Decreto, Lei, Medida Provisória, Decreto-Lei, Código, Portaria, Resolução, etc.) numeração. Data (dia, mês, ano). Dados da *Publicação* que transcreveu a lei, decreto, medida provisória, resolução, etc.

BRASIL. *Código Civil*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 199, de 25 de fevereiro de 1967. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, 27.02.1967, p. 2348. Ratificado em 08.03.1963.<sup>19</sup>

\_\_\_\_\_. Ato Institucional n. 4, de 7 de dezembro de 1966. In: CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1992.

\_\_\_\_\_. *Constituição (1988)*. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

#### Legislação em meio eletrônico

MINAS GERAIS. Projeto de Lei n. 1570, de 11 de dezembro de 1997. Disponível em <www.almg.gov.br/matéria em tramitação> Acesso em: 20 jan. 2002.

Elementos complementares

NOME DO PAÍS, ESTADO OU MUNICÍPIO (jurisdição), Título (Decreto, Lei, Medida Provisória, Decreto-Lei, Código, Portaria, Resolução, etc.) numeração. Data (dia, mês, ano). Ementa. Dados da *Publicação* que transcreveu a lei, decreto, medida provisória, resolução etc.

BRASIL. Lei Complementar n. 101. 4 maio 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão

<sup>19</sup> A NBR 6023 afirma que "... os nomes dos autores de várias obras referenciadas sucessivamente, na mesma página, podem ser substituídos, nas referências seguintes à primeira, por um traço sublinhar (equivalente a seis espaços) e ponto." (ASSOCIAÇÃO..., 2002a, p. 21).

fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 5 maio 2000, seção I. Diário do Executivo, p. 513.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria n. 1.886. 30 dez. 1994. Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico. In: NUNES, Luiz Antônio Rizzato. *Manual da monografia jurídica*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 2000. 209 p.

#### d) *Jurisprudência (decisões judiciais)*

Elementos essenciais

**NOME DO PAÍS, ESTADO OU MUNICÍPIO** (jurisdição). Nome da corte ou tribunal (órgão competente). Título (natureza da decisão: apelação cível ou criminal, embargos, *habeas corpus*, mandado de segurança, recurso extraordinário etc.) e numeração. Partes envolvidas (se houver). Nome do relator precedido da palavra "Relator". Data (dia, mês, ano). Indicação da *Publicação* que divulgou o acórdão.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 21355. Relator: Ministro Pecanha Martins. *Diário de Justiça da União*, Brasília, 27 jun. 1994, p. 16953.

#### Jurisprudência em meio eletrônico

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ação Popular. Processo n. 1.0000.00.334614-5/000(1). Relator: Desembargador Brandão Teixeira. 16 abr. 2004. Disponível em: <[http://www.tjmg.gov.br/franmes/m\\_jurisprudencia.html](http://www.tjmg.gov.br/franmes/m_jurisprudencia.html)> Acesso em: 16 maio 2004.

Elementos complementares

**NOME DO PAÍS, ESTADO OU MUNICÍPIO** (jurisdição). Nome da corte ou tribunal. (Órgão competente). Título (natureza da decisão: apelação cível ou criminal, embargos, *habeas corpus*, mandado de segurança, recurso extraordinário etc.) e numeração. Errota da decisão. Partes envolvidas. Nome do relator precedido da palavra "Relator". Data do acórdão (dia, mês, ano). Indicação da *Publicação* que divulgou o acórdão. Voto vencedor e vencido (quando houver)

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Constitucional. Trabalho. Justiça do Trabalho. Competência. Ações dos servidores públicos estatutários. CF, arts. 37, 39, 40, 41, 42 e 114. Lei n. 8112, de 1990, art. 240, alíneas "d" e "e". Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 492-1 — DF. Partes: Procurador Geral da República e Congresso Nacional.

Relator: Ministro Carlos Velloso. Acórdão 12 nov. 1992. *LEX Jurisprudência do STF*, São Paulo, n. 175, p. 49-90, jul. 1993. Vencido, *in totum*, o ministro Marco Aurélio e, parcialmente, os Ministros Otávio Gallotti e Sepúlveda Pertence.

#### e) *Publicações periódicas (artigos de revistas, de jornais, editoriais, reportagens, etc.)*

Elementos essenciais

**AUTOR**. Título do artigo ou matéria. *Título do periódico (da publicação)*. Local de publicação (cidade), numeração correspondente ao volume e/ou ano, fascículo ou número, paginação inicial-final, data ou intervalo de publicação, mês (se houver) e ano.

#### Artigos de revista

LOPES, Luís Simões. O Estatuto dos funcionários civis da União. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, n. 38, p. 18-25, abr. 1939.

PEZZELLA, Maria Cristina Cereser; BECKER, Anelise. Medida liminar em ação de indenização por desapropriação indireta. *Revista Trimestral de Direito Público*. São Paulo, v. 27, n. 71, p. 55-72, set./dez. 1994.

CHEVALLIER, Jacques. Vers un droit post-moderne? Les transformations de la régulation juridique. *Revue du Droit Publique*: et de la science politique en France e à l'étranger. Paris, n. 3, p. 659-690, mai/jun. 1998.

#### Artigo de jornal

CARVALHO, Paulo Neves de. Os municípios e a emenda 25. *Estrado de Minas*. Belo Horizonte, 25 maio 2000. Opinião, p. 9.

#### Artigo e/ou matéria de revista em meio eletrônico<sup>20</sup>

SANCHES ALMEIDA, Carlos. España: la criptografía como derecho. *Revista Electrónica de Derecho Informático*. [on line]. Disponível em: <[http://publicaciones.derecho.org/red/IN\\_23\\_Junio\\_del\\_2000/4](http://publicaciones.derecho.org/red/IN_23_Junio_del_2000/4)>. Acesso em: 15 maio 2000.

<sup>20</sup> Segundo a NBR 6023 as referências de artigos periódicos em meio eletrônico devem ser acrescidas " [...] das informações relativas à descrição física do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, on line, etc.)." (ASSOCIAÇÃO..., 2002a, p. 5).

**Observação**

A NBR 6023 ainda traz regras específicas de como apresentar as referências da publicação periódica como um todo, partes de revista, boletim, etc. Quando se tratar desses casos, sugerimos a consulta direta à referida NBR.

*f) documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico<sup>21</sup> (base de dados, listas de discussão, site, arquivos em disco rígido, programas, conjunto de programas e mensagens eletrônicas)*

Base de dados disponível em meio eletrônico

MAPA Crimes violentos. Minas Gerais, 1997. NESP. Núcleo de Estudos em Segurança Pública. Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/nesp/mapas\_cv\_frames.htm> Acesso em: 16 maio 2004.

**Mensagem de correio eletrônico (Exemplo extraído da NBR 6023)**

ALMEIDA, M. P. S. *Fichas para MARC* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mtmendes@uol.com.br> em 12 jan. 2002.

**6.4.5 Glossário, apêndice, anexo e índice**

Por não serem elementos pós-textuais, comuns em projetos de pesquisa, serão tratados com maiores detalhes no capítulo seguinte referente à apresentação e redação dos relatórios finais de pesquisa. Devem conter documentos importantes que esclareçam e justifiquem a pesquisa (ou, em alguns casos, tabelas com dados suplementares, leis, pareceres, os instrumentos utilizados na pesquisa de campo, etc.).

<sup>21</sup> Não podemos desprezar, no momento contemporâneo, as referências de dados encontradas exclusivamente em meio eletrônico, entretanto, também devemos considerar algumas peculiaridades dessas fontes, já que devem ser evitadas as citações de documentos que circulam rapidamente pela internet, bem como as mensagens que circulam por intermédio de correio eletrônico. Eles somente devem ser referenciadas quando não se dispuser de nenhuma outra fonte para abordar o assunto em discussão, aconselha a NBR 6023/2002.

## CAPÍTULO

## 7

# O RELATÓRIO DA PESQUISA: A MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO, A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E A TESE DE DOUTORADO

**7.1 Estruturação dos relatórios de pesquisa**

Os trabalhos de conclusão de cursos (graduação, especialização, mestrado e doutorado) são relatórios de pesquisas orientadas, apresentadas sob formas diferenciadas, conhecidas no mundo científico-acadêmico como monografias, dissertações e teses. Isso em qualquer campo do conhecimento, inclusive na área jurídica. Entende-se, pois, que esses produtos de conclusão de cursos são, sempre, relatórios finais de pesquisas, redigidos sob formatos diversificados e com profundidade teórico-conceitual correspondente ao nível do pesquisador. Monografias finais de conclusão de curso de graduação e especialização, dissertações e teses devem ser, pois, o reflexo de pesquisas teóricas ou de campo, metodologicamente bem desenvolvidas. A correção e objetividade dos passos e momentos da pesquisa permitem ao pesquisador maior segurança para o desenvolvimento do relatório final.

O que são os trabalhos acadêmicos considerados “monografia final de curso”, “dissertação de mestrado” e “tese de doutoramento”? Reitera-se a afirmação anterior: **todos eles**, com especificidades relacionadas aos níveis diferenciados de qualificação, **são relatórios finais de pesquisa**. Um relatório de pesquisa já concluído deve ter a seguinte estrutura genérica:

1. Pré-textos
2. Introdução teórico-metodológica
3. Desenvolvimento da argumentação ou corpo do relatório
4. Análise e interpretação dos dados
5. Conclusão (Proposições ou Considerações finais)
6. Pós-textos